PREGÃO ELETRÔNICO
788/2026

CONTRATANTE (UASG)
INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM FÁRMACOS – FARMANGUINHOS (254446)

OBJETO
Aquisição de materiais elétricos

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas (art. 12 § 1º da IN 73/2022)
Data base de orçamento estimado é 30/06/2026.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia 26/01/2027 às 09:00h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
menor preço por item

MODO DE DISPUTA:
aberto e fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS
SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM
SIM

Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO 1
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO..... 1
3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO.....
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO 3
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA..... 4
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES..... 5
7. DA FASE DE JULGAMENTO..... 8
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO 9
9. DOS RECURSOS 12
10. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES 13
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....15
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 15

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM FÁRMACOS(FARMANGUINHOS)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 788/2026

(Processo Administrativo n° 25387.000680/2025-61)

Torna-se público que a Fundação Oswaldo Cruz-FIOCRUZ, através do Instituto de Tecnologia em Fármacos - Farmanguinhos, por meio do Serviço de Compras Nacionais, sediado na Av. Comandante Guaranys, 447 – Jacarepaguá – Rio de Janeiro - RJ, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **aquisição de materiais elétricos** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no

momentoda habilitação.

2.6. A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021 e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.9. Não poderão disputar esta licitação:

2.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.9.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.9.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.9.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico oudo projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionistaou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.9.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participarda licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.9.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.9.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.9.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sidocondenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por

Instituto de Tecnologia em Fármacos - Farmanguinhos | Fiocruz – Avenida Comandante Guaranys, 447 Jacarepaguá • Rio de Janeiro • RJ • Brasil • CEP 22775-903 • Tel.: +55 (21) 3348-5050 comunicacao.far@fiocruz.br • www.far.fiocruz.br

contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.9.10. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.9.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.11. O impedimento de que trata o item 2.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.9.4 e 2.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.14. O disposto nos itens 2.9.4 e 2.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.16. A vedação de que trata o item 2.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação será de caráter sigiloso.

3.2. Para fins do disposto no item anterior, o orçamento estimado para a contratação não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas.

3.3. O caráter sigiloso do orçamento estimado para a contratação não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.

Instituto de Tecnologia em Fármacos - Farmanguinhos | Fiocruz – Avenida Comandante Guaranys, 447 Jacarepaguá • Rio de Janeiro • RJ • Brasil • CEP 22775-903 • Tel.: +55 (21) 3348-5050 comunicacao.far@fiocruz.br • www.far.fiocruz.br

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura dasessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamenor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.6. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

4.6.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

Instituto de Tecnologia em Fármacos - Farmanguinhos | Fiocruz – Avenida Comandante Guaranys, 447 Jacarepaguá • Rio de Janeiro • RJ • Brasil • CEP 22775-903 • Tel.: +55 (21) 3348-5050 comunicacao.far@fiocruz.br • www.far.fiocruz.br

4.7.O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.7.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.8.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.8.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.8.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.8.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.8.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.8.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.8.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.8.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

Instituto de Tecnologia em Fármacos - Farmanguinhos | Fiocruz – Avenida Comandante Guaranys, 447 Jacarepaguá • Rio de Janeiro • RJ • Brasil • CEP 22775-903 • Tel.: +55 (21) 3348-5050 comunicacao.far@fiocruz.br • www.far.fiocruz.br

4.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e dafase de envio de lances.

4.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.14. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase dedisputa, sendo vedado:

4.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério dejulgamento por menor preço; e

4.15. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

Instituto de Tecnologia em Fármacos - Farmanguinhos | Fiocruz – Avenida Comandante Guaranys, 447 Jacarepaguá • Rio de Janeiro • RJ • Brasil • CEP 22775-903 • Tel.: +55 (21) 3348-5050 comunicacao.far@fiocruz.br • www.far.fiocruz.br

5.1.1. valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. Em caso de divergência entre a descrição do item no Comprasnet e a do Termo de Referência, prevalecerá sempre a do Termo de Referência;

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto, incluindo-se nos custos o DIFAL-Diferencial de Alíquota do ICMS e FECP-Fundo Estadual de Combate à Pobreza, cobrado quando da entrada, no Estado, de materiais e produtos adquiridos fora deste, quando couber.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusivaresponsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegaçãode erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonteos percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias**,** a contar da data desua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência decontratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

5.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o

Instituto de Tecnologia em Fármacos - Farmanguinhos | Fiocruz – Avenida Comandante Guaranys, 447 Jacarepaguá • Rio de Janeiro • RJ • Brasil • CEP 22775-903 • Tel.: +55 (21) 3348-5050 comunicacao.far@fiocruz.br • www.far.fiocruz.br

devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis eda empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$ 0,01 (um centavo).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá

Instituto de Tecnologia em Fármacos - Farmanguinhos | Fiocruz – Avenida Comandante Guaranys, 447 Jacarepaguá • Rio de Janeiro • RJ • Brasil • CEP 22775-903 • Tel.: +55 (21) 3348-5050 comunicacao.far@fiocruz.br • www.far.fiocruz.br

oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da IN SEGES/ME nº 73, de 2022, incluído pela IN SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

6.11.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autoresdos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lancefinal e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará oslances segundo a ordem crescente de valores.

6.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.17. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

6.17.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

Instituto de Tecnologia em Fármacos - Farmanguinhos | Fiocruz – Avenida Comandante Guaranys, 447 Jacarepaguá • Rio de Janeiro • RJ • Brasil • CEP 22775-903 • Tel.: +55 (21) 3348-5050 comunicacao.far@fiocruz.br • www.far.fiocruz.br

6.17.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais dafase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta emato contínuo à classificação;

6.19.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambientede trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;

6.19.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.034, de 2024.

6.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidadeda Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.20.2. empresas brasileiras;

6.20.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de

Instituto de Tecnologia em Fármacos - Farmanguinhos | Fiocruz – Avenida Comandante Guaranys, 447 Jacarepaguá • Rio de Janeiro • RJ • Brasil • CEP 22775-903 • Tel.: +55 (21) 3348-5050 comunicacao.far@fiocruz.br • www.far.fiocruz.br

classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep); e.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de

Instituto de Tecnologia em Fármacos - Farmanguinhos | Fiocruz – Avenida Comandante Guaranys, 447 Jacarepaguá • Rio de Janeiro • RJ • Brasil • CEP 22775-903 • Tel.: +55 (21) 3348-5050 comunicacao.far@fiocruz.br • www.far.fiocruz.br

fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condiçãode participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.4.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. contiver vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para acontratação;

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos,desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

7.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

Instituto de Tecnologia em Fármacos - Farmanguinhos | Fiocruz – Avenida Comandante Guaranys, 447 Jacarepaguá • Rio de Janeiro • RJ • Brasil • CEP 22775-903 • Tel.: +55 (21) 3348-5050 comunicacao.far@fiocruz.br • www.far.fiocruz.br

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrara capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nostermos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.1.2. Da Habilitação Técnica: Deverá ser observado os itens 8.24.1 e 8.24.2 do Termo de Referência, quanto aos critérios de Habilitação Técnica do licitante, relacionada aos documentos de critérios de sustentabilidade.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigênciasde habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins deassinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, ou por cópia.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Leinº 14.133/2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas asseguradosna Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalhoe nos termos de ajustamento de conduta vigentes na

Instituto de Tecnologia em Fármacos - Farmanguinhos | Fiocruz – Avenida Comandante Guaranys, 447 Jacarepaguá • Rio de Janeiro • RJ • Brasil • CEP 22775-903 • Tel.: +55 (21) 3348-5050 comunicacao.far@fiocruz.br • www.far.fiocruz.br

data de entrega das propostas.

8.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles setornem desatualizados.

8.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momentoda habilitação.

8.11. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

8.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas,e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para**:**

8.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimentodas propostas;

8.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro

Instituto de Tecnologia em Fármacos - Farmanguinhos | Fiocruz – Avenida Comandante Guaranys, 447 Jacarepaguá • Rio de Janeiro • RJ • Brasil • CEP 22775-903 • Tel.: +55 (21) 3348-5050 comunicacao.far@fiocruz.br • www.far.fiocruz.br

examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.11.1.

8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato e/ou aceitar a nota de empenho de despesa (como instrumento hábil substituto, conforme o caso, na forma do art. 95, inciso II, da Lei nº 14.133/21), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.2.1. Considerando que os processos de Aquisição da Administração estão tramitando pelo Sistema Eletrônico de Informação – SEI (Portaria COGEAD n° 76 de 29 de abril de 2020), o fornecedor deverá estar previamente cadastrado junto à Fiocruz para habilitação de assinaturas no SEI, através do *link*: https://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&acao_origem=usuario_externo_gerar_senha&id_orgao_acesso_externo=0

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O Aceite da Nota de Empenho, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

9.4.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/21;

9.4.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

Instituto de Tecnologia em Fármacos - Farmanguinhos | Fiocruz – Avenida Comandante Guaranys, 447 Jacarepaguá • Rio de Janeiro • RJ • Brasil • CEP 22775-903 • Tel.: +55 (21) 3348-5050 comunicacao.far@fiocruz.br • www.far.fiocruz.br

9.4.3. A contratada reconhece que as hipóteses de extinção contratual são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

9.5. O prazo dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de

Instituto de Tecnologia em Fármacos - Farmanguinhos | Fiocruz – Avenida Comandante Guaranys, 447 Jacarepaguá • Rio de Janeiro • RJ • Brasil • CEP 22775-903 • Tel.: +55 (21) 3348-5050 comunicacao.far@fiocruz.br • www.far.fiocruz.br

3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada no Sistema Eletrônico de Informação – SEI, mediante requisição do interessado através do e-mail pregaoeletronico.far@fiocruz.br.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quandoconvocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitarou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaraçãofalsa durante a licitação.

11.1.6. fraudar a licitação

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

Instituto de Tecnologia em Fármacos - Farmanguinhos | Fiocruz – Avenida Comandante Guaranys, 447 Jacarepaguá • Rio de Janeiro • RJ • Brasil • CEP 22775-903 • Tel.: +55 (21) 3348-5050 comunicacao.far@fiocruz.br • www.far.fiocruz.br

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aoslicitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o

Instituto de Tecnologia em Fármacos - Farmanguinhos | Fiocruz – Avenida Comandante Guaranys, 447 Jacarepaguá • Rio de Janeiro • RJ • Brasil • CEP 22775-903 • Tel.: +55 (21) 3348-5050 comunicacao.far@fiocruz.br • www.far.fiocruz.br

responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

Instituto de Tecnologia em Fármacos - Farmanguinhos | Fiocruz – Avenida Comandante Guaranys, 447 Jacarepaguá • Rio de Janeiro • RJ • Brasil • CEP 22775-903 • Tel.: +55 (21) 3348-5050 comunicacao.far@fiocruz.br • www.far.fiocruz.br

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficialno prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, e-mail:pregaoeletronico.far@fiocruz.br.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente,no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horáriode Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia,a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

Instituto de Tecnologia em Fármacos - Farmanguinhos | Fiocruz – Avenida Comandante Guaranys, 447 Jacarepaguá • Rio de Janeiro • RJ • Brasil • CEP 22775-903 • Tel.: +55 (21) 3348-5050 comunicacao.far@fiocruz.br • www.far.fiocruz.br

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: https://www.far.fiocruz.br/.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

13.11.1.1. Apêndice I do Anexo I - Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

13.11.1.2. Apêndice II do Anexo I – Termo de ciência e concordância

13.11.1.3. Apêndice III do Anexo I – ETP

13.11.12. ANEXO II - Declaração de dispensa de apresentação de documentos

13.11.13. ANEXO III - Minuta de Termo de Contrato

13.11.14. ANEXO IV – Portaria nº 1/2026 – Dosimetria na aplicação da sanção

Rio de Janeiro, 13 de outubro de 2026.

Bruna Paiva dos Santos Ribeiro

Instituto de Tecnologia em Fármacos - Farmanguinhos | Fiocruz – Avenida Comandante Guaranys, 447 Jacarepaguá • Rio de Janeiro • RJ • Brasil • CEP 22775-903 • Tel.: +55 (21) 3348-5050 comunicacao.far@fiocruz.br • www.far.fiocruz.br

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM FARMACOS

Termo de Referência 365/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
365/2025	254446-INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM FARMACOS	CRISTIANE PIMENTEL DA CRUZ	13/10/2026 09:32 (v 3.16)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		25387.000680/2025-61

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de **materiais elétricos**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM 1				
DESCRIÇÃO:	CONECTOR CABO PAR TRANÇADO RJ45 CAT5E MACHO			
CÓDIGO SAP:	6000000471	**CATMAT:** 463218	**UM:**	UNI
QUANTIDADE TOTAL:	30	**CLASSE:** 5935		
MARCA:	Não há exigência de marca.			
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**	**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não	Não	Não
VALOR ESTIMADO UNITÁRIO:		**VALOR ESTIMADO TOTAL:**		

ITEM 2				
DESCRIÇÃO:	DISJUNTOR TRIPOLAR 32A CURVA C MARCA: MERLIN GERIN			
CÓDIGO SAP:	6000000964	**CATMAT:** 616975	**UM:**	UNI
QUANTIDADE TOTAL:	1	**CLASSE:** 5925		
MARCA:	MERLIN GERIN			
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**	**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não	Não	Não
VALOR ESTIMADO UNITÁRIO:		**VALOR ESTIMADO TOTAL:**		

ITEM 3	
DESCRIÇÃO:	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL BWF 750 V, CONDUTOR FLEXÍVEL COBRE NÚ, TÊMPERA MOLE, SEÇÃO NOMINAL: 1x2,50 mm², ISOLAÇÃO: PVC/A 70ºC, FORNECIMENTO: ROLO 100 m, COR: PRETO, CLASSE DE ENCORDOAMENTO: 4,

	NORMA: NBR NM 247-3, ROLO 100 METROS, MARCAS: PRYMIAN, CONDUSPAR, CONDUGEL, INDUSCABOS, IMBRAC, LOUSANO, CONDUMAX, FICAP, CORFIO, ALCOA				
CÓDIGO SAP:	6000001023	**CATMAT:**	409293	**UM:**	m
QUANTIDADE TOTAL:	200	**CLASSE:**	6145		
MARCA:	MARCAS: PRYMIAN, CONDUSPAR, CONDUGEL, INDUSCABOS, IMBRAC, LOUSANO, CONDUMAX, FICAP, CORFIO, ALCOA				
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**		**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não		Não	Não
VALOR ESTIMADO UNITÁRIO:		**VALOR ESTIMADO TOTAL:**			

ITEM 4					
DESCRIÇÃO:	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL BWF 750 V CONDUTOR FLEXÍVEL COBRE NÚ, TÊMPERA MOLE SEÇÃO NOMINAL: 1x2,50 mm² ISOLAÇÃO: PVC/A 70ºC FORNECIMENTO: ROLO 100 m COR: AZUL CLASSE DE ENCORDOAMENTO: 4 NORMA: NBR NM 247-3 ROLO 100 METROS MARCAS: PRYMIAN, CONDUSPAR, CONDUGEL, INDUSCABOS, IMBRAC, LOUSANO, CONDUMAX, FICAP, CORFIO, ALCOA				
CÓDIGO SAP:	6000001031	**CATMAT:**	409293	**UM:**	UNI
QUANTIDADE TOTAL:	1	**CLASSE:**	6145		
MARCA:	MARCAS: PRYMIAN, CONDUSPAR, CONDUGEL, INDUSCABOS, IMBRAC, LOUSANO, CONDUMAX, FICAP, CORFIO, ALCOA				
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**		**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não		Não	Não
VALOR ESTIMADO UNITÁRIO:		**VALOR ESTIMADO TOTAL:**			

ITEM 5					
DESCRIÇÃO:	DISJUNTOR UNIPOLAR 35A CURVA C MARCA: MERLIN GERIN				
CÓDIGO SAP:	6000002745	**CATMAT:**	375015	**UM:**	UNI
QUANTIDADE TOTAL:	1	**CLASSE:**	5925		
MARCA:	MERLIN GERIN				
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**		**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não		Não	Não
VALOR ESTIMADO UNITÁRIO:		**VALOR ESTIMADO TOTAL:**			

ITEM 6					
DESCRIÇÃO:	DISJUNTOR MINI-DISJUNTOR MONOPOLAR 10A MERLIN GERIN				
CÓDIGO SAP:	6000002751	**CATMAT:**	484194	**UM:**	UNI
QUANTIDADE TOTAL:	1	**CLASSE:**	5925		
MARCA:	MERLIN GERIN				
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**		**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não		Não	Não
VALOR ESTIMADO UNITÁRIO:		**VALOR ESTIMADO TOTAL:**			

ITEM 7	

DESCRIÇÃO:	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL BWF 750 V CONDUTOR FLEXÍVEL COBRE NÚ, TÊMPERA MOLE SEÇÃO NOMINAL: 1x2,50 mm² ISOLAÇÃO: PVC/A 70ºC FORNECIMENTO: ROLO 100 m COR: VERDE CLASSE DE ENCORDOAMENTO: 4 NORMA: NBR NM 247-3 ROLO: 100 m. MARCAS: PRYMIAN, CONDUSPAR, CONDUGEL, INDUSCABOS, IMBRAC, LOUSANO, CONDUMAX, FICAP, CORFIO, ALCOA				
CÓDIGO SAP:	6000002772	**CATMAT:**	409293	**UM:**	m
QUANTIDADE TOTAL:	100	**CLASSE:**	6145		
MARCA:	MARCAS: PRYMIAN, CONDUSPAR, CONDUGEL, INDUSCABOS, IMBRAC, LOUSANO, CONDUMAX, FICAP, CORFIO, ALCOA				
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**		**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não		Não	Não
VALOR ESTIMADO UNITÁRIO:		**VALOR ESTIMADO TOTAL:**			

ITEM 8					
DESCRIÇÃO:	FUSÍVEL DE VIDRO AG20 5X20 0,5A				
CÓDIGO SAP:	6000005331	**CATMAT:**	327437	**UM:**	UNI
QUANTIDADE TOTAL:	100	**CLASSE:**	5920		
MARCA:	Não há exigência de marca.				
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**		**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não		Não	Não
VALOR ESTIMADO UNITÁRIO:		**VALOR ESTIMADO TOTAL:**			

ITEM 9					
DESCRIÇÃO:	FUSÍVEL DE VIDRO AG20 / 5 X 20 - 5,0 A				
CÓDIGO SAP:	6000005344	**CATMAT:**	479498	**UM:**	UNI
QUANTIDADE TOTAL:	100	**CLASSE:**	5920		
MARCA:	Não há exigência de marca.				
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**		**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não		Não	Não
VALOR ESTIMADO UNITÁRIO:		**VALOR ESTIMADO TOTAL:**			

ITEM 10					
DESCRIÇÃO:	FUSÍVEL DE VIDRO AG20 / 5 X 20 - 10,0 A				
CÓDIGO SAP:	6000005351	**CATMAT:**	292365	**UM:**	UNI
QUANTIDADE TOTAL:	100	**CLASSE:**	5920		
MARCA:	Não há exigência de marca.				
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**		**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não		Não	Não
VALOR ESTIMADO UNITÁRIO:		**VALOR ESTIMADO TOTAL:**			

ITEM 11					
DESCRIÇÃO:	TERMINAL FEMEA COMP. 0,5-1,5mm² 3,8mm VERMELHO PACOTE 100 UNIDADES				
CÓDIGO SAP:	6000007011	**CATMAT:**	404423	**UM:**	PC

QUANTIDADE TOTAL:	2	**CLASSE:**	5940		
MARCA:	Não há exigência de marca.				
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**		**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não		Não	Não
VALOR ESTIMADO UNITÁRIO:		**VALOR ESTIMADO TOTAL:**			

ITEM 12					
DESCRIÇÃO:	TERMINAL TIPO PINO 22-16 AWG 0,50 A 1,50 MM2 PRÉ ISOLADO				
CÓDIGO SAP:	6000007023	**CATMAT:**	298229	**UM:**	PÇ
QUANTIDADE TOTAL:	100	**CLASSE:**	5940		
MARCA:	Não há exigência de marca.				
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**		**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não		Não	Não
VALOR ESTIMADO UNITÁRIO:		**VALOR ESTIMADO TOTAL:**			

ITEM 13					
DESCRIÇÃO:	DISJUNTOR MOTOR GV3P 37,0-50,0A 50KA/400V CAPACIDADE DE RUPTURA: (KA) 50KA/415V TENSÃO DE ISOLAÇÃO: (V) 690 ACIONADOR ROTATIVO MARCA SCHNEIDER. CÓDIGO: GV3P50.				
CÓDIGO SAP:	6000008203	**CATMAT:**	431930	**UM:**	UNI
QUANTIDADE TOTAL:	1	**CLASSE:**	5925		
MARCA:	SCHNEIDER				
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**		**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não		Não	Não
VALOR ESTIMADO UNITÁRIO:		**VALOR ESTIMADO TOTAL:**			

ITEM 14					
DESCRIÇÃO:	REFLETOR LED 10W NÍVEL DE PROTEÇÃO: IP65 MATERIAL DO CORPO: ALUMÍNIO ACABAMENTO: AÇO POLIDO TENSÃO: BIVOLT FONTE DE LUZ: LÂMPADAS LED COR: BRANCO QUENTE 3000K LUMINOSIDADE: 700 - 800 LM ÂNGULO: 120º VIDA ÚTIL ESTIMADA: MAIS DE 50.000 HORAS				
CÓDIGO SAP:	6000009351	**CATMAT:**	470258	**UM:**	UNI
QUANTIDADE TOTAL:	3	**CLASSE:**	6210		
MARCA:	Não há exigência de marca.				
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**		**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não		Não	Não
VALOR ESTIMADO UNITÁRIO:		**VALOR ESTIMADO TOTAL:**			

ITEM 15

DESCRIÇÃO:	INTERRUPTOR BÁSICO FIM DE CURSO 15 A 250 VCA Z-15GW22-B ATUADOR: ALAVANCA C/ROLETE CONTATO: SPDT TERMINAIS: PARAFUSO.				
CÓDIGO SAP:	6000011237	**CATMAT:**	342176	**UM:**	UNI
QUANTIDADE TOTAL:	6	**CLASSE:**	5930		
MARCA:	Não há exigência de marca.				
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**		**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Sim		Não	Não
VALOR ESTIMADO UNITÁRIO:		**VALOR ESTIMADO TOTAL:**			

ITEM 16					
DESCRIÇÃO:	RELÉ DE SEGURANCA SRB-E-204ST ACE SCHMERSAL				
CÓDIGO SAP:	6000013734	**CATMAT:**	616405	**UM:**	PÇ
QUANTIDADE TOTAL:	1	**CLASSE:**	5963		
MARCA:	SCHMERSAL				
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**		**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não		Não	Não
VALOR ESTIMADO UNITÁRIO:		**VALOR ESTIMADO TOTAL:**			

ITEM 17					
DESCRIÇÃO:	MINIDISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO NÚMERO DE PÓLOS: 1 CORRENTE: 2 A TIPO CURVA: C CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO: 6 kA TENSÃO DE ISOLAMENTO: 400 VAC TENSÃO DE OPERAÇÃO NOMINAL: 12-253 VCA. MARCA: MERLIN GERIN				
CÓDIGO SAP:	6000012051	**CATMAT:**	616402	**UM:**	PÇ
QUANTIDADE TOTAL:	2	**CLASSE:**	5925		
MARCA:	MERLIN GERIN				
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**		**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não		Não	Não
VALOR ESTIMADO UNITÁRIO:		**VALOR ESTIMADO TOTAL:**			

ITEM 18					
DESCRIÇÃO:	MINIDISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO NÚMERO DE PÓLOS: 1 CORRENTE: 6 A TIPO CURVA: C CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO: 6 kA TENSÃO DE ISOLAMENTO: 400 VAC TENSÃO DE OPERAÇÃO NOMINAL: 12-253 VCA. MARCA: MERLIN GERIN				
CÓDIGO SAP:	6000012052	**CATMAT:**	484193	**UM:**	PÇ
QUANTIDADE TOTAL:	2	**CLASSE:**	5925		
MARCA:	MERLIN GERIN				
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**		**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não		Não	Não
VALOR ESTIMADO UNITÁRIO:		**VALOR ESTIMADO TOTAL:**			

ITEM 19					
DESCRIÇÃO:	PLUGUE 200/250V / 380-415V 3P+T+N 6H MIOLO VM POLIAMIDA IP66W.				
CÓDIGO SAP:	6000012562	**CATMAT:**	621546	**UM:**	UNI

QUANTIDADE TOTAL:	5	**CLASSE:** 5935		
MARCA:	Não há exigência de marca.			
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**	**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não	Não	Não
VALOR ESTIMADO UNITÁRIO:		**VALOR ESTIMADO TOTAL:**		

ITEM 20				
DESCRIÇÃO:	TOMADA DE SEGURANÇA AUMENTADA, COM INTERTRAVAMENTO NO PLUGUE, 200-250/380-415V 3P+T+N 6H TAMPA VM, COM PRENSA CABO.			
CÓDIGO SAP:	6000012563	**CATMAT:** 621545	**UM:** UNI	
QUANTIDADE TOTAL:	5	**CLASSE:** 5935		
MARCA:	Não há exigência de marca.			
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**	**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não	Não	Não
VALOR ESTIMADO UNITÁRIO:		**VALOR ESTIMADO TOTAL:**		

ITEM 21				
DESCRIÇÃO:	VÁLVULA DIRECIONAL SOLENOIDE VQ1100N-51 TIPO: 5 POSIÇÕES 2 VIAS, BOBINA 24VCC, PRESSÃO DE OPERAÇÃO: 0,7 MPA. TEMPERATURA TRABALHO: -10 A 50 °C			
CÓDIGO SAP:	6000012702	**CATMAT:** 617032	**UM:** PÇ	
QUANTIDADE TOTAL:	3	**CLASSE:** 4520		
MARCA:	Não há exigência de marca.			
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**	**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não	Não	Não
VALOR ESTIMADO UNITÁRIO:		**VALOR ESTIMADO TOTAL:**		

ITEM 22				
DESCRIÇÃO:	CONECTOR METALICO SACC M12 FEMEA RETO COM 4 POLOS			
CÓDIGO SAP:	6000012705	**CATMAT:** 625418	**UM:** PÇ	
QUANTIDADE TOTAL:	10	**CLASSE:** 5940		
MARCA:	Não há exigência de marca.			
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**	**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não	Não	Não
VALOR ESTIMADO UNITÁRIO:		**VALOR ESTIMADO TOTAL:**		

ITEM 23	
DESCRIÇÃO:	KIT TERMINAIS ELÉTRICOS OLHAL FORQUILHA PINO 05 A 6MM² - 375 PEÇAS + CAIXA ORGANIZADORA 50 peças – Terminal Olhal vermelho pré isolado 0,5 á 1,5mm² – furo M5 50 peças – Terminal Olhal azul pré isolado 0,75 á 2,5mm² – furo M5 25 peças – Terminal Olhal amarelo pré isolado 4 á 6mm² – furo M5 50 peças – Terminal Forquilha vermelho pré isolado 0,5 á 1,5mm² – furo M4 50 peças – Terminal Forquilha azul pré isolado 0,75 á 2,5mm² – furo M4 25 peças – Terminal Forquilha amarelo pré isolado 4 á 6mm² – furo M5

	50 peças – Terminal Pino vermelho pré isolado 0,5 á 1,5mm² – comprimento 10mm 50 peças – Terminal Pino azul pré isolado 0,75 á 2,5mm² – comprimento 10mm 25 peças – Terminal Pino amarelo pré isolado 4 á 6mm² – comprimento 13mm 1 peça – Caixa organizadora 7 divisórias Total: 375 Terminais Material metálico: Liga de cobre estanhado Material plástico: PVC Temperatura: 90º				
CÓDIGO SAP:	6000012895	**CATMAT:**	446216	**UM:**	UNI
QUANTIDADE TOTAL:	1	**CLASSE:**	5940		
MARCA:	Não há exigência de marca.				
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**		**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não		Não	Não
VALOR ESTIMADO UNITÁRIO:		**VALOR ESTIMADO TOTAL:**			

ITEM 24					
DESCRIÇÃO:	MINIDISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO NÚMERO DE PÓLOS: 1 CORRENTE: 4 A TIPO CURVA: C CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO: 3 kA TENSÃO DE ISOLAMENTO: 250/440 VCA / 60 VCC TENSÃO DE OPERAÇÃO NOMINAL: 380 / 220 VCA NORMA: NBR NM 60898 MARCA: MERLIN GERIN				
CÓDIGO SAP:	7000002333	**CATMAT:**	337088	**UM:**	UNI
QUANTIDADE TOTAL:	20	**CLASSE:**	5925		
MARCA:	MERLIN GERIN				
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**		**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não		Não	Não
VALOR ESTIMADO UNITÁRIO:		**VALOR ESTIMADO TOTAL:**			

ITEM 25					
DESCRIÇÃO:	MINIDISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO NÚMERO DE PÓLOS: 1 CORRENTE: 16 A TIPO CURVA: C CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO: 3 kA TENSÃO DE ISOLAMENTO: 250/440 VCA / 60 VCC TENSÃO DE OPERAÇÃO NOMINAL: 380 / 220 VCA NORMA: NBR NM 60898 MARCA: MERLIN GERIN				
CÓDIGO SAP:	7000002334	**CATMAT:**	376213	**UM:**	UNI
QUANTIDADE TOTAL:	11	**CLASSE:**	5925		
MARCA:	MERLIN GERIN				
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**		**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não		Não	Não
VALOR ESTIMADO UNITÁRIO:		**VALOR ESTIMADO TOTAL:**			

ITEM 26					
DESCRIÇÃO:	MINIDISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO NÚMERO DE PÓLOS: 1 CORRENTE: 25 A TIPO CURVA: C CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO: 3 kA TENSÃO DE ISOLAMENTO: 250/440 VCA / 60 VCC TENSÃO DE OPERAÇÃO NOMINAL: 380 / 220 VCA NORMA: NBR NM 60898 MARCA: MERLIN GERIN				
CÓDIGO SAP:	7000002336	**CATMAT:**	323580	**UM:**	UNI
QUANTIDADE TOTAL:	1	**CLASSE:**	5925		
MARCA:	MERLIN GERIN				

AMOSTRA	GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA	MARGEM DE PREFERÊNCIA	ISENÇÃO ICMS	SUSPENSÃO IPI
Sem amostra	Não	Não	Não	Não
VALOR ESTIMADO UNITÁRIO:		**VALOR ESTIMADO TOTAL:**		

ITEM 27					
DESCRIÇÃO:	DISJUNTOR MAGNÉTICO MANOPLA ROTATIVA NÚMERO DE PÓLOS: 3 CORRENTE: 65 A CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO: 50 kA a 440 V 50/60 Hz CORRENTE DE DISPARO MAGNÉTICO: 910 A ALIMENTAÇÃO DO MOTOR: 55 kW a 690 V CA 50/60 Hz GRAU DE PROTEÇÃO: IP20 NORMA: EN/IEC 60947-2. MARCA: MERLIN GERIN				
CÓDIGO SAP:	7000002352	**CATMAT:**	431872	**UM:**	UNI
QUANTIDADE TOTAL:	1	**CLASSE:**	5925		
MARCA:	MERLIN GERIN				
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**		**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não		Não	Não
VALOR ESTIMADO UNITÁRIO:		**VALOR ESTIMADO TOTAL:**			

ITEM 28					
DESCRIÇÃO:	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO 6,3-10A MANOPLA ROTATIVA NÚMERO DE PÓLOS: 3 CORRENTE NOMINAL: 10 A FAIXA AJUSTE PROTERÇÃO TÉRMICA: 6,3-10 A CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO: 42 kA a 440 V 50/60 Hz CORRENTE DE DISPARO MAGNÉTICO: 140 A ALIMENTAÇÃO DO MOTOR: 4 kW a 440 VCA 50/60Hz GRAU DE PROTEÇÃO: IP20 NORMA: NORMA: IEC/ EM 60947. MARCA: MERLIN GERIN				
CÓDIGO SAP:	7000002360	**CATMAT:**	432728	**UM:**	UNI
QUANTIDADE TOTAL:	1	**CLASSE:**	5925		
MARCA:	MERLIN GERIN				
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**		**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não		Não	Não
VALOR ESTIMADO UNITÁRIO:		**VALOR ESTIMADO TOTAL:**			

ITEM 29					
DESCRIÇÃO:	TERMINAL PINO 4 MM A 6 MM PRÉ ISOLADO PARA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS				
CÓDIGO SAP:	7000004501	**CATMAT:**	261565	**UM:**	PÇ
QUANTIDADE TOTAL:	100	**CLASSE:**	5940		
MARCA:	Não há exigência de marca.				
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**		**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não		Não	Não
VALOR ESTIMADO UNITÁRIO:		**VALOR ESTIMADO TOTAL:**			

ITEM 30					
DESCRIÇÃO:	MOTOR 1,0CV 4P 220/380V BLINDADO				
CÓDIGO SAP:	7000005241	**CATMAT:**	451524	**UM:**	UNI
QUANTIDADE TOTAL:	2	**CLASSE:**	6105		
MARCA:	Não há exigência de marca.				

AMOSTRA	GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA	MARGEM DE PREFERÊNCIA	ISENÇÃO ICMS	SUSPENSÃO IPI
Sem amostra	Não	Não	Não	Não
VALOR ESTIMADO UNITÁRIO:		**VALOR ESTIMADO TOTAL:**		

ITEM 31				
DESCRIÇÃO:	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO DIN NÚMERO DE PÓLOS: 2 CORRENTE: 6 A TIPO CURVA: C CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO: 3 kA TENSÃO MÁXIMA DE SERVIÇO: 440 VCA TENSÃO DE TRABALHO: 230/400 V FIXAÇÃO: ENCAIXE PERFIL DIN 35mm NORMA: ABNT NBR 60898. MARCA: MERLIN GERIN			
CÓDIGO SAP:	7000008468	**CATMAT:** 337245	**UM:** PÇ	
QUANTIDADE TOTAL:	4	**CLASSE:** 5925		
MARCA:	MERLIN GERIN			
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**	**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não	Não	Não
VALOR ESTIMADO UNITÁRIO:		**VALOR ESTIMADO TOTAL:**		

ITEM 32				
DESCRIÇÃO:	CABINHO 1,00MM PRETO. MARCAS: PRYMIAN, CONDUSPAR, CONDUGEL, INDUSCABOS, IMBRAC, LOUSANO, CONDUMAX, FICAP, CORFIO, ALCOA			
CÓDIGO SAP:	7000008479	**CATMAT:** 419866	**UM:** m	
QUANTIDADE TOTAL:	100	**CLASSE:** 6145		
MARCA:	MARCAS: PRYMIAN, CONDUSPAR, CONDUGEL, INDUSCABOS, IMBRAC, LOUSANO, CONDUMAX, FICAP, CORFIO, ALCOA			
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**	**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não	Não	Não
VALOR ESTIMADO UNITÁRIO:		**VALOR ESTIMADO TOTAL:**		

ITEM 33				
DESCRIÇÃO:	CONECTOR BORNE COMUM DE PASSAGEM 2,5MM TIPO CONEXÃO PARAFUSO COR CINZA			
CÓDIGO SAP:	7000008486	**CATMAT:** 359175	**UM:** PÇ	
QUANTIDADE TOTAL:	40	**CLASSE:** 5935		
MARCA:	Não há exigência de marca.			
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**	**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não	Não	Não
VALOR ESTIMADO UNITÁRIO:		**VALOR ESTIMADO TOTAL:**		

ITEM 34				
DESCRIÇÃO:	TAMPA DE FECHAMENTO PARA BORNE 2,5 MM COR CINZA			
CÓDIGO SAP:	7000008487	**CATMAT:** 485121	**UM:** PÇ	
QUANTIDADE TOTAL:	40	**CLASSE:** 5975		
MARCA:	Não há exigência de marca.			
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**	**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**

Sem amostra	Não	Não	Não	Não
VALOR ESTIMADO UNITÁRIO:		**VALOR ESTIMADO TOTAL:**		

ITEM 35				
DESCRIÇÃO:	CABO ELÉTRICO FLEXIVEL PP 2 VIAS SEÇÃO 1,00 MM 750V CONDUTOR COM CARACTERÍSTICAS DE NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO ROLO COM 100 METROS. MARCAS: PRYMIAN, CONDUSPAR, CONDUGEL, INDUSCABOS, IMBRAC, LOUSANO, CONDUMAX, FICAP, CORFIO, ALCOA			
CÓDIGO SAP:	7000009164	**CATMAT:** 325104	**UM:** UNI	
QUANTIDADE TOTAL:	15	**CLASSE:** 6145		
MARCA:	MARCAS: PRYMIAN, CONDUSPAR, CONDUGEL, INDUSCABOS, IMBRAC, LOUSANO, CONDUMAX, FICAP, CORFIO, ALCOA			
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**	**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não	Não	Não
VALOR ESTIMADO UNITÁRIO:				

ITEM 36				
DESCRIÇÃO:	FUSIVEL DE VIDRO 2A 250V 5X20 MM AÇÃO RÁPIDA			
CÓDIGO SAP:	7000009170	**CATMAT:** 472606	**UM:** UNI	
QUANTIDADE TOTAL:	200	**CLASSE:** 5920		
MARCA:	Não há exigência de marca.			
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**	**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não	Não	Não
VALOR ESTIMADO UNITÁRIO:		**VALOR ESTIMADO TOTAL:**		

ITEM 37				
DESCRIÇÃO:	MINI CAIXA DE SOBREPOR, DIMENSÕES 90 X 60 X 45 MM, BRANCA/CINZA.			
CÓDIGO SAP:	7000009171	**CATMAT:** 447037	**UM:** UNI	
QUANTIDADE TOTAL:	20	**CLASSE:** 5975		
MARCA:	Não há exigência de marca.			
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**	**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não	Não	Não
VALOR ESTIMADO UNITÁRIO:		**VALOR ESTIMADO TOTAL:**		

ITEM 38				
DESCRIÇÃO:	CAIXA PARA PAINEL ELÉTRICO EM AÇO CARBONO SAE 1008/1010 (COM PLACA DE MONTAGEM), PINTURA ELETROSTATICA A PÓ, GRAU DE PROTEÇÃO IP54, IP55 OU IP61 DIMENSÕES 950 X 600 X 220 MM, COR CINZA.			
CÓDIGO SAP:	7000009173	**CATMAT:** 274887	**UM:** UNI	
QUANTIDADE TOTAL:	2	**CLASSE:** 6110		
MARCA:	Não há exigência de marca.			
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**	**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Sim	Não	Não
VALOR ESTIMADO				

UNITÁRIO:	VALOR ESTIMADO TOTAL:

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **75 (setenta e cinco)** dias contados da data de assinatura do Contrato pela Contratante – ato contínuo à assinatura da Contratada – em virtude da adoção do Sistema Eletrônico de Informações (SEI/FIOCRUZ), ou de forma alternativa, da data de aceite da Nota de Empenho pela Contratada, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no **Plano de Contratações Anual 2026**, conforme detalhamento a seguir:

Item(ns): 01
Área: VDOP: Serviço de Utilidades
Classe de material: 5935
N° do DFD: 202/2026
DFD - ID ITEM no PCA: 1239
N° da futura contratação: 254446-788/2026
DFD - Data da Publicação no PNCP: 12/05/2025
ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000010/2026

Item(ns): 02, 05, 06, 13, 17, 18, 26, 27, 28
Área: VDOP: Gerência do Serviço de Manutenção Fabril
Classe de material: 5925
N° do DFD: 202/2026
DFD - ID ITEM no PCA: 1230
N° da futura contratação: 254446-788/2026
DFD - Data da Publicação no PNCP: 12/05/2025
ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000010/2026

Item(ns): 03, 04, 07, 32, 35
Área: VDOP: Seção de Almoxarifado de Manutenção
Classe de material: 6145
N° do DFD: 202/2026
DFD - ID ITEM no PCA: 1237
N° da futura contratação: 254446-788/2026
DFD - Data da Publicação no PNCP: 12/05/2025
ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000010/2026

Item(ns): 08, 09, 10
Área: VDOP: Gerência do Serviço de Manutenção Fabril
Classe de material: 5920
N° do DFD: 202/2026
DFD - ID ITEM no PCA: 1229
N° da futura contratação: 254446-788/2026
DFD - Data da Publicação no PNCP: 12/05/2025
ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000010/2026

Item(ns): 11
Área: VDOP: Seção de Almoxarifado de Manutenção
Classe de material: 5940
N° do DFD: 202/2026
DFD - ID ITEM no PCA: 1232
N° da futura contratação: 254446-788/2026
DFD - Data da Publicação no PNCP: 12/05/2025

ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000010/2026

Item(ns): 12, 23, 29
Área: VDOP: Gerência do Serviço de Manutenção Fabril
Classe de material: 5940
N° do DFD: 202/2026
DFD - ID ITEM no PCA: 1232
N° da futura contratação: 254446-788/2026
DFD - Data da Publicação no PNCP: 12/05/2025
ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000010/2026

Item(ns): 14
Área: VDOP: Seção de Almoxarifado de Manutenção
Classe de material: 6210
N° do DFD: 202/2026
DFD - ID ITEM no PCA: 1238
N° da futura contratação: 254446-788/2026
DFD - Data da Publicação no PNCP: 12/05/2025
ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000010/2026

Item(ns): 15
Área: VDOP: Seção de Almoxarifado de Manutenção
Classe de material: 5930
N° do DFD: 202/2026
DFD - ID ITEM no PCA: 1231
N° da futura contratação: 254446-788/2026
DFD - Data da Publicação no PNCP: 12/05/2025
ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000010/2026

Item(ns): 16
Área: VDOP: Gerência do Serviço de Manutenção Fabril
Classe de material: 5963
N° do DFD: 202/2026
DFD - ID ITEM no PCA: 1233
N° da futura contratação: 254446-788/2026
DFD - Data da Publicação no PNCP: 12/05/2025
ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000010/2026

Item(ns): 19, 20
Área: VDOP: Gerência do Serviço de Manutenção Fabril
Classe de material: 5935
N° do DFD: 202/2026
DFD - ID ITEM no PCA: 1239
N° da futura contratação: 254446-788/2026
DFD - Data da Publicação no PNCP: 12/05/2025
ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000010/2026

Item(ns): 21
Área: VDOP: Gerência do Serviço de Manutenção Fabril
Classe de material: 4810

N° do DFD: 202/2026
DFD - ID ITEM no PCA: 1228
N° da futura contratação: 254446-788/2026
DFD - Data da Publicação no PNCP: 12/05/2025
ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000010/2026

Item(ns): 22
Área: VDOP: Gerência do Serviço de Manutenção Fabril
Classe de material: 5935

N° do DFD: 202/2026
DFD - ID ITEM no PCA: 1232
N° da futura contratação: 254446-788/2026
DFD - Data da Publicação no PNCP: 12/05/2025
ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000010/2026

Item(ns): 24, 25
Área: VDOP: Gerência do Serviço de Manutenção Fabril; Seção de Almoxarifado de Manutenção
Classe de material: 5925
N° do DFD: 202/2026
DFD - ID ITEM no PCA: 1230
N° da futura contratação: 254446-788/2026
DFD - Data da Publicação no PNCP: 12/05/2025
ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000010/2026

Item(ns): 30
Área: VDOP: Gerência do Serviço de Manutenção Fabril
Classe de material: 6105
N° do DFD: 202/2026
DFD - ID ITEM no PCA: 1235
N° da futura contratação: 254446-788/2026
DFD - Data da Publicação no PNCP: 12/05/2025
ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000010/2026

Item(ns): 31
Área: VDOP: Seção de Almoxarifado de Manutenção
Classe de material: 5925
N° do DFD: 202/2026
DFD - ID ITEM no PCA: 1230
N° da futura contratação: 254446-788/2026
DFD - Data da Publicação no PNCP: 12/05/2025
ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000010/2026

Item(ns): 33
Área: VDOP: Seção de Almoxarifado de Manutenção
Classe de material: 5935
N° do DFD: 202/2026
DFD - ID ITEM no PCA: 1239
N° da futura contratação: 254446-788/2026
DFD - Data da Publicação no PNCP: 12/05/2025
ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000010/2026

Item(ns): 34
Área: VDOP: Seção de Almoxarifado de Manutenção
Classe de material: 5975
N° do DFD: 202/2026
DFD - ID ITEM no PCA: 1234
N° da futura contratação: 254446-788/2026
DFD - Data da Publicação no PNCP: 12/05/2025
ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000010/2026

Item(ns): 36
Área: VDOP: Gerência do Serviço de Manutenção Fabril; Seção de Almoxarifado de Manutenção
Classe de material: 5920
N° do DFD: 202/2026
DFD - ID ITEM no PCA: 1229
N° da futura contratação: 254446-788/2026
DFD - Data da Publicação no PNCP: 12/05/2025
ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000010/2026

Item(ns): 37
Área: VDOP: Serviço de Automação
Classe de material: 5975
N° do DFD: 202/2026
DFD - ID ITEM no PCA: 1234
N° da futura contratação: 254446-788/2026
DFD - Data da Publicação no PNCP: 12/05/2025
ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000010/2026

Item(ns): 38
Área: VDOP: Seção de Almoxarifado de Manutenção
Classe de material: 6110
N° do DFD: 202/2026
DFD - ID ITEM no PCA: 1236
N° da futura contratação: 254446-788/2026
DFD - Data da Publicação no PNCP: 12/05/2025
ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000010/2026
---

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Com objetivo de atender a necessidade de compras sustentáveis, foram considerados os critérios de sustentabilidade alinhados ao Catálogo de Critério de Sustentabilidade - CCS, definidos pela Divisão de Meio Ambiente, do Centro de Segurança do Trabalho e Gestão Ambiental de Farmanguinhos, no contexto do Plano de Logística Sustentável da FIOCRUZ, conforme PORTARIA Nº 646, de 30 de novembro de 2021, bem como suas atualizações, e em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU.

4.2. Os critérios de qualificação técnica relacionados a sustentabilidade estão detalhados neste Termo de Referência, conforme subitens: 5 (Entrega), 9 (Habilitação) e 12 (Disposições Gerais – Documentação Requerida na Etapa de Aceitabilidade da Proposta). Os licitantes devem apresentar documentos específicos conforme exigência da classe de produtos.

Catálogo Eletrônico de Padronização

4.3. Em consulta ao Sistema Governamental, no endereço https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itens-padronizados, não foi identificado a existência de material(is) padronizado(s) para o(s) objeto(s) pretendido(s).

Da Indicação de Legislação Especial

Regulatório

4.4. Os materiais mencionados neste Termo de Referência não estão sujeitos a controle e fiscalização por órgãos regulatórios.

Da Exigência de Calibração

4.5. Os itens que compõem este objeto não possuem exigências de critérios de metrologia.

Margem de Preferência

4.6. O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência, conforme quadro abaixo, prevista no Decreto n.º 11.890/2024, conforme disposto na Resolução **SEGES-CICS/MGI Nº** º 4 (atualizada pela Resolução 8ª) da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, por se tratar de **bens manufaturados nacionais que atendam a normas técnicas brasileira.**

NÚMERO SLN	CÓDIGO SAP	DESCRIÇÃO LONGA NO SAP	NCM	RADICAL DO NCM	MARGEM NORMAL PELO RADICAL	MARGEM ADICIONAL PELO RADICAL	MARGEM TOTAL PELO RADICAL
15	6000011237	INTERRUPTOR BÁSICO FIM DE CURSO 15 A 250 VCA Z-15GW22-B ATUADOR: ALAVANCA C/ROLETE CONTATO: SPDT TERMINAIS: PARAFUSO	85365090	8536	10%	10%	20%
38	7000009173	CAIXA PARA PAINEL ELÉTRICO EM AÇO CARBONO SAE 1008/1010 (COM PLACA DE MONTAGEM), PINTURA ELETROSTATICA A PÓ, GRAU DE PROTEÇÃO IP54, DIMENSÕES 950 X 600 X 220 MM, COR CINZA	85371090	8537	10%	10%	20%

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)

4.7. As eventuais indicações de marca estão indicadas no subitem 2.1 (Rol de itens a serem adquiridos), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares.

Da exigência de amostra

4.8. Não se aplica exigência de amostra ao objeto deste Termo de Referência.

Subcontratação

4.9. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.10. A eventual exigência de garantia da contratação, estabelecida nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, encontra-se pormenorizada em tópico específico no Estudo Técnico Preliminar, bem como a justificativa correspondente para o caso de sua não incidência.

Empresas reunidas em Consórcio

4.11. A contratação almejada não é de alta complexidade técnica e/ou grande vulto, não se mostrando, pela experiência prática, vantajosa a participação de empresas reunidas em consórcio.

Da utilização do Sistema de Registro de Preços

4.12. Informamos que esta aquisição não se enquadra em qualquer das hipóteses previstas no Decreto nº 11.462/2023, uma vez que os bens requisitados serão utilizados em sua quantidade total, portanto, não há razões para aquisição através do Sistema de Registro de Preço.

Isenção de ICMS E Suspensão de IPI:

4.13. Para fins de atendimento à legislação tributária aplicável, o licitante deverá observar, obrigatoriamente, a eventual existência de indicação específica quanto à aplicação de isenção de ICMS e/ou suspensão de IPI, para cada item conforme discriminado no subitem 1.1 deste Termo de Referência e atender especificadamente aos subitens a seguir:

Isenção de ICMS

4.13.1. O item com indicação de Isenção de ICMS consta do Convênio de Isenção de ICMS nº 87/2002, prorrogado até 30/04 /2026, que concede isenção do ICMS nas operações com fármacos e medicamentos destinados a órgãos da Administração Pública Direta Federal, caso deste Instituto, desde que atendidas as condicionantes previstas no referido convênio. Dessa forma, a empresa licitante deverá verificar possível aderência às condicionantes do Convênio de Isenção de ICMS nº 87/2002 e, em sendo pertinente, apresentar seu preço com a isenção do respectivo imposto.

4.13.2. Os itens descritos no subitem 2.1 e que compõem o presente TR não são isentos de ICMS.

Suspensão de IPI

4.13.3. Farmanguinhos é estabelecimento que se dedica preponderantemente à elaboração de produtos classificados no capítulo 30 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI.
Dessa forma, em conformidade com o disposto no artigo 29 da Lei nº 10.637 de 30/12/2002, as matérias-primas, os produtos intermediários e os materiais de embalagem terão o Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI suspenso do preço do produto, mediante fornecimento da declaração disponibilizada por Farmanguinhos, que deverá ser solicitada pelo licitante através do e-mail pregaoeletronico.far@fiocruz.br, para elaboração da sua proposta.

4.13.4. Os itens descritos no subitem 2.1 e que compõem o presente TR não possuem suspensão de IPI.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega do(s) bem(ns) é de até **45 (quarenta e cinco) dias** contados da data de início do prazo de vigência da contratação, conforme definido no subitem 1.4 deste Termo de Referência, de forma única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: AVENIDA COMANDANTE GUARANYS, 447 – JACAREPAGUÁ/CURICICA – RIO DE JANEIRO – RJ – CEP: 22775-903 - Horário: 08:00 horas às 12:00 e 13:00 às 15:00h. Deverá ser agendado através do e-mail logistica.far@fiocruz.br – Divisão de Logística. Servidor responsável pelo recebimento: Cristina Conceição Rocha Guedes, Matrícula SIAPE nº 1635122.

Padrões mínimos de qualidade a serem exigidos

5.4. Na entrega deverá ser observado os padrões mínimos de qualidade que encontram-se pormenorizados em tópico específico no Estudo Técnico Preliminar.

Sustentabilidade

5.5. Não há exigência de apresentação de documentos, na fase de entrega, que comprovem atendimento a critérios de sustentabilidade.

Critério de Metrologia

5.6. Na entrega do material, para os itens que compõem o objeto desta contratação, não há exigência de apresentação de documentos relacionados à critérios de metrologia.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.7. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao Gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a. der causa à inexecução parcial do contrato;

b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c. der causa à inexecução total do contrato;

d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.27. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

Cessão de crédito

8.28. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.29. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.30. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.31. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

8.31.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.32. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8.33. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8.34. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.35. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, que constará do Preâmbulo do Edital (nos casos de ampla concorrência), ou de forma alternativa, nos casos de contratação direta, no aviso da dispensa eletrônica ou no ato administrativo, que levará a data base do orçamento à anuência da adjudicatária em fase interna da contratação.

8.36. Após o interregno de um ano, e desde que previamente solicitado pela CONTRATADA – pedido expresso deverá ser apresentado à Fiscalização do contrato em data anterior à anualidade a que se referir o reajuste, sob pena de abdicação tácita – os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.37. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.38. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) solicitado(s) pela CONTRATADA, por ocasião da divulgação do índice definitivo.

8.39. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.40. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.41. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.42. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento será integral.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Os licitantes vencedores no certame cujo valor total para fornecimento dos bens ou materiais seja superior a ¼ do valor estabelecido no inciso II do Art. 75 da Lei 14.133/21, com exceção das entregas imediatas, bem como produtos para pesquisa e desenvolvimento nos limites trazidos no Art. 70, inciso III da mesma lei, também deverão apresentar a documentação abaixo:

> 9.17.1. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
>
> 9.17.2. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
>
> 9.17.3. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
>
> 9.17.4. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.18. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.19. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.20. Os licitantes vencedores no certame cujo valor total para fornecimento dos bens ou materiais seja superior a ¼ do valor estabelecido no inciso II do Art. 75 da Lei 14.133/21, com exceção das entregas imediatas, bem como produtos para pesquisa e desenvolvimento nos limites trazidos no Art. 70, inciso III da mesma lei, também deverão apresentar a documentação abaixo:

9.20.1. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.20.2. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 8% do valor total estimado da contratação;

9.20.3. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.20.4. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.20.5. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped;

9.20.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

Documentos Regulatórios

9.21. Os itens que compõem o objeto deste processo de compra não estão sujeitos a controle e fiscalização sanitária pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), nos termos da Lei n.º 6.360/1976. De igual forma, tais itens estão dispensados de apresentação de documentação referente aos órgãos fiscalizadores como Polícia Civil, Polícia Federal e Exército, estando desobrigados da apresentação de Certificado de Licença de Funcionamento, na forma da Lei nº 10.357, de 27/12/2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.262 de 10/06/2002, conforme as listas constantes na Portaria MJ nº 1.274, de 25/08/2003 e Certificado de Registro e Apostilamento de Exército e Licença da Polícia Civil emitidos na forma do Decreto nº 3.665, de 20 de novembro de 2000 (R-105).

Margem de Preferência

9.22. Para esta contratação aplica-se a margem de preferência de tratam os artigos 3º e 4° da RESOLUÇÃO SEGES-CICS/MGI Nº 4. DE 18 DE OUTUBRO DE 2024.

9.23. Para os itens listados no subitem 4.6. fica o licitante responsável por apresentar um dos seguintes documentos, conforme o caso, que comprove o atendimento das regras de origem e das regras de qualificação de que tratam os artigos 3º e 4º da RESOLUÇÃO SEGES-CICS/MGI Nº 4. DE 18 DE OUTUBRO DE 2024.

9.23.1. Impressão da tela da página da consulta CFI / Credenciamento FINAME do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, disponível no sítio eletrônico https://ws.bndes.gov.br/cfi_catalogo/. em que conste a marca ou o fabricante e o modelo ou a versão do item ofertado. bem como o código CFI do produto;

9.23.2. Impressão da tela da página da consulta CFI / Credenciamento FINAME do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, disponível no sítio eletrônico https://ws.bndes.gov.br/cfi_catalogo/. em que conste a marca ou o fabricante e o modelo ou a versão do item ofertado, e a expressão "TIPO A". bem como o código CFI do produto;

9.23.2.1. Impressão da tela da página da consulta de empresas habilitadas, produtos e modelos aprovados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, disponível no sítio eletrônico https://inovacaodigital.mcti.gov.br/leiDeInformatica/empresasHabilitadas, em que conste o produto e o modelo do item ofertado;

9.23.2.2. Impressão da tela da página da consulta de empresas com reconhecimento de produtos desenvolvidos no país do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, disponível no sítio eletrônico: https://inovacaodigital.mcti.gov.br/leiDeInformatica /empresasProdutosModelosTecnac., em que conste o produto e o modelo do item ofertado;

9.23.5. Formulário, preenchido e assinado, de Autodeclaração de Medicamento Nacional (Anexo II.a desta Resolução), constante em Anexo a este Termo de Referência;

9.23.6. Formulário, preenchido e assinado, de Autodeclaração do Insumo Farmacêutico Ativo Nacional (Anexo II.b desta Resolução), constante em Anexo a este Termo de Referência.

Sustentabilidade

9.24. O fornecedor deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade:

9.24.1. REQUISITO PARA AQUISIÇÃO SUSTENTÁVEL: **Cadastro Técnico Federal (CTF)** de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais atualizado, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei n° 6.938, de 1981, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA n° 13/2021.

9.24.1.1. REQUISITO LEGAL: Lei 6.938/1981 e suas atualizações e correlações; Instrução Normativa Ibama nº 06 e suas atualizações e correlações; Instrução Normativa Ibama nº 13 suas atualizações e correlações;

9.24.1.2. COMPROVAÇÃO DO ATENDIMENTO AO REQUISITO: Deverá ser apresentado CTF - Cadastro Técnico Federal, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido do fabricante do material.

9.24.1.3. JUSTIFICATIVA PARA NÃO ADOÇÃO DO REQUISITO: Não será necessário apresentar o documento nos seguintes casos:

9.24.1.3.1. a) Proveniente de fabricante estrangeiro;

9.23.1.3.2. b) Em caso de não enquadramento conforme o Anexo I da IN IBAMA 13/2021, e não estar configurado nas FTEs - Fichas Técnicas de Enquadramento do IBAMA como atividade obrigatória, conforme link abaixo: Link para consulta: https://www.gov.br/ibama/pt-br/servicos/cadastros/ctf/ctf-app/ftes/lista-de-todas-as-ftes,

9.24.1.3.3. c) No caso do órgão ambiental competente emitir dispensa de licenciamento ou autorização de dispensa, com fundamento em normativa estabelecida pelo CONAMA 237.

9.24.1.3.4. Para os casos acima mencionados nos itens (a, b ou c), à licitante deverá ser apresentada a DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS DO FABRICANTE, conforme anexo constante no edital. O documento deve ser devidamente preenchido e assinado pelo responsável legal da licitante, indicando o motivo da isenção da apresentação do documento.

9.24.2. REQUISITO PARA AQUISIÇÃO SUSTENTÁVEL: **Licença ambiental** atualizada que autoriza a operação/funcionamento do fabricante nacional de acordo com o Estado de localização.

9.24.2.1. REQUISITO LEGAL: Lei nº 14.133/21 e suas atualizações e correlações; Lei 6.938/1981 e suas atualizações e correlações; RESOLUÇÃO CONAMA nº 237 e suas atualizações e correlações.

9.24.2.2. COMPROVAÇÃO DO ATENDIMENTO AO REQUISITO: Deverá ser apresentado o documento ambiental do órgão licenciador (Certidão, Autorização ou Licença) do fabricante do material solicitado emitida pelo órgão licenciador do Estado de localização da empresa. Caso o licitante não seja o fabricante do material, deverá apresentar a licença de operação/atividade do fabricante nacional de acordo com o Estado de localização.

9.24.2.3. JUSTIFICATIVA PARA NÃO ADOÇÃO DO REQUISITO: Não será necessário apresentar o documento nos seguintes casos:

9.24.2.3.1. a) Proveniente de fabricante estrangeiro;

9.24.2.3.2. b) Se a atividade ou empreendimento não estiver listado no Anexo I da Conama 237 Link acesso Resolução CONAMA nº 237: https://conama.mma.gov.br/?option=com_sisconama&task=arquivo.download&id=237 e

9.24.2.3.3. c) Se a empresa apresentar a Certidão de Dispensa de Licenciamento Ambiental ou Certidão de Inexigibilidade do fabricante nacional.

9.24.2.3.4. Para os casos acima mencionados nos itens (a, b ou c), à licitante deverá ser apresentada a DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS DO FABRICANTE, conforme anexo constante no edital. O documento deve ser devidamente preenchido e assinado pelo responsável legal da licitante, indicando o motivo da isenção da apresentação do documento.

Disposições gerais sobre habilitação

9.25. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.26. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato, da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.27. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.28. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.29. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

10.1.1 Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- Gestão/Unidade: 25201/254446

- Fonte: 1002

- Programas de Trabalho: 10.303.5117.**4370**.0001 (Ação: 4370 - Atendimento à População para Prevenção, Controle e Tratamento do Vírus da Imunodeficiência Humana e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (HIV/AIDS) e outras infecções sexualmente transmissíveis (IST) e Hepatites Virais).

- Elemento de despesa: 33.90.30

- PI: A1FAR

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas [exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas.

Documentação Requerida na Etapa de Julgamento da Proposta

Critérios Regulatórios

12.2. Na etapa de Julgamento da Proposta não há exigência de documentação relacionada à Critérios Regulatórios para os itens que compõem o objeto desta contratação.

Critérios de Sustentabilidade

12.3. Na etapa de aceitabilidade da Proposta, não há exigência de documentação relacionada aos Critérios de Sustentabilidade para os itens que compõem o objeto desta contratação.

Recomendações de Sustentabilidade

12.4. O fornecedor deverá observar as seguintes recomendações relacionadas à Sustentabilidade:

12.4.1. É recomendável que a Contratada utilize em seu processo produtivo máquinas que reduzem a geração de resíduos industriais ou com menor uso de água e energia.

12.4.2. É recomendável que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

12.4.3. É recomendável que, para os transportadores rodoviários remunerados, a empresa responsável pelo transporte tenha o Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas - RNTRC vigente, conforme preconiza a Lei 11.442 que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração.

12.4.4. É recomendável que a Contratada utilize embalagens compactas e recicláveis ou que sejam objeto de logística reversa.

2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

JORGE LUIZ CAMANHO DE AGUIAR JUNIOR

Agente de contratação

BEATRIZ MARIA SIMOES RAMOS DA SILVA

Agente de contratação

DOUGLAS JOSE SANTANA

Equipe de apoio

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - REGRAS APLICAVEIS AO INSTRUMENTO SUBSTITUTO AO CONTRATO II.pdf (145.75 KB)
- Anexo II - TERMO DE CIENCIA E CONCORDANCIA.pdf (62.96 KB)
- Anexo III - ETP_354-2025 sem preco.pdf (513.51 KB)

REGRAS APLICÁVEIS AO INSTRUMENTO SUBSTITUTO AO CONTRATO

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

OU

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1.O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato (Nota de Empenho), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.1.1. Considerando que a assinatura do Termo de Ciência e Concordância (Anexo II), que materializará o aceite da nota de empenho, se dará na forma eletrônica, pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI/FIOCRUZ), é imprescindível que o(s) representante(s) legal(is) da(s) adjudicatária(s), com poder(es) específico(s) para assinatura, atentando ao prazo fixado no item anterior, proceda(m) prévio cadastramento[BC2] , como "usuário externo", no SEI/FIOCRUZ: https://portal.fiocruz.br/sistema-eletronico-de-informacoes-sei.

1.1.2. De forma alternativa, em caso de regulamentação do art. 91, §3º, da Lei nº 14.133/21, a aceitação do instrumento substituto poderá se dar por meio do Sistema Contratos Gov.br.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário, nas condições do Termo de Ciência e Concordância (anexo II), implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital OU na Autorização de Contratação Direta e/ou no Aviso de Dispensa Eletrônica, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente

impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dia, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.8.2 Não serão conhecidas as pretensões administrativas que não preencherem os pressupostos de admissibilidade de que tratam as Leis nº 14.133/21 e 9.784/99.

3.1.8.3 Caso o servidor responsável pela Gestão do Contrato se certifique que as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato estão desacompanhadas de atos indispensáveis à análise e decisão quanto ao pedido, de forma motivada, irá orientar o interessado quanto à necessidade de suprimento de eventuais falhas, suspendendo-se o prazo de decisão até o saneamento.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 60Csessenta) dias.

3.1.9.1 Aplicam-se no que couber, aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, o disposto nas subcláusulas anteriores, quanto às solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato.

3.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2.A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art.
136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Ref.: Processo nº.....

Por meio deste instrumento, a adjudicatária ....., inscrita no C.N.P.J. sob o nº ....., por meio do seu representante legal, abaixo qualificado, declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital , no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Declara, ainda, em conformidade com o disposto nos arts. 90 e 95 da Lei nº 14.133/21 c/c art. 26, §3º, da Lei nº 9.784/99, e com a Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024, aceitar a Nota de Empenho nº ....., reconhecendo que o ferido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021, e ciente de que, a contar da data de subscrição do presente termo, iniciam-se os prazos de execução/entrega do objeto e de vigência da contratação, cuja contagem se dará em consonância com o disposto no art. 183 da Lei nº 14.133/21

Rio de Janeiro, ... de ..... de 20.... .

INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM FARMACOS

Estudo Técnico Preliminar 354/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 25387.000680/2025-61

2. Descrição da necessidade

Aquisição de **materiais elétricos**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2.1. Rol de itens a serem adquiridos

ITEM 1				
DESCRIÇÃO:	CONECTOR CABO PAR TRANÇADO RJ45 CAT5E MACHO			
CÓDIGO SAP:	6000000471	**CATMAT:** 463218	**UM:** UNI	
QUANTIDADE TOTAL:	30	**CLASSE:** 5935		
MARCA:	Não há exigência de marca.			
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**	**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não	Não	Não
MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS QUANTIDADES:	O objeto desta aquisição não possui histórico de consumo. Considerando o número de quadros do sistema de automação “BMS” instalados no campus do CTM, estimou-se a necessidade de 15 unidades do item para uso imediato no período de 12 meses, conforme a média de consumo esperada para manutenções rotineiras. Além disso, visando a prevenção de falhas operacionais e a pronta resposta a eventuais necessidades de manutenção corretiva, foram previstas mais 15 unidades em estoque, representando 50% da quantidade total. A formação desse estoque estratégico assegura a continuidade dos serviços e a eficiência nas intervenções técnicas, evitando paralisações ou atrasos por falta de peças de reposição. O quantitativo total de 30 unidades é considerado adequado, proporcional e indispensável à manutenção da infraestrutura do sistema BMS, estando em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e continuidade do serviço público. Quant. de Uso Imediato: 15 | Quant. de Estoque: 15 | Quant. Total: 30			

ITEM 2				
DESCRIÇÃO:	DISJUNTOR TRIPOLAR 32A CURVA C MARCA: MERLIN GERIN			
CÓDIGO SAP:	6000000964	**CATMAT:** 616975	**UM:** UNI	
QUANTIDADE TOTAL:	1	**CLASSE:** 5925		
MARCA:	MERLIN GERIN			
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**	**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não	Não	Não
MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS	A aquisição proposta tem por objetivo o ressuprimento mínimo do estoque do almoxarifado de manutenção, visando garantir a disponibilidade de dispositivo utilizado na emblistadora Super PG, do fabricante IMA. A estimativa de quantidade baseia-se no histórico de consumo do Centro Técnico de Manutenção (CTM), que, nos últimos dois anos, registrou o uso de 2 unidades do referido item. Considerando que não houve suprimento no ano anterior, identificou-			

QUANTIDADES:	se a necessidade de aquisição de 1 (uma) unidade adicional. Essa medida visa assegurar a substituição imediata em caso de falha ou danificação imprevista dos disjuntores instalados, garantindo a continuidade operacional do equipamento ao longo de um período estimado de 12 meses. Quant. de Uso Imediato: 0 | Quant. de Estoque: 1 | Quant. Total: 1

ITEM 3				
DESCRIÇÃO:	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL BWF 750 V, CONDUTOR FLEXÍVEL COBRE NÚ, TÊMPERA MOLE, SEÇÃO NOMINAL: 1x2,50 mm², ISOLAÇÃO: PVC/A 70ºC, FORNECIMENTO: ROLO 100 m, COR: PRETO, CLASSE DE ENCORDOAMENTO: 4, NORMA: NBR NM 247-3, ROLO 100 METROS, MARCAS: PRYMIAN, CONDUSPAR, CONDUGEL, INDUSCABOS, IMBRAC, LOUSANO, CONDUMAX, FICAP, CORFIO, ALCOA			
CÓDIGO SAP:	6000001023	**CATMAT:** 409293	**UM:** m	
QUANTIDADE TOTAL:	200	**CLASSE:** 6145		
MARCA:	MARCAS: PRYMIAN, CONDUSPAR, CONDUGEL, INDUSCABOS, IMBRAC, LOUSANO, CONDUMAX, FICAP, CORFIO, ALCOA			
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**	**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não	Não	Não
MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS QUANTIDADES:	O objeto desta aquisição visa ao ressuprimento do estoque do almoxarifado de manutenção do prédio 60, sendo um consumível de uso geral empregado nas manutenções preventivas dos equipamentos fabris e de utilidades do CTM. A necessidade está fundamentada no histórico de consumo dos últimos dois anos, que foi de 400 metros no ano de 2023, sendo 100 metros em junho, 200 metros em setembro e 100 metros em outubro. A estimativa considerou: validade do material, baixo custo, projeção de consumo para os próximos 24 meses, previsão de aumento de demanda devido à aquisição de novos equipamentos, sazonalidade (especialmente o fim de ano), e margem de segurança para absorver variações imprevistas, manutenções corretivas e atrasos logísticos. Dessa forma, conclui-se que a quantidade é adequada e necessária para atender às demandas do CTM, conforme os princípios da economicidade, eficiência e transparência previstos na Lei nº 14.133/2021. A justificativa foi elaborada com base em histórico de consumo e critérios técnicos, assegurando o atendimento institucional sem excessos ou desperdícios.			

ITEM 4				
DESCRIÇÃO:	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL BWF 750 V CONDUTOR FLEXÍVEL COBRE NÚ, TÊMPERA MOLE SEÇÃO NOMINAL: 1x2,50 mm² ISOLAÇÃO: PVC/A 70ºC FORNECIMENTO: ROLO 100 m COR: AZUL CLASSE DE ENCORDOAMENTO: 4 NORMA: NBR NM 247-3 ROLO 100 METROS MARCAS: PRYMIAN, CONDUSPAR, CONDUGEL, INDUSCABOS, IMBRAC, LOUSANO, CONDUMAX, FICAP, CORFIO, ALCOA			
CÓDIGO SAP:	6000001031	**CATMAT:** 409293	**UM:** UNI	
QUANTIDADE TOTAL:	1	**CLASSE:** 6145		
MARCA:	MARCAS: PRYMIAN, CONDUSPAR, CONDUGEL, INDUSCABOS, IMBRAC, LOUSANO, CONDUMAX, FICAP, CORFIO, ALCOA			
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**	**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não	Não	Não
MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS QUANTIDADES:	O objeto desta aquisição visa ao ressuprimento do estoque do almoxarifado de manutenção do prédio 60, sendo um consumível de uso geral empregado nas manutenções preventivas dos equipamentos fabris e de utilidades do CTM. A necessidade está fundamentada no histórico de consumo dos últimos dois anos, que foi de 400 metros no ano de 2023, sendo 100 metros em junho, 200 metros em setembro e 100 metros em outubro. A estimativa considerou: validade do material, baixo custo, projeção de consumo para os próximos 24 meses, previsão de aumento de demanda devido à aquisição de novos equipamentos, sazonalidade (especialmente o fim de ano), e margem de segurança para absorver variações imprevistas, manutenções corretivas e atrasos logísticos. Dessa forma, conclui-se que a quantidade é adequada e necessária para atender às demandas do CTM, conforme os princípios da economicidade, eficiência e transparência previstos na Lei nº 14.133/2021. A justificativa foi elaborada com base em histórico de consumo e critérios técnicos, assegurando o atendimento institucional sem excessos ou desperdícios.			

ITEM 5				
DESCRIÇÃO:	DISJUNTOR UNIPOLAR 35A CURVA C MARCA: MERLIN GERIN			
CÓDIGO SAP:	6000002745	**CATMAT:** 375015	**UM:** UNI	
QUANTIDADE TOTAL:	1	**CLASSE:** 5925		
MARCA:	MERLIN GERIN			
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**	**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não	Não	Não
MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS QUANTIDADES:	A aquisição não possui histórico de consumo registrado, o quantitativo necessário foi estimado com base no catálogo técnico da fabricante IMA referente à Emblistadora Super PG e na experiência da equipe de manutenção fabril. Essa estimativa considerou inspeções visuais regulares e a análise de desempenho do equipamento ao longo do tempo. Trata-se de um componente de alta durabilidade, com vida útil superior a dois anos. Por essa razão, a aquisição tem como objetivo formar um estoque de segurança capaz de atender eventuais intercorrências ou falhas imprevistas que possam comprometer o funcionamento da Emblistadora. Quant. de Uso Imediato: 0 | Quant. de Estoque: 1 | Quant. Total: 1			

ITEM 6				
DESCRIÇÃO:	DISJUNTOR MINI-DISJUNTOR MONOPOLAR 10A MERLIN GERIN			
CÓDIGO SAP:	6000002751	**CATMAT:** 484194	**UM:** UNI	
QUANTIDADE TOTAL:	1	**CLASSE:** 5925		
MARCA:	MERLIN GERIN			
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**	**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não	Não	Não
MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS QUANTIDADES:	A aquisição do disjuntor mini-disjuntor monopolar 10A foi justificada com base em estimativas técnicas, já que não há histórico de consumo. A quantidade foi definida com apoio do catálogo técnico do fabricante e da expertise da equipe de manutenção, considerando a durabilidade superior a 2 anos do item. O objetivo é manter um estoque de segurança para eventuais falhas no equipamento emblistadora Super PG. A compra está alinhada com os princípios da Lei nº 14.133/2021, visando economicidade, eficiência e transparência. Quantidade de uso imediato: 0 | Quantidade em estoque: 1 | Quantidade total: 1			

ITEM 7				
DESCRIÇÃO:	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL BWF 750 V CONDUTOR FLEXÍVEL COBRE NÚ, TÊMPERA MOLE SEÇÃO NOMINAL: 1x2,50 mm² ISOLAÇÃO: PVC/A 70ºC FORNECIMENTO: ROLO 100 m COR: VERDE CLASSE DE ENCORDOAMENTO: 4 NORMA: NBR NM 247-3 ROLO: 100 m. MARCAS: PRYMIAN, CONDUSPAR, CONDUGEL, INDUSCABOS, IMBRAC, LOUSANO, CONDUMAX, FICAP, CORFIO, ALCOA			
CÓDIGO SAP:	6000002772	**CATMAT:** 409293	**UM:** m	
QUANTIDADE TOTAL:	100	**CLASSE:** 6145		
MARCA:	MARCAS: PRYMIAN, CONDUSPAR, CONDUGEL, INDUSCABOS, IMBRAC, LOUSANO, CONDUMAX, FICAP, CORFIO, ALCOA			
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**	**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não	Não	Não
	A justificativa para a aquisição do código SAP 6000002772 é baseada na necessidade de ressuprir o almoxarifado de manutenção do prédio 60, sendo um consumível crucial para manutenções preventivas no CTM. O histórico de consumo dos últimos dois anos totalizou 700 metros, com registros de 200 metros em junho de 2023 e 500 metros em dezembro de 2024. A quantidade estimada cobre 24 meses e considera a validade, baixo custo e previsão de			

MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS QUANTIDADES:	aumento nas demandas devido à introdução de novos equipamentos e instalações conforme o crescimento até 2030 (Indústria 4.0). Essa previsão inclui sazonalidade, especialmente em períodos de paradas técnicas para manutenção, além de uma margem de segurança para imprevistos e atrasos logísticos. Conclui-se que a quantidade é adequada e necessária, alinhada aos princípios de economicidade, eficiência e transparência da Lei nº 14.133/2021. A justificativa foi elaborada com dados históricos e critérios técnicos, garantindo que as necessidades institucionais sejam atendidas eficazmente, sem excessos ou desperdícios, conforme a legislação.

ITEM 8				
DESCRIÇÃO:	FUSÍVEL DE VIDRO AG20 5X20 0,5A			
CÓDIGO SAP:	6000005331	**CATMAT:** 327437	**UM:** UNI	
QUANTIDADE TOTAL:	100	**CLASSE:** 5920		
MARCA:	Não há exigência de marca.			
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**	**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não	Não	Não
MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS QUANTIDADES:	A aquisição de 100 unidades de fusível vidro AG20 0,5A foi estimada para atender às necessidades de proteção de circuitos eletrônicos nas áreas de manutenção fabril e de utilidades do CTM ao longo de 12 meses. Apesar da ausência de memória de cálculo formal, a quantidade foi definida com base em critérios técnicos: 20 unidades para consumo imediato, 20 para substituições semestrais e 40 como margem de segurança. Essa estimativa garante a reposição eficiente e contínua, evitando falhas operacionais e assegurando manutenções preventivas e corretivas sem interrupções. Quant. de Uso Imediato: 20 | Quant. de Estoque: 80 | Quant. Total: 100			

ITEM 9				
DESCRIÇÃO:	FUSÍVEL DE VIDRO AG20 / 5 X 20 - 5,0 A			
CÓDIGO SAP:	6000005344	**CATMAT:** 479498	**UM:** UNI	
QUANTIDADE TOTAL:	100	**CLASSE:** 5920		
MARCA:	Não há exigência de marca.			
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**	**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não	Não	Não
MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS QUANTIDADES:	A aquisição de 100 unidades de fusível vidro AG20 5A foi estimada para atender às necessidades de proteção de circuitos eletrônicos nas áreas de manutenção fabril e de utilidades do CTM ao longo de 12 meses. Apesar da ausência de memória de cálculo formal, a quantidade foi definida com base em critérios técnicos: 20 unidades para consumo imediato, 20 para substituições semestrais e 40 como margem de segurança. Essa estimativa garante a reposição eficiente e contínua, evitando falhas operacionais e assegurando manutenções preventivas e corretivas sem interrupções. Quant. de Uso Imediato: 20 | Quant. de Estoque: 80 | Quant. Total: 100			

ITEM 10				
DESCRIÇÃO:	FUSÍVEL DE VIDRO AG20 / 5 X 20 - 10,0 A			
CÓDIGO SAP:	6000005351	**CATMAT:** 292365	**UM:** UNI	
QUANTIDADE TOTAL:	100	**CLASSE:** 5920		
MARCA:	Não há exigência de marca.			
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**	**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não	Não	Não
	A aquisição de 100 unidades de fusível vidro AG20 10A foi estimada para atender às			

MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS QUANTIDADES:	necessidades de proteção de circuitos eletrônicos nas áreas de manutenção fabril e de utilidades do CTM ao longo de 12 meses. Apesar da ausência de memória de cálculo formal, a quantidade foi definida com base em critérios técnicos: 20 unidades para consumo imediato, 20 para substituições semestrais e 40 como margem de segurança. Essa estimativa garante a reposição eficiente e contínua, evitando falhas operacionais e assegurando manutenções preventivas e corretivas sem interrupções. Quant. de Uso Imediato: 20 | Quant. de Estoque: 80 | Quant. Total: 100

ITEM 11				
DESCRIÇÃO:	TERMINAL FEMEA COMP. 0,5-1,5mm² 3,8mm VERMELHO PACOTE 100 UNIDADES			
CÓDIGO SAP:	6000007011	**CATMAT:** 404423	**UM:** PC	
QUANTIDADE TOTAL:	2	**CLASSE:** 5940		
MARCA:	Não há exigência de marca.			
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**	**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não	Não	Não
MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS QUANTIDADES:	A estimativa de quantidade foi realizada em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, que exige estimativas fundamentadas mesmo sem histórico de consumo. Calculamos as quantidades para atender aos equipamentos identificados em Farmanguinhos por 12 meses, com 50% destinado a estoque para substituições, visando desgaste natural. A aquisição assegura reposição eficiente, evitando a falta de insumos e garantindo continuidade nas reposições. O quantitativo atende as áreas de Utilidades e Fabril sem comprometer a performance do sistema. Assim, a quantidade é apropriada e indispensável para os equipamentos, alinhando-se aos princípios de economicidade, eficiência e transparência da Lei. A justificativa baseia-se em fundamentos técnicos e estimativas razoáveis, evitando excessos e desperdícios.			

ITEM 12				
DESCRIÇÃO:	TERMINAL TIPO PINO 22-16 AWG 0,50 A 1,50 MM2 PRÉ ISOLADO			
CÓDIGO SAP:	6000007023	**CATMAT:** 298229	**UM:** PÇ	
QUANTIDADE TOTAL:	100	**CLASSE:** 5940		
MARCA:	Não há exigência de marca.			
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**	**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não	Não	Não
MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS QUANTIDADES:	A aquisição de 100 unidades de terminais tipo pino 22-16 AWG / 0,50 a 1,50 mm² pré-isolados foi estimada para suprir as demandas de manutenção elétrica nas áreas fabril e de utilidades do CTM ao longo de 12 meses. Diante da ausência da memória de cálculo, o quantitativo foi estimado visando atender o número de circuitos elétricos nas áreas, a estimativa baseia-se no uso recorrente em manutenções preventivas e corretivas, com previsão de 20 unidades para consumo imediato, 20 para substituições semestrais e 40 como margem de segurança. A quantidade assegura a continuidade das atividades de manutenção sem interrupções, garantindo eficiência operacional. Quant. de Uso Imediato: 20 | Quant. de Estoque: 80 | Quant. Total: 100			

ITEM 13				
DESCRIÇÃO:	DISJUNTOR MOTOR GV3P 37,0-50,0A 50KA/400V CAPACIDADE DE RUPTURA: (KA) 50KA /415V TENSÃO DE ISOLAÇÃO: (V) 690 ACIONADOR ROTATIVO MARCA SCHNEIDER. CÓDIGO: GV3P50.			
CÓDIGO SAP:	6000008203	**CATMAT:** 431930	**UM:** UNI	
QUANTIDADE TOTAL:	1	**CLASSE:** 5925		
MARCA:	SCHNEIDER			
	GARANTIA/	**MARGEM DE**	**ISENÇÃO**	**SUSPENSÃO**

AMOSTRA	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	PREFERÊNCIA	ICMS	IPI
Sem amostra	Não	Não	Não	Não
MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS QUANTIDADES:	A aquisição de 1 (uma) unidade do sobressalente é de caráter imediato e essencial para a realização da manutenção do equipamento Emblistadora SUPER PG IMA, conforme identificado e catalogado pela equipe técnica de manutenção fabril de Far-Manguinhos. O item será utilizado imediatamente para substituição de componente danificado, cuja falha compromete a operação do equipamento, impactando diretamente o fluxo produtivo da unidade. A pronta disponibilidade da peça é imprescindível para restaurar o funcionamento normal da linha de produção, evitar atrasos e garantir a continuidade das atividades fabris. A quantidade solicitada (1 unidade) atende exclusivamente à necessidade atual e urgente de manutenção corretiva, conforme avaliação técnica previamente realizada. Quant. de Uso Imediato: 1 | Quant. de Estoque: 0 | Quant. Total:1			

ITEM 14				
DESCRIÇÃO:	REFLETOR LED 10W NÍVEL DE PROTEÇÃO: IP65 MATERIAL DO CORPO: ALUMÍNIO ACABAMENTO: AÇO POLIDO TENSÃO: BIVOLT FONTE DE LUZ: LÂMPADAS LED COR: BRANCO QUENTE 3000K LUMINOSIDADE: 700 - 800 LM ÂNGULO: 120º VIDA ÚTIL ESTIMADA: MAIS DE 50.000 HORAS			
CÓDIGO SAP:	6000009351	**CATMAT:** 470258	**UM:** UNI	
QUANTIDADE TOTAL:	3	**CLASSE:** 6210		
MARCA:	Não há exigência de marca.			
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**	**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não	Não	Não
MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS QUANTIDADES:	A aquisição de refletores LED 010W BF/BQ, embora sem histórico de consumo, está alinhada com a Lei nº 14.133/2021. O quantitativo foi estimado para atender às áreas do campus CTM ao longo de 12 meses, com 50% em estoque para manutenções preventivas e corretivas. Essa aquisição garante reposições eficientes, evitando a falta de peças essenciais e assegurando manutenções sem interrupção. O quantitativo atende às demandas das áreas de Utilidades e Fabril, sem comprometer a performance do sistema. O estoque permite manutenções assertivas, minimizando interrupções e garantindo continuidade e eficiência operacional. Portanto, a quantidade é apropriada e indispensável para as manutenções em Farmanguinhos, respeitando os princípios de economicidade, eficiência e transparência. A justificativa foi formulada com fundamentos técnicos e estimativas precisas, visando atender as necessidades institucionais de forma eficaz, evitando excessos e desperdícios. Quant. de Uso Imediato: 1 | Quant. de Estoque: 2 | Quant. Total : 3			

ITEM 15				
DESCRIÇÃO:	INTERRUPTOR BÁSICO FIM DE CURSO 15 A 250 VCA Z-15GW22-B ATUADOR: ALAVANCA C/ROLETE CONTATO: SPDT TERMINAIS: PARAFUSO.			
CÓDIGO SAP:	6000011237	**CATMAT:** 342176	**UM:** UNI	
QUANTIDADE TOTAL:	6	**CLASSE:** 5930		
MARCA:	Não há exigência de marca.			
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**	**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Sim	Não	Não
	A aquisição não possui histórico de consumo. A aquisição da CHAVE FIM CURSO 15A 250V C /ROLETE, informa-se que o quantitativo de materiais foi estimado visando atender as demandas da área de utilidade e da área fabril, oferecendo uma cobertura adequada para todo			

MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS QUANTIDADES:	o período necessário. Para uso imediato, serão utilizadas 3 unidades ao longo de 12 meses, conforme a média esperada para as manutenções rotineiras. Do total previsto, será mantido em estoque estratégico 3 unidades, visando atender as manutenções preventivas e corretivas, garantindo uma reposição eficiente e assegurando a continuidade das operações. Com base nessas premissas, a quantidade total estimada para aquisição foi calculada conforme a fórmula: Quantidade Total = 3 (uso imediato) + 3 (estoque) = 6 unidades. Portanto, o quantitativo total de 6 unidades é considerado adequado, proporcional e indispensável para atender as demandas da área de utilidade e da área fabril, em conformidade com os princípios que regem a administração pública. • Quant. de Uso Imediato: 3 • Quant. de Estoque: 3 •Quant. Total: 6

ITEM 16				
DESCRIÇÃO:	RELÉ DE SEGURANCA SRB-E-204ST ACE SCHMERSAL			
CÓDIGO SAP:	6000013734	**CATMAT:** 616405	**UM:** PÇ	
QUANTIDADE TOTAL:	1	**CLASSE:** 5963		
MARCA:	SCHMERSAL			
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**	**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não	Não	Não
MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS QUANTIDADES:	O objeto desta aquisição não possui memória de cálculo. O quantitativo de materiais foi estimado com base no catálogo técnico do fabricante IMA e na experiência da equipe de manutenção fabril, considerando inspeções visuais e desempenho do equipamento. Por se tratar de item de alta durabilidade (acima de 2 anos), a aquisição visa compor estoque de segurança para eventuais falhas, garantindo a continuidade das operações sem comprometer a performance da Emblistadora e do sistema produtivo. Quant. de Uso Imediato: 0 | Quant. de Estoque: 1 | Quant. Total: 1			

ITEM 17				
DESCRIÇÃO:	MINIDISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO NÚMERO DE PÓLOS: 1 CORRENTE: 2 A TIPO CURVA: C CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO: 6 kA TENSÃO DE ISOLAMENTO: 400 VAC TENSÃO DE OPERAÇÃO NOMINAL: 12-253 VCA. MARCA: MERLIN GERIN			
CÓDIGO SAP:	6000012051	**CATMAT:** 616402	**UM:** PÇ	
QUANTIDADE TOTAL:	2	**CLASSE:** 5925		
MARCA:	MERLIN GERIN			
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**	**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não	Não	Não
MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS QUANTIDADES:	Gerência do Serviço de Manutenção Fabril: Sem histórico de consumo, a estimativa considerou o catálogo técnico da fabricante IMA e o conhecimento da equipe de manutenção. Por ser um item de alta durabilidade (superior a 2 anos), foi prevista a aquisição de 1 unidade para compor o estoque de segurança. Assim, o quantitativo total desta aquisição provisionará o estoque do almoxarifado de manutenção de forma eficaz, evitando a falta de peças genuínas e garantirá que as manutenções sejam realizadas a contento. Quant. de Uso Imediato: 0 | Quant. de Estoque: 1 | Quant. Total: 1; Gerência do Serviço de Manutenção Fabril: A presente aquisição, sem histórico de consumo, segue a Lei nº 14.133/2021. As estimativas basearam-se no catálogo técnico da IMA para a emblistadora Super PG e na expertise da equipe de manutenção. Como é um item de alta durabilidade, a intenção é manter um estoque que atenda eventuais intercorrências ou falhas, assegurando a continuidade da performance do equipamento e do sistema produtivo. A quantidade de materiais é considerada apropriada e indispensável, alinhando-se aos princípios de economicidade, eficiência e transparência. A justificativa foi formulada com base em fundamentos técnicos e estimativas razoáveis para garantir as necessidades institucionais de forma eficaz, evitando excessos e desperdícios. Quant. de Uso Imediato: 0 | Quant. de Estoque: 1			

ITEM 18

DESCRIÇÃO:	MINIDISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO NÚMERO DE PÓLOS: 1 CORRENTE: 6 A TIPO CURVA: C CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO: 6 kA TENSÃO DE ISOLAMENTO: 400 VAC TENSÃO DE OPERAÇÃO NOMINAL: 12-253 VCA. MARCA: MERLIN GERIN				
CÓDIGO SAP:	6000012052	**CATMAT:**	484193	**UM:**	PÇ
QUANTIDADE TOTAL:	2	**CLASSE:**	5925		
MARCA:	MERLIN GERIN				
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**		**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não		Não	Não
MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS QUANTIDADES:	Gerência do Serviço de Manutenção Fabril: Sem histórico de consumo, a estimativa considerou o catálogo técnico da fabricante IMA e o conhecimento da equipe de manutenção. Por ser um item de alta durabilidade (superior a 2 anos), foi prevista a aquisição de 1 unidade para compor o estoque de segurança. Assim, o quantitativo total desta aquisição provisionará o estoque do almoxarifado de manutenção de forma eficaz, evitando a falta de peças genuínas e garantirá que as manutenções sejam realizadas a contento. Quant. de Uso Imediato: 0 | Quant. de Estoque: 1 | Quant. Total: 1; Gerência do Serviço de Manutenção Fabril: A presente aquisição, sem histórico de consumo, está conforme a Lei nº 14.133/2021. As estimativas foram baseadas no catálogo técnico da IMA para a emblistadora Super PG e na expertise da equipe de manutenção. Trata-se de um item de alta durabilidade, com propósito de manter um estoque para eventuais falhas, garantindo a continuidade operacional do equipamento. A quantidade de materiais é considerada apropriada e indispensável, alinhando-se aos princípios de economicidade, eficiência e transparência. A justificativa baseia-se em fundamentos técnicos e estimativas razoáveis para garantir as necessidades institucionais sem excessos e desperdícios. Quant. de Uso Imediato 0 | Quant. de Estoque 1 | Quant. Total 1				

ITEM 19					
DESCRIÇÃO:	PLUGUE 200/250V / 380-415V 3P+T+N 6H MIOLO VM POLIAMIDA IP66W.				
CÓDIGO SAP:	6000012562	**CATMAT:**	621546	**UM:**	UNI
QUANTIDADE TOTAL:	5	**CLASSE:**	5935		
MARCA:	Não há exigência de marca.				
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**		**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não		Não	Não
MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS QUANTIDADES:	O objeto desta aquisição não possui histórico de consumo. A aquisição de PLUGUE 3P+N+T 32A 6H 380/415 IP66W, informa-se que o quantitativo de materiais foi estimado visando atender os equipamentos instalados na área Fabril nas quais utiliza o referido objeto no campus do CTM, estimou-se a necessidade de 2 unidades do item para uso imediato no período de 12 meses, conforme a média de consumo esperada para manutenções rotineiras. Do total previsto, será mantido em estoque estratégico 3 unidades, visando atender as manutenções preventivas e corretivas, garantindo uma reposição eficiente e assegurando a continuidade das operações. Com base nessas premissas, a quantidade total estimada para aquisição foi calculada conforme a fórmula: Quantidade Total = 2 (uso imediato) + 3 (estoque) = 5 unidades. O quantitativo total de 5 unidades é considerado adequado, proporcional e indispensável à manutenção os equipamentos instalados na área Fabril nas quais utiliza o referido objeto no campus do CTM, estando em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e continuidade do serviço público. Quant. de Uso Imediato: 2 | Quant. de Estoque: 3 | Quant. Total: 5				

ITEM 20					
DESCRIÇÃO:	TOMADA DE SEGURANÇA AUMENTADA, COM INTERTRAVAMENTO NO PLUGUE, 200-250 /380-415V 3P+T+N 6H TAMPA VM, COM PRENSA CABO.				
CÓDIGO SAP:	6000012563	**CATMAT:**	621545	**UM:**	UNI
QUANTIDADE					

TOTAL:	5	**CLASSE:** 5935		
MARCA:	Não há exigência de marca.			
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**	**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não	Não	Não
MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS QUANTIDADES:	O objeto desta aquisição não possui histórico de consumo. A aquisição de PLUGUE 3P+N+T 32A 6H 380/415 IP66W, informa-se que o quantitativo de materiais foi estimado visando atender os equipamentos instalados na área Fabril nas quais utiliza o referido objeto no campus do CTM, estimou-se a necessidade de 2 unidades do item para uso imediato no período de 12 meses, conforme a média de consumo esperada para manutenções rotineiras. Do total previsto, será mantido em estoque estratégico 3 unidades, visando atender as manutenções preventivas e corretivas, garantindo uma reposição eficiente e assegurando a continuidade das operações. Com base nessas premissas, a quantidade total estimada para aquisição foi calculada conforme a fórmula: Quantidade Total = 2 (uso imediato) + 3 (estoque) = 5 unidades. O quantitativo total de 5 unidades é considerado adequado, proporcional e indispensável à manutenção os equipamentos instalados na área Fabril nas quais utiliza o referido objeto no campus do CTM, estando em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e continuidade do serviço público. Quant. de Uso Imediato: 2 | Quant. de Estoque: 3 | Quant. Total: 5			

ITEM 21				
DESCRIÇÃO:	VÁLVULA DIRECIONAL SOLENOIDE VQ1100N-51 TIPO: 5 POSIÇÕES 2 VIAS, BOBINA 24VCC, PRESSÃO DE OPERAÇÃO: 0,7 MPA. TEMPERATURA TRABALHO: -10 A 50 °C			
CÓDIGO SAP:	6000012702	**CATMAT:** 617032	**UM:** PÇ	
QUANTIDADE TOTAL:	3	**CLASSE:** 4810		
MARCA:	Não há exigência de marca.			
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**	**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não	Não	Não
MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS QUANTIDADES:	A presente aquisição não possui histórico de consumo registrado. O quantitativo de materiais solicitados se faz necessário para atender a capacidade produtiva de medicamentos, sendo utilizados nas manutenções dos equipamentos, e na reposição de desgaste de uso e possíveis avarias. Considerando a alta durabilidade do material, o total de 3 unidades foi projetado para atender ao uso imediato em um período mínimo de 12 meses, sem a necessidade de reposições frequentes. Essa previsão visa garantir condições adequadas para que os colaboradores realizem inspeções visuais com maior precisão nos insumos e nas unidades farmacêuticas em processamento. A aquisição contribuirá diretamente para a redução de retrabalho e para atender a capacidade produtiva de medicamentos de Farmanguinhos, evitando falhas que possam comprometer a conformidade dos processos. Quantidade para Uso Imediato: 3 | Quantidade em Estoque: 0 | Quantidade Total Requisitada: 3			

ITEM 22				
DESCRIÇÃO:	CONECTOR METALICO SACC M12 FEMEA RETO COM 4 POLOS			
CÓDIGO SAP:	6000012705	**CATMAT:** 625418	**UM:** PÇ	
QUANTIDADE TOTAL:	10	**CLASSE:** 5935		
MARCA:	Não há exigência de marca.			
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**	**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não	Não	Não
MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS QUANTIDADES:	A aquisição dos conectores metálicos SACC M12 fêmea reto com 4 polos, sem memória de cálculo, está conforme a Lei nº 14.133/2021. O quantitativo de 10 unidades foi estimado para atender à manutenção de circuitos eletrônicos no campus do CTM, assegurando manutenções preventivas e corretivas ao longo de 12 meses. Cinco unidades destinam-se ao uso imediato e cinco compõem o estoque para segurança entre novas aquisições e intercorrências. Essa configuração garante reposições eficientes, evitando escassez e permitindo manutenções sem interrupções, mantendo a performance dos equipamentos e sistemas produtivos. Conclui-se			

	que a quantidade é apropriada, alinhada aos princípios de economicidade, eficiência e transparência, assegurando o atendimento das demandas institucionais de maneira eficaz.

ITEM 23				
DESCRIÇÃO:	KIT TERMINAIS ELÉTRICOS OLHAL FORQUILHA PINO 05 A 6MM² - 375 PEÇAS + CAIXA ORGANIZADORA 50 peças – Terminal Olhal vermelho pré isolado 0,5 á 1,5mm² – furo M5 50 peças – Terminal Olhal azul pré isolado 0,75 á 2,5mm² – furo M5 25 peças – Terminal Olhal amarelo pré isolado 4 á 6mm² – furo M5 50 peças – Terminal Forquilha vermelho pré isolado 0,5 á 1,5mm² – furo M4 50 peças – Terminal Forquilha azul pré isolado 0,75 á 2,5mm² – furo M4 25 peças – Terminal Forquilha amarelo pré isolado 4 á 6mm² – furo M5 50 peças – Terminal Pino vermelho pré isolado 0,5 á 1,5mm² – comprimento 10mm 50 peças – Terminal Pino azul pré isolado 0,75 á 2,5mm² – comprimento 10mm 25 peças – Terminal Pino amarelo pré isolado 4 á 6mm² – comprimento 13mm 1 peça – Caixa organizadora 7 divisórias Total: 375 Terminais Material metálico: Liga de cobre estanhado Material plástico: PVC Temperatura: 90º			
CÓDIGO SAP:	6000012895	**CATMAT:** 446216	**UM:** UNI	
QUANTIDADE TOTAL:	1	**CLASSE:** 5940		
MARCA:	Não há exigência de marca.			
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**	**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não	Não	Não
MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS QUANTIDADES:	A aquisição não possui histórico de consumo registrado, a estimativa da aquisição de 1 kit de Terminais Elétricos foi realizada com base no número de equipamentos fabris e na experiência técnica da equipe de manutenção. A aquisição do kit único, contendo os Terminais Elétricos de variadas dimensões, tem como objetivo suprir o almoxarifado de manutenção por um período de 12 meses, garantindo pronta resposta a manutenções preventivas e corretivas. A medida visa assegurar o funcionamento contínuo dos equipamentos, evitando paralisações por falta de peças. Quant. de Uso Imediato: 1 | Quant. de Estoque: 0 | Quant. Total: 1			

ITEM 24				
DESCRIÇÃO:	MINIDISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO NÚMERO DE PÓLOS: 1 CORRENTE: 4 A TIPO CURVA: C CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO: 3 kA TENSÃO DE ISOLAMENTO: 250/440 VCA / 60 VCC TENSÃO DE OPERAÇÃO NOMINAL: 380 / 220 VCA NORMA: NBR NM 60898 MARCA: MERLIN GERIN			
CÓDIGO SAP:	7000002333	**CATMAT:** 337088	**UM:** UNI	
QUANTIDADE TOTAL:	20	**CLASSE:** 5925		
MARCA:	MERLIN GERIN			
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**	**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não	Não	Não
MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS QUANTIDADES:	Seção de Almoxarifado de Manutenção e Gerência do Serviço de Manutenção Fabril: A solicitação de 20 unidades do disjuntor 1P C 4A 3kA, apesar da ausência de histórico de consumo, é justificada pela necessidade de manutenção preventiva e corretiva do equipamento Emblistadora Super PG – IMA, conforme catalogação técnica realizada pela equipe de manutenção fabril de Farmanguinhos. O quantitativo foi definido com base no catálogo técnico do fabricante IMA, responsável pela emblistadora Super PG, e na experiência da equipe de manutenção fabril, considerando inspeções e desempenho histórico do equipamento. Trata-se de um componente eletromecânico sujeito a desgaste e falhas devido a fatores como variações térmicas, vibrações, umidade e envelhecimento natural dos materiais. A reposição planejada			

	visa garantir a disponibilidade imediata do item, assegurando a continuidade operacional do equipamento e evitando interrupções nos processos produtivos. A estimativa baseia-se em critérios técnicos e na experiência da equipe responsável, buscando equilíbrio entre a prevenção de falhas e o uso racional dos recursos, sem gerar excessos ou desperdícios. Quantidade para uso imediato: 0 | Quantidade disponível em estoque: 1 unidade | Quantidade total solicitada: 20 unidade;

ITEM 25				
DESCRIÇÃO:	MINIDISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO NÚMERO DE PÓLOS: 1 CORRENTE: 16 A TIPO CURVA: C CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO: 3 kA TENSÃO DE ISOLAMENTO: 250/440 VCA / 60 VCC TENSÃO DE OPERAÇÃO NOMINAL: 380 / 220 VCA NORMA: NBR NM 60898 MARCA: MERLIN GERIN			
CÓDIGO SAP:	7000002334	**CATMAT:** 376213	**UM:** UNI	
QUANTIDADE TOTAL:	11	**CLASSE:** 5925		
MARCA:	MERLIN GERIN			
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**	**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não	Não	Não
MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS QUANTIDADES:	Gerência do Serviço de Manutenção Fabril: A aquisição de 1 unidade do disjuntor 1P C 16A 3KA visa compor o estoque de segurança da área de Manutenção Fabril, com base nas especificações técnicas do fabricante (IMA) e na experiência da equipe de manutenção. Trata-se de um item de alta durabilidade, utilizado na emblistadora Super PG, cuja reposição imediata é essencial em caso de falha ou intercorrência. A quantidade estimada é suficiente para garantir a continuidade das operações sem comprometer o desempenho do equipamento ou do processo produtivo.; Seção de Almoxarifado de Manutenção: Considerando que o objeto não possui histórico de consumo, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021. Informa-se que a estimativa foi definida com base na necessidade das salas de Automação do campus CTM, para um período de 12 meses.A quantidade foi calculada da seguinte forma: 5 unidades para uso imediato; 5 unidades para estoque, destinadas a reposições por desgaste natural e uso contínuo. A aquisição assegura a reposição oportuna dos materiais, prevenindo a falta de insumos essenciais e garantindo a continuidade das operações do sistema BMS, sem prejuízo à eficiência operacional. Assim, conclui-se que o quantitativo estimado é adequado e alinhado aos princípios da economicidade, eficiência e transparência, atendendo de forma suficiente as demandas da área de Utilidades - Automação. Quant. de Uso Imediato: 5 | Quant. de Estoque: 5 | Quant. Total : 10			

ITEM 26				
DESCRIÇÃO:	MINIDISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO NÚMERO DE PÓLOS: 1 CORRENTE: 25 A TIPO CURVA: C CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO: 3 kA TENSÃO DE ISOLAMENTO: 250/440 VCA / 60 VCC TENSÃO DE OPERAÇÃO NOMINAL: 380 / 220 VCA NORMA: NBR NM 60898 MARCA: MERLIN GERIN			
CÓDIGO SAP:	7000002336	**CATMAT:** 323580	**UM:** UNI	
QUANTIDADE TOTAL:	1	**CLASSE:** 5925		
MARCA:	MERLIN GERIN			
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**	**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não	Não	Não
MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS QUANTIDADES:	A aquisição de 1 unidade do disjuntor 1P C 25A 3KA visa compor o estoque de segurança da área de Manutenção Fabril, com base nas especificações técnicas do fabricante (IMA) e na experiência da equipe de manutenção. Trata-se de um item de alta durabilidade, utilizado na emblistadora Super PG, cuja reposição imediata é essencial em caso de falha ou intercorrência. A quantidade estimada é suficiente para garantir a continuidade das operações sem comprometer o desempenho do equipamento ou do processo produtivo.			

ITEM 27				
DESCRIÇÃO:	DISJUNTOR MAGNÉTICO MANOPLA ROTATIVA NÚMERO DE PÓLOS: 3 CORRENTE: 65 A CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO: 50 kA a 440 V 50/60 Hz CORRENTE DE DISPARO MAGNÉTICO: 910 A ALIMENTAÇÃO DO MOTOR: 55 kW a 690 V CA 50/60 Hz GRAU DE PROTEÇÃO: IP20 NORMA: EN/IEC 60947-2. MARCA: MERLIN GERIN			
CÓDIGO SAP:	7000002352	**CATMAT:** 431872	**UM:** UNI	
QUANTIDADE TOTAL:	1	**CLASSE:** 5925		
MARCA:	MERLIN GERIN			
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**	**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não	Não	Não
MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS QUANTIDADES:	A aquisição do disjuntor 3P 65A 50KA 440V com manopla visa compor o estoque de segurança da área de Manutenção Fabril. Embora o item não tenha histórico de consumo, sua inclusão se baseia em análise técnica da equipe de manutenção, que considerou o catálogo do fabricante (IMA) e inspeções no equipamento emblistadora Super PG. Por se tratar de um item de alta durabilidade, com vida útil superior a dois anos, estima-se que a manutenção de uma unidade em estoque seja suficiente para atender eventuais intercorrências, garantindo a continuidade e a segurança operacional do sistema produtivo.			

ITEM 28				
DESCRIÇÃO:	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO 6,3-10A MANOPLA ROTATIVA NÚMERO DE PÓLOS: 3 CORRENTE NOMINAL: 10 A FAIXA AJUSTE PROTERÇÃO TÉRMICA: 6,3-10 A CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO: 42 kA a 440 V 50/60 Hz CORRENTE DE DISPARO MAGNÉTICO: 140 A ALIMENTAÇÃO DO MOTOR: 4 kW a 440 VCA 50/60Hz GRAU DE PROTEÇÃO: IP20 NORMA: NORMA: IEC/ EM 60947. MARCA: MERLIN GERIN			
CÓDIGO SAP:	7000002360	**CATMAT:** 432728	**UM:** UNI	
QUANTIDADE TOTAL:	1	**CLASSE:** 5925		
MARCA:	MERLIN GERIN			
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**	**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não	Não	Não
MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS QUANTIDADES:	A aquisição não possui histórico de consumo. A aquisição de 1 (uma) unidade do sobressalente da marca MERLIN GERIN (SCHNEIDER) é de caráter imediato e essencial para a realização da manutenção do equipamento Emblistadora SUPER PG IMA, conforme identificado e catalogado pela equipe técnica de manutenção fabril de Far-Manguinhos. O item será utilizado imediatamente para substituição de componente danificado, cuja falha compromete a operação do equipamento, impactando diretamente o fluxo produtivo da unidade. A pronta disponibilidade da peça é imprescindível para restaurar o funcionamento normal da linha de produção, evitar atrasos e garantir a continuidade das atividades fabris. A quantidade solicitada (1 unidade) atende exclusivamente à necessidade atual e urgente de manutenção corretiva, conforme avaliação técnica previamente realizada. Quant. de Uso Imediato: 1 | Quant. de Estoque: 0 | Quant. Total:1			

ITEM 29				
DESCRIÇÃO:	TERMINAL PINO 4 MM A 6 MM PRÉ ISOLADO PARA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS			
CÓDIGO SAP:	7000004501	**CATMAT:** 261565	**UM:** PÇ	
QUANTIDADE TOTAL:	100	**CLASSE:** 5940		
MARCA:	Não há exigência de marca.			
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**	**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não	Não	Não

MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS QUANTIDADES:	A aquisição não possui histórico de consumo registrado, a estimativa de 100 unidades foi baseada na necessidade de duas salas de automação do campus CTM para um período de 12 meses, sendo 50 para uso imediato e 50 para reposição em estoque. A previsão visa garantir o funcionamento contínuo dos sistemas de automação "BMS", evitando interrupções por desgaste natural dos materiais. Quant. de Uso Imediato: 50 | Quant. de Estoque: 50 | Quant. Total: 100

ITEM 30				
DESCRIÇÃO:	MOTOR 1,0CV 4P 220/380V BLINDADO			
CÓDIGO SAP:	7000005241	**CATMAT:** 451524	**UM:** UNI	
QUANTIDADE TOTAL:	2	**CLASSE:** 6105		
MARCA:	Não há exigência de marca.			
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**	**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não	Não	Não
MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS QUANTIDADES:	A presente aquisição não possui histórico de consumo registrado. O quantitativo de item solicitado se faz necessário, devido Farmanguinhos conta com uma linha de medicamentos que inclui comprimidos revestidos. Os revestimentos desses comprimidos envolvem a manipulação de solventes, o que pode potencialmente classificar a área como de atmosfera explosiva. Para minimizar esse perigo, a instalação de motores à prova de explosão é uma medida de mitigação adequada e essencial, garantindo assim a produção segura dos medicamentos. Esse quantitativo de 2 unidades de MOTOR 1,0CV 4P 220/380V BLINDADO, será especificamente para a execução de manutenções preventivas e corretivas, que são decorrentes do desgaste natural com o tempo e o uso constante desses motores. O total de 2 unidades foi projetado para atender ao uso imediato em um período mínimo de 12 meses, sem a necessidade de reposições frequentes, oferecendo uma cobertura adequada para todo o período necessário. Quantidade para uso imediato: 2 | Quantidade em estoque: 0 | Quantidade Total: 2			

ITEM 31				
DESCRIÇÃO:	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO DIN NÚMERO DE PÓLOS: 2 CORRENTE: 6 A TIPO CURVA: C CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO: 3 kA TENSÃO MÁXIMA DE SERVIÇO: 440 VCA TENSÃO DE TRABALHO: 230/400 V FIXAÇÃO: ENCAIXE PERFIL DIN 35mm NORMA: ABNT NBR 60898. MARCA: MERLIN GERIN			
CÓDIGO SAP:	7000008468	**CATMAT:** 337245	**UM:** PÇ	
QUANTIDADE TOTAL:	4	**CLASSE:** 5925		
MARCA:	MERLIN GERIN			
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**	**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não	Não	Não
MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS QUANTIDADES:	O objeto desta aquisição não possui histórico de consumo, conforme disposto na Lei nº 14.133 /2021, que estabelece a obrigatoriedade de memórias de cálculo e documentos de suporte nas estimativas de quantidade. Diante da ausência desses registros, o quantitativo foi estimado com base nas necessidades técnicas das duas salas de Automação (BMS) existentes no campus do CTM. A previsão de uso considera um período de 12 meses, sendo 50% da quantidade destinada ao consumo imediato e os outros 50% reservados para estoque, com o objetivo de possibilitar reposições rápidas em caso de desgaste natural decorrente do uso contínuo. A manutenção de itens em estoque visa garantir a continuidade dos serviços, evitando paralisações por falta de insumos. Essa medida assegura a reposição eficiente e preventiva dos materiais, preservando a integridade e a identificação do sistema de automação, com impacto mínimo nas operações. A disponibilidade desses itens é essencial para manter o padrão de eficiência dos sistemas sob responsabilidade da área de Utilidades – Automação (BMS). A quantidade estimada é considerada apropriada, necessária e proporcional, estando alinhada aos princípios de economicidade, eficiência e transparência, conforme determina a Lei nº 14.133/2021. A justificativa baseia-se em critérios técnicos e estimativas razoáveis, visando suprir as necessidades institucionais de forma eficaz e sem desperdícios. Quant. de Uso Imediato: 2 | Quant. de Estoque: 2 | Quant. Total : 4			

ITEM 32				
DESCRIÇÃO:	CABINHO 1,00MM PRETO. MARCAS: PRYMIAN, CONDUSPAR, CONDUGEL, INDUSCABOS, IMBRAC, LOUSANO, CONDUMAX, FICAP, CORFIO, ALCOA			
CÓDIGO SAP:	7000008479	**CATMAT:** 419866	**UM:** m	
QUANTIDADE TOTAL:	100	**CLASSE:** 6145		
MARCA:	MARCAS: PRYMIAN, CONDUSPAR, CONDUGEL, INDUSCABOS, IMBRAC, LOUSANO, CONDUMAX, FICAP, CORFIO, ALCOA			
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**	**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não	Não	Não
MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS QUANTIDADES:	A aquisição de 1 rolo de 100 metros do cabinho 1,00mm preto foi definida com base na rotina de manutenção elétrica da planta fabril, especialmente para pequenas correções, substituições de trechos danificados e ajustes em circuitos de baixa tensão. A escolha da embalagem em rolo de 100 metros atende à praticidade no armazenamento e no manuseio, otimizando o uso do material e reduzindo perdas. A metragem estimada é suficiente para suprir as demandas recorrentes ao longo de 12 meses, com margem adequada para imprevistos, sem gerar acúmulo desnecessário em estoque. Quant. de Uso Imediato: 100| Quant. de Estoque: 0 | Quant. Total : 100			

ITEM 33				
DESCRIÇÃO:	CONECTOR BORNE COMUM DE PASSAGEM 2,5MM TIPO CONEXÃO PARAFUSO COR CINZA			
CÓDIGO SAP:	7000008486	**CATMAT:** 359175	**UM:** PÇ	
QUANTIDADE TOTAL:	40	**CLASSE:** 5935		
MARCA:	Não há exigência de marca.			
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**	**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não	Não	Não
MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS QUANTIDADES:	O objeto desta aquisição não possui histórico de consumo. O quantitativo foi estimado com base nas necessidades de manutenção do sistema de automação BMS do CTM, considerando 20 unidades para uso imediato e 20 como margem de segurança, a fim de suprir eventuais manutenções corretivas ou lacunas entre aquisições. A aquisição planejada visa garantir a reposição eficiente dos materiais, evitando a falta de peças essenciais e assegurando que os serviços de manutenção ocorram sem interrupções. A disponibilidade em estoque permitirá intervenções rápidas e precisas, mantendo a continuidade das operações e o desempenho do sistema. A quantidade proposta atende de forma adequada às demandas da área de Manutenção de Utilidade, sendo justificada por critérios técnicos e estimativas razoáveis. A medida está em conformidade com os princípios de economicidade, eficiência e planejamento, evitando tanto excessos quanto desperdícios. Quant. de Uso Imediato: 20 | Quant. de Estoque: 20 | Quant. Total : 40			

ITEM 34				
DESCRIÇÃO:	TAMPA DE FECHAMENTO PARA BORNE 2,5 MM COR CINZA			
CÓDIGO SAP:	7000008487	**CATMAT:** 485121	**UM:** PÇ	
QUANTIDADE TOTAL:	40	**CLASSE:** 5975		
MARCA:	Não há exigência de marca.			
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**	**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não	Não	Não
	O objeto desta aquisição não possui histórico de consumo. O quantitativo de materiais foi estimado com base nas necessidades de manutenção do sistema de automação BMS do CTM, sendo 20 unidades para uso imediato e 20 como margem de segurança, visando eventuais			

MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS QUANTIDADES:	manutenções corretivas ou intervalo entre aquisições. Essa previsão busca garantir a reposição eficiente de peças, evitando a descontinuidade nas manutenções e assegurando a continuidade operacional do sistema. A disponibilidade de estoque permitirá intervenções assertivas e com mínima interrupção, mantendo os padrões de desempenho exigidos. A quantidade definida é apropriada e necessária para atender plenamente às demandas da área de Manutenção de Utilidade, refletindo uma estimativa técnica fundamentada e alinhada aos princípios de economicidade, eficiência e planejamento. Quant. de Uso Imediato: 20 | Quant. de Estoque: 20 | Quant. Total : 40

ITEM 35				
DESCRIÇÃO:	CABO ELÉTRICO FLEXIVEL PP 2 VIAS SEÇÃO 1,00 MM 750V CONDUTOR COM CARACTERÍSTICAS DE NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO ROLO COM 100 METROS. MARCAS: PRYMIAN, CONDUSPAR, CONDUGEL, INDUSCABOS, IMBRAC, LOUSANO, CONDUMAX, FICAP, CORFIO, ALCOA			
CÓDIGO SAP:	7000009164	**CATMAT:** 325104	**UM:** UNI	
QUANTIDADE TOTAL:	15	**CLASSE:** 6145		
MARCA:	MARCAS: PRYMIAN, CONDUSPAR, CONDUGEL, INDUSCABOS, IMBRAC, LOUSANO, CONDUMAX, FICAP, CORFIO, ALCOA			
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**	**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não	Não	Não
MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS QUANTIDADES:	Seção de Almoxarifado de Manutenção: A estimativa de 500 metros de cabo flexível PP 2 vias 1mm 750V foi definida com base na quantidade de conduletes instalados no sistema de automação BMS do CTM e nas demandas previstas para manutenções ao longo de 12 meses. Do total, 500 metros serão utilizados de forma imediata nas instalações e ajustes do sistema, assegurando agilidade nas manutenções preventivas e corretivas, sem comprometer a continuidade e o desempenho das operações. Quant. de Uso Imediato: 500 m | Quant. de Estoque: 0 | Quant. Total: 500 m. A escolha pela embalagem de 100 metros justifica-se por ser a unidade comercial mais adequada para o tipo de instalação realizada no sistema de automação BMS do CTM. Esse formato facilita o transporte, o manuseio e o armazenamento do material, além de permitir maior controle sobre o consumo e evitar desperdícios em pequenas intervenções. A metragem por rolo atende de forma eficiente à dinâmica das manutenções, otimizando a utilização do cabo de acordo com a necessidade de cada demanda técnica; Seção de Almoxarifado de Manutenção: O objeto desta aquisição não possui histórico de consumo. Informa-se que o quantitativo de materiais foi estimado visando atender o número de conduletes instalados no sistema de automação “BMS” do CTM. Estima-se tal quantitativo para utilização no período de 12 meses, sendo que metade deste quantitativo ficará disponível em estoque, especificamente para a execução de manutenções preventivas e corretivas, necessárias devido ao desgaste natural dos materiais com o tempo. Destaca-se que a aquisição planejada assegura que a reposição dos materiais ocorra de maneira eficiente, evitando a falta de peças essenciais e garantindo que as manutenções sejam realizadas sem interrupções. Portanto, o quantitativo de materiais atende plenamente às demandas da área de Automação, oferecendo uma cobertura adequada para todo o período necessário, sem comprometer a performance do sistema. A disponibilidade de material em estoque também permitirá que as manutenções ocorram de forma assertiva, com mínima interrupção no funcionamento dos equipamentos, garantindo a continuidade das operações e manutenções dos padrões de eficiência exigidos pelo sistema de automação "BMS". Quant. de Uso Imediato: 500 m | Quant. de Estoque: 500 m | Quant. Total: 1000 m			

ITEM 36				
DESCRIÇÃO:	FUSIVEL DE VIDRO 2A 250V 5X20 MM AÇÃO RÁPIDA			
CÓDIGO SAP:	7000009170	**CATMAT:** 472606	**UM:** UNI	
QUANTIDADE TOTAL:	200	**CLASSE:** 5920		
MARCA:	Não há exigência de marca.			
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**	**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**

Sem amostra	Não	Não	Não	Não
MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS QUANTIDADES:	Gerência do Serviço de Manutenção Fabril: A aquisição não possui histórico de consumo registrado, a estimativa de aquisição de 1 caixa contendo 100 unidades de fusíveis vidro 2A foi fundamentada no número de circuitos eletrônicos a serem protegidos nas áreas de manutenção fabril e de utilidades do campus do CTM. A previsão considera o uso ao longo de 12 meses, contemplando 20 unidades para consumo imediato, 20 unidades para substituições semestrais e 40 unidades como margem de segurança para manutenções corretivas ou eventuais intercorrências. A aquisição visa assegurar o fornecimento contínuo de componentes essenciais à proteção de equipamentos contra surtos e curtos-circuitos, evitando falhas operacionais e interrupções nos serviços de manutenção. Quant. de Uso Imediato: 20 | Quant. de Estoque: 80 | Quant. Total: 100; Seção de Almoxarifado de Manutenção: A previsão de 100 unidades do fusível de vidro 250V 5x20 2A tem como base a quantidade de equipamentos instalados no campus do CTM que utilizam esse componente, bem como a necessidade de realizar manutenções preventivas e corretivas ao longo de um período estimado de 12 meses.Apesar de não haver histórico anterior de consumo específico desse item, a estimativa foi realizada com base em critérios técnicos, considerando o desgaste natural causado pelo uso contínuo e a importância de manter estoque mínimo para reposição imediata. A disponibilidade do material em estoque visa garantir agilidade nas substituições e evitar a interrupção de atividades operacionais, contribuindo para a continuidade dos serviços e o bom desempenho dos sistemas atendidos. A quantidade prevista atende adequadamente às demandas projetadas, sem representar excesso, promovendo o uso racional dos recursos e a eficiência das ações de manutenção.			

ITEM 37				
DESCRIÇÃO:	MINI CAIXA DE SOBREPOR, DIMENSÕES 90 X 60 X 45 MM, BRANCA/CINZA.			
CÓDIGO SAP:	7000009171	**CATMAT:** 447037	**UM:** UNI	
QUANTIDADE TOTAL:	20	**CLASSE:** 5975		
MARCA:	Não há exigência de marca.			
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**	**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Não	Não	Não
MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS QUANTIDADES:	A aquisição não possui histórico de consumo registrado, a aquisição de 20 mini caixas de sobrepor foi estimada com base nas necessidades das equipes de manutenção do campus do CTM, para um período de 12 meses, abrangendo manutenções preventivas e corretivas nas áreas fabril e de utilidades, a estimativa considera o número de circuitos elétricos existentes, o uso contínuo dos dispositivos e a necessidade de reposição eficiente. Das 20 unidades, 10 serão de consumo imediato e 10 servirão como margem de segurança, assegurando continuidade operacional e eficiência nas manutenções. Quant. de Uso Imediato: 10 | Quant. de Estoque: 10 | Quant. Total: 20			

ITEM 38				
DESCRIÇÃO:	CAIXA PARA PAINEL ELÉTRICO EM AÇO CARBONO SAE 1008/1010 (COM PLACA DE MONTAGEM), PINTURA ELETROSTATICA A PÓ, GRAU DE PROTEÇÃO IP54, IP55 OU IP61 DIMENSÕES 950 X 600 X 220 MM, COR CINZA.			
CÓDIGO SAP:	7000009173	**CATMAT:** 274887	**UM:** UNI	
QUANTIDADE TOTAL:	2	**CLASSE:** 6110		
MARCA:	Não há exigência de marca.			
AMOSTRA	**GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA**	**MARGEM DE PREFERÊNCIA**	**ISENÇÃO ICMS**	**SUSPENSÃO IPI**
Sem amostra	Não	Sim	Não	Não
	O item descrito não possui histórico de consumo anterior. Diante disso, a estimativa de quantitativo foi realizada com base no número de equipamentos instalados no campus do CTM que utilizam o referido componente, considerando a necessidade de abastecimento para um período de 12 meses.Do total estimado, 50% será destinado ao uso imediato e os outros 50%			

MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS QUANTIDADES:	mantidos em estoque, a fim de atender às demandas de manutenções preventivas e corretivas decorrentes do desgaste natural do material, garantindo a continuidade e eficiência das atividades operacionais.A previsão de estoque visa evitar a falta de insumos, possibilitando uma resposta rápida às demandas de manutenção e reduzindo o tempo de inatividade dos sistemas.A estimativa apresentada considera critérios técnicos e operacionais, visando atender às necessidades institucionais de forma racional, eficiente e econômica, sem gerar excessos ou desperdícios. Quant. de Uso Imediato: 01 | Quant. de Estoque: 01 | Quant. Total : 02

2.2. Justificativa das Necessidades

O Instituto de Tecnologia em Fármacos (Farmanguinhos), uma unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), vinculada ao Ministério da Saúde, desempenha um papel essencial no fornecimento de medicamentos ao Sistema Único de Saúde (SUS). Sua missão de promover a saúde pública, gerando conhecimento e oferecendo medicamentos de alto valor agregado, é primordial para garantir o acesso da população aos tratamentos necessários, além de promover a Pesquisa e o Desenvolvimento Científico. Com foco em pesquisa avançada, desenvolvimento tecnológico e inovação, Farmanguinhos assegura a produção de medicamentos de qualidade para doenças críticas, alinhando-se aos objetivos do Ministério da Saúde para atender às necessidades urgentes de saúde no Brasil. Para tanto, opera com uma capacidade significativa de produção de unidades farmacêuticas por ano, incluindo antirretrovirais, antibióticos e fármacos para doenças endêmicas.

A presente demanda está vinculada à Vice-Diretoria de Operações e Produção – VDOP, participam a Gerência do Serviço de Manutenção Fabril, o Serviço de Utilidades, Serviço de Automação e a Seção de Almoxarifado de Manutenção, áreas de suporte à operação da fábrica, por meio da manutenção dos equipamentos, do fornecimento de utilidades industriais e da gestão de materiais e peças de reposição.

Nesse contexto, torna-se necessária a reposição dos materiais listados acima, classificados como materiais auxiliares de uso/consumo e peças de reposição, os quais são frequentemente utilizados nas rotinas de manutenção preventiva e corretiva das áreas de atuação. Esses itens são fundamentais para assegurar o pleno funcionamento dos sistemas industriais, minimizando o risco de falhas operacionais que possam comprometer a continuidade da produção de medicamentos.

O suprimento se faz necessário para garantir a continuidade operacional das atividades de produção, assegurando a eficiência e a confiabilidade dos equipamentos e sistemas críticos. A aquisição desses materiais também atende aos princípios da economicidade e da continuidade do serviço público, conforme estabelece a Lei nº 14.133/2021.
Não foram previstas especificações restritivas ou excessivas que possam restringir o caráter competitivo da licitação. As especificações de cada objeto estão de acordo com as estritas necessidades de utilização.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Serviço de utilidades	Beatriz Maria Simões R. Da Silva
Gerência do Serviço de Manutenção Fabril	Jorge Luiz Camanho De Aguiar Junior
Seção de Almoxarifado de Manutenção	Beatriz Maria Simões R. Da Silva
Serviço de Automoção	Beatriz Maria Simões R. Da Silva

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. CATMAT

Os itens elencados neste documento devem observar as especificações técnicas descritas no Catálogo de Materiais do Sistema Governamental. As especificações do CATMAT devem ser sempre complementadas com àquelas constantes na base de materiais do sistema institucional de Farmanguinhos (SAP).

Em caso de eventuais divergências ou complementações, deve ser observada a base de materiais do sistema institucional (SAP).

4.2. Bens de luxo, comuns ou especiais

Os materiais pretendidos não se enquadram na categoria classificadas como bens de luxo, conforme descrição no Decreto nº 10.818 de 27 de setembro de 2021 e são caracterizados como bens comuns.

4.3. Catálogo Eletrônico de Padronização

Em consulta ao Sistema Governamental, no endereço https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itens-padronizados, não foi identificado a existência de material(is) padronizado(s) para o(s) objeto(s) pretendido(s).

4.4. Portaria de Padronização

Declaramos que existe portaria de padronização interna para os itens nº 02, 03, 04, 05, 06, 07, 17, 18, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 32 e 35, a Portaria 377/2008-PR.

4.5. Materiais oriundos de Parceria de Desenvolvimento Produtivo (PDP), Programa de Desenvolvimento Tecnológico em Insumos para Saúde (PDTIS) ou Acordo de Cooperação Técnica (ACT)

Nenhum item do objeto pretendido, descrito neste ETP, provém de PDP ou PDTIS.

4.6. Justificativa de indicação de Marca

O(s) item(ns) a seguir elencado(s) contém indicação de marca, conforme descrição no tópico 2.1 deste documento e respectivas justificativas elencadas a seguir:

Item(ns): 02; 03; 04; 05; 06; 07; 17; 18; 24; 25; 26; 27; 28; 31; 32; 35.

Justificativa de Marca: A aquisição dos itens está fundamentada na Portaria de Padronização nº 377/2008-PR, que estabelece diretrizes e critérios técnicos para a uniformização dos materiais elétricos utilizados nas instalações da instituição. A padronização é essencial para garantir a compatibilidade com os sistemas existentes, assegurar a segurança, confiabilidade e qualidade técnica das instalações, além de facilitar a manutenção corretiva e preventiva, reduzir o tempo de reposição de componentes e evitar falhas causadas por especificações heterogêneas. A escolha das marcas também obedeceu a critérios técnicos definidos pela comissão designada pela Portaria nº 044/2008-DIRAC, considerando aspectos como desempenho, durabilidade, intercambialidade e histórico de funcionamento satisfatório em aplicações anteriores, em conformidade com as normas técnicas vigentes.

Item(ns): 13.
Justificativa de Marca: A aquisição do referido sobressalente da marca SCHNEIDER é necessária para as manutenções do equipamento EMBLISTADORA SUPER PG IMA, conforme catalogação feita pela equipe técnica de manutenção fabril de Far-Manguinhos. Acrescenta-se que o respectivo item é justificável em razão de padronização de configuração e de design consoante às demais peças que compõem a estrutura e os subconjuntos integrantes do equipamento. A aquisição de dispositivos desta marca assegura a qualidade e a confiabilidade de componentes que exigem alta precisão e rendimento, bem como a garantia técnica no que se refere à prestação de serviços de manutenções do representante exclusivo IMA no Brasil, bem como a operacionalidade do equipamento próprio produtivo farmacêutico. Ressalta-se que eventual aquisição deste componente não genuíno referida da marca comprometerá significativamente a garantia técnica ofertada pelo fabricante do equipamento e ensejará incompatibilidade de configuração ou de conexão, tendo em vista que o modelo ora instalado na área produtiva é customizado às especificidades deste Parque Tecnológico de Medicamentos. Ante o exposto, conclui-se que a aquisição do material da sobredita marca é o único que atende ao ressuprimento dos sobressalentes para o equipamento acima citado, em estrita conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e transparência estabelecidos na Nova Lei de Licitações.

Item(ns): 16.
Justificativa de Marca: A aquisição do referido sobressalente da marca Schmersal é necessária para as manutenções do equipamento EMBLISTADORA SUPER PG IMA, conforme catalogação feita pela equipe técnica de manutenção fabril de Far-Manguinhos. Acrescenta-se que o respectivo item é justificável em razão de padronização de configuração e de design consonante às demais peças que compõem a estrutura e os subconjuntos integrantes do equipamento. A aquisição dos sobressalentes desta marca assegura a qualidade e a confiabilidade de componentes que exigem alta precisão e rendimento, bem como a garantia técnica no que se refere à prestação de serviços de manutenções do representante IMA no Brasil, bem como a operacionalidade do equipamento próprio produtivo farmacêutico. Ressalta-se que eventual aquisição deste componente não genuíno da referida marca comprometerá significativamente a garantia técnica ofertada pelo fabricante do equipamento e ensejará incompatibilidade de configuração ou de conexão, tendo em vista que o modelo ora instalado na área produtiva é customizado às especificidades deste Parque Tecnológico de Medicamentos. Ante o exposto, conclui-se que a aquisição do material da sobredita marca é o único que atende ao ressuprimento dos sobressalentes para o equipamento acima citado, em estrita conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e transparência estabelecidos na Nova Lei de Licitações. .

4.7. Da utilização do Sistema de Registro de Preços

Informamos que esta aquisição não se enquadra em qualquer das hipóteses previstas no Decreto nº 11.462/2023, uma vez que os bens requisitados serão utilizados em sua quantidade total, portanto, não há razões para aquisição através do Sistema de Registro de Preço.

4.8. Padrões mínimos de qualidade a serem exigidos

O(s) item(ns) que compõem o presente objeto não possuem padrões mínimos de qualidade a serem atendidos além dos descritos na especificação do item.

4.9. Necessidade de Amostra

Não há necessidade de apresentação de amostra para os itens que compõem o objeto dessa contratação.

4.10. Garantia e Assistência Técnica do material

As regras referentes à garantia e assistência técnica destinada aos objetos que eventualmente tenham sido apontados no subitem 2.1 (Rol de itens a serem adquiridos) estarão pormenorizadas no Termo de Referência, se for o caso.

4.11. Treinamento

Não haverá exigência de treinamento, considerando a natureza da aquisição e a não complexidade de uso dos bens objeto dessa contratação.

4.12. Instalações

Não haverá exigência de instalação, considerando a natureza da aquisição e a não complexidade de uso dos bens objeto dessa contratação.

4.13. Prazo de entrega

O fornecimento do objeto será integral, a partir da assinatura do instrumento contratual e conforme cronograma de entrega definido no subitem 5.1. do Termo de Referência.

4.14. Garantia da Execução Contratual

Não haverá exigência da garantia da contratação especificados nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista a opção pela Administração no sigilo do valor do orçamento estimado. Isso ocorre porque, sem o acesso ao valor orçado pela Administração, os licitantes não têm uma base precisa para calcular a garantia a ser apresentada. Tal situação poderia gerar distorções no procedimento licitatório, visto que a ausência desse parâmetro, como base de cálculo da garantia, comprometeria a equidade e poderia inibir a participação de interessados, prejudicando o caráter competitivo do certame.

Cabe ressaltar que o objetivo sigilo do orçamento é assegurar que os licitantes formulem suas propostas sem se basearem em valores previamente indicados pela Administração Pública. Essa abordagem busca garantir que as propostas apresentadas reflitam de forma realista os custos e condições do mercado, permitindo uma avaliação mais transparente e justa das melhores condições para contratação pretendida, além de evitar que os licitantes ajustem seus valores apenas para se aproximarem do preço estimado, o que poderia prejudicar a competitividade e a economicidade do processo licitatório.

4.15 Carta de Solidariedade

A exigência de carta de solidariedade não se aplica ao presente processo de compra, conforme análise do objeto e das condições do mercado. Os requisitos de habilitação foram definidos de maneira a buscar evidências de que os licitantes possuam capacidade técnica e econômica suficientes para atender à demanda contratual, sem a necessidade de garantias adicionais. Além disso, não há previsão de consórcio ou subcontratação significativa que justifique a adoção da carta de solidariedade.

4.16. Subcontratações

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.17. Exigências regulatórias a serem observadas

Os eventuais critérios de qualificação técnica referente aos materiais que estejam sujeitos a controle e fiscalização por órgãos regulatórios serão pormenorizados no Termo de Referência, devendo os licitantes apresentar documentos específicos, de acordo com a classe de produtos.

4.18. Critérios de sustentabilidade ambiental a serem exigidos

Para fins de contratação do objeto, foram considerados os critérios de sustentabilidade alinhados no contexto do Plano de Logística Sustentável da FIOCRUZ, conforme Portaria nº 646, de 30 de novembro de 2021, bem como suas atualizações, no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, além da observância das diretrizes elencadas no Catálogo de Critérios de Sustentabilidade Ambiental de Farmanguinhos.

Os respectivos critérios serão elencados no Termo de Referência.

(Embasamento Legal: PORTARIA SEGES/ME Nº 8.678, DE 19 DE JULHO DE 2021, que dispõe sobre a governança das contratações públicas no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e PORTARIA FIOCRUZ Nº 646, de 30 de novembro de 2021.)

4.19 Isenção de ICMS e Suspensão de IPI

Para fins de atendimento à legislação tributária aplicável, o licitante deverá observar, obrigatoriamente, a existência de indicação específica quanto à aplicação de isenção de ICMS e/ou suspensão de IPI, para cada item conforme discriminado no subitem 1.1 do Termo de Referência e atender especificadamente os subitens a seguir:

4.19.1. Isenção de ICMS

O item com indicação de Isenção de ICMS consta do Convênio de Isenção de ICMS nº 87/2002, prorrogado até 30/04 /2026, que concede isenção do ICMS nas operações com fármacos e medicamentos destinados a órgãos da Administração Pública Direta Federal, caso deste Instituto, desde que atendidas as condicionantes previstas no referido convênio. Dessa forma, a empresa licitante deverá verificar possível aderência às condicionantes do Convênio de Isenção de ICMS nº 87/2002 e, em sendo pertinente, apresentar seu preço com a isenção do respectivo imposto.

Os itens descritos no subitem 2.1 e que compõem o presente ETP não são isentos de ICMS.

4.19.2. Suspensão de IPI

Farmanguinhos é estabelecimento que se dedica preponderantemente à elaboração de produtos classificados no capítulo 30 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI.
Dessa forma, em conformidade com o disposto no artigo 29 da Lei nº 10.637 de 30/12/2002, as matérias-primas, os produtos intermediários e os materiais de embalagem terão o Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI suspenso do preço do produto, mediante fornecimento da declaração disponibilizada por Farmanguinhos, que deverá ser solicitada pelo licitante através do e-mail pregaoeletronico.far@fiocruz.br, para elaboração da sua proposta.

Os itens descritos no subitem 2.1 e que compõem o presente ETP não possuem suspensão de IPI.

5. Levantamento de Mercado

A aquisição do respectivo produto ou de materiais correlatos tem demonstrado eficiência, agilidade e eficácia suficientes para garantir a continuidade das operações e a prontidão no atendimento às demandas de saúde pública.

Nossos resultados anteriores corroboram que a opção pela solução de compra minimiza atrasos e otimiza a relação custo-benefício, especialmente em uma instituição farmacêutica pública que requer respostas rápidas e soluções imediatas, visando não comprometer as distribuições ao Ministério da Saúde. Soma-se a isto o fato de não terem sido identificadas no mercado inovações ou novas metodologias que atendam, de forma diferenciada, as necessidades desta Administração.

Assim, a manutenção da prática da aquisição revela-se uma estratégia verificada que atende às necessidades operacionais de Farmanguinhos de forma eficaz, dispensando a formalidade do levantamento de mercado multiforme sem comprometer a eficiência e a busca da satisfação do interesse público em sua plenitude, nos termos da possibilidade do parágrafo primeiro do art. 9º da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 58, DE 8 DE AGOSTO DE 2022.

6. Descrição da solução como um todo

Considerando as justificativas de necessidades apresentadas, as múltiplas exigências descritas no Estudo Técnico Preliminar e as especificações constantes no subitem 2.1 (Rol de itens a serem adquiridos), os requisitantes envolvidos na pretensa contratação optam pela aquisição do material, priorizando, em regra, a realização de um certame licitatório que assegure ampla competitividade e isonomia entre os fornecedores interessados. No entanto, o Serviço Comercial, ao analisar o conjunto de dados apresentados neste documento e realizar uma pesquisa mercadológica detalhada, poderá identificar e diagnosticar a vantajosidade da adoção de contratação direta, seja por inexigibilidade ou em razão das hipóteses legais previstas no art. 75 da Lei 14.133 de 2021.

Neste contexto, os requisitantes envolvidos declaram, de antemão, não haver impeditivos para a revisão de tais procedimentos.

Assim, o Serviço de Compras evidenciará, em última análise, a forma mais adequada para a aquisição do bem. Para isso, o Termo de Referência será elaborado e, posteriormente, compartilhado.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades solicitadas foram baseadas em um planejamento criterioso, diretamente realizado por cada área requisitante, levando em consideração, sempre que possível, a projeção baseada em dados históricos, estudos técnicos ou parâmetros objetivos, utilizando como fonte de dados relatórios internos, normas técnicas e/ou pesquisas de mercado. As quantidades estabelecidas para cada item estão em conformidade com o Plano de Contratações Anual (PCA).

O rol descritivo dos itens, das quantidades, dos valores unitários e as respectivas justificativas quanto à memória de cálculos estão dispostas no subitem 2.1 deste Estudo Técnico Preliminar.

8. Estimativa do Valor da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: Justificativa do sigilo: O valor estimado e planejado para a contratação pretendida é de caráter sigiloso, nos termos da discricionariedade do art. 24 da Lei 14.133 de 2021 e do art. 12 da IN. 73 de 2022, por resguardar o interesse desta Administração em garantir a proposta mais vantajosa. Todas as informações imprescindíveis à elaboração de propostas bem como o detalhamento dos quantitativos estão inseridos neste Estudo Técnico Preliminar.]

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A solução em questão será parcelada para promoção da competição e atendimento aos princípios da legalidade, da eficiência, do interesse público, da eficácia, da competitividade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

No que tange ao planejamento das contratações públicas, declaramos que não existem contratações correlatas e/ou interdependentes relacionadas ao objeto em questão.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Plano de Desenvolvimento Institucional:

A presente contratação está contemplada no Plano de Contratações Anual da Unidade, com devidos registros no PGC (Plano Geral de Contratação) e SAGE, pois colabora para o desenvolvimento das atividades nas unidades e apoio ao cumprimento da missão institucional.

Segue o **Plano de Contratações Anual 2026**, conforme detalhamento a seguir.

11.2. Plano de Contratação Anual:

Item(ns): 01
Área: VDOP: Serviço de Utilidades
Classe de material: 5935
N° do DFD: 202/2026
DFD - ID ITEM no PCA: 1239
N° da futura contratação: 254446-788/2026
DFD - Data da Publicação no PNCP: 12/05/2025
ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000010/2026

Item(ns): 02, 05, 06, 13, 17, 18, 26, 27, 28
Área: VDOP: Gerência do Serviço de Manutenção Fabril
Classe de material: 5925
N° do DFD: 202/2026
DFD - ID ITEM no PCA: 1230
N° da futura contratação: 254446-788/2026
DFD - Data da Publicação no PNCP: 12/05/2025
ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000010/2026

Item(ns): 03, 04, 07, 32, 35
Área: VDOP: Seção de Almoxarifado de Manutenção
Classe de material: 6145
N° do DFD: 202/2026
DFD - ID ITEM no PCA: 1237
N° da futura contratação: 254446-788/2026
DFD - Data da Publicação no PNCP: 12/05/2025
ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000010/2026

Item(ns): 08, 09, 10
Área: VDOP: Gerência do Serviço de Manutenção Fabril
Classe de material: 5920
N° do DFD: 202/2026
DFD - ID ITEM no PCA: 1229
N° da futura contratação: 254446-788/2026
DFD - Data da Publicação no PNCP: 12/05/2025
ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000010/2026

Item(ns): 11
Área: VDOP: Seção de Almoxarifado de Manutenção
Classe de material: 5940
N° do DFD: 202/2026
DFD - ID ITEM no PCA: 1232
N° da futura contratação: 254446-788/2026
DFD - Data da Publicação no PNCP: 12/05/2025
ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000010/2026

Item(ns): 12, 23, 29
Área: VDOP: Gerência do Serviço de Manutenção Fabril
Classe de material: 5940
N° do DFD: 202/2026
DFD - ID ITEM no PCA: 1232
N° da futura contratação: 254446-788/2026
DFD - Data da Publicação no PNCP: 12/05/2025
ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000010/2026

Item(ns): 14
Área: VDOP: Seção de Almoxarifado de Manutenção
Classe de material: 6210
N° do DFD: 202/2026
DFD - ID ITEM no PCA: 1238
N° da futura contratação: 254446-788/2026
DFD - Data da Publicação no PNCP: 12/05/2025
ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000010/2026

Item(ns): 15
Área: VDOP: Seção de Almoxarifado de Manutenção
Classe de material: 5930
N° do DFD: 202/2026
DFD - ID ITEM no PCA: 1231
N° da futura contratação: 254446-788/2026
DFD - Data da Publicação no PNCP: 12/05/2025
ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000010/2026

Item(ns): 16
Área: VDOP: Gerência do Serviço de Manutenção Fabril
Classe de material: 5963
N° do DFD: 202/2026
DFD - ID ITEM no PCA: 1233
N° da futura contratação: 254446-788/2026

DFD - Data da Publicação no PNCP: 12/05/2025
ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000010/2026

Item(ns): 19, 20
Área: VDOP: Gerência do Serviço de Manutenção Fabril
Classe de material: 5935
N° do DFD: 202/2026
DFD - ID ITEM no PCA: 1239
N° da futura contratação: 254446-788/2026
DFD - Data da Publicação no PNCP: 12/05/2025
ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000010/2026

Item(ns): 21
Área: VDOP: Gerência do Serviço de Manutenção Fabril
Classe de material: 4810

N° do DFD: 202/2026
DFD - ID ITEM no PCA: 1228
N° da futura contratação: 254446-788/2026
DFD - Data da Publicação no PNCP: 12/05/2025
ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000010/2026

Item(ns): 22
Área: VDOP: Gerência do Serviço de Manutenção Fabril
Classe de material: 5935

N° do DFD: 202/2026
DFD - ID ITEM no PCA: 1232
N° da futura contratação: 254446-788/2026
DFD - Data da Publicação no PNCP: 12/05/2025
ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000010/2026

Item(ns): 24, 25
Área: VDOP: Gerência do Serviço de Manutenção Fabril; Seção de Almoxarifado de Manutenção
Classe de material: 5925
N° do DFD: 202/2026
DFD - ID ITEM no PCA: 1230
N° da futura contratação: 254446-788/2026
DFD - Data da Publicação no PNCP: 12/05/2025
ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000010/2026

Item(ns): 30
Área: VDOP: Gerência do Serviço de Manutenção Fabril
Classe de material: 6105
N° do DFD: 202/2026
DFD - ID ITEM no PCA: 1235
N° da futura contratação: 254446-788/2026
DFD - Data da Publicação no PNCP: 12/05/2025
ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000010/2026

Item(ns): 31
Área: VDOP: Seção de Almoxarifado de Manutenção
Classe de material: 5925
N° do DFD: 202/2026
DFD - ID ITEM no PCA: 1230
N° da futura contratação: 254446-788/2026
DFD - Data da Publicação no PNCP: 12/05/2025
ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000010/2026

Item(ns): 33
Área: VDOP: Seção de Almoxarifado de Manutenção
Classe de material: 5935
N° do DFD: 202/2026
DFD - ID ITEM no PCA: 1239
N° da futura contratação: 254446-788/2026
DFD - Data da Publicação no PNCP: 12/05/2025
ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000010/2026

Item(ns): 34
Área: VDOP: Seção de Almoxarifado de Manutenção
Classe de material: 5975
N° do DFD: 202/2026
DFD - ID ITEM no PCA: 1234
N° da futura contratação: 254446-788/2026
DFD - Data da Publicação no PNCP: 12/05/2025
ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000010/2026

Item(ns): 36
Área: VDOP: Gerência do Serviço de Manutenção Fabril; Seção de Almoxarifado de Manutenção
Classe de material: 5920
N° do DFD: 202/2026
DFD - ID ITEM no PCA: 1229
N° da futura contratação: 254446-788/2026
DFD - Data da Publicação no PNCP: 12/05/2025
ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000010/2026

Item(ns): 37
Área: VDOP: Serviço de Automação
Classe de material: 5975
N° do DFD: 202/2026
DFD - ID ITEM no PCA: 1234
N° da futura contratação: 254446-788/2026
DFD - Data da Publicação no PNCP: 12/05/2025
ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000010/2026

Item(ns): 38
Área: VDOP: Seção de Almoxarifado de Manutenção
Classe de material: 6110
N° do DFD: 202/2026
DFD - ID ITEM no PCA: 1236
N° da futura contratação: 254446-788/2026
DFD - Data da Publicação no PNCP: 12/05/2025
ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000010/2026

11.3. Planejamento Estratégico:

As atividades realizadas no Instituto estão alinhadas tanto às diretrizes estratégicas da Fiocruz quanto à Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Endes), ao Plano Plurianual da União (PPA) e ao Plano Nacional de Saúde (PNS). Em atendimento às normas brasileiras de acesso a informação, preconizadas pela Lei 12.527 de novembro de 2011, o Instituto – por intermédio da Fiocruz – disponibiliza seus resultados, ações, programas e outros dados à consulta pública, disponíveis no link <https://www.far.fiocruz.br/2018/06/acesso-a-informacao-2/>.

11.4. Plano de Logística Sustentável:

Com objetivo de atender a necessidade de compras sustentáveis, foram considerados os critérios de sustentabilidade alinhados ao Catálogo de Critério de Sustentabilidade - CCS, definidos pela Divisão de Meio Ambiente, do Centro de Segurança do Trabalho e Gestão Ambiental de Farmanguinhos, no contexto do Plano de Logística Sustentável da FIOCRUZ, conforme PORTARIA Nº 646, de 30 de novembro de 2021, bem como suas atualizações, e em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU .

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A aquisição permitirá a manutenção da plena capacidade produtiva, reduzindo o risco de falhas operacionais e prolongando a vida útil dos equipamentos. Isso contribui diretamente para a regularidade da produção de medicamentos, promovendo maior eficiência nas operações, diminuição de custos com manutenções corretivas e maior segurança operacional para os trabalhadores. Além disso, fortalece a gestão estratégica da manutenção e reafirma o compromisso institucional com a entrega contínua de produtos de qualidade.

13. Providências a serem Adotadas

Não há providências especiais a serem adotas na pretensa contratação, além daquelas já demonstradas nos documentos de Planejamento, isso porque Farmanguinhos dispõe de capacidade de infraestrutura para recebimento e armazenamento dos materiais requisitados.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Visando mitigar os possíveis impactos ambientais, esta Administração aponta como critérios de sustentabilidade aqueles elencados no Termo de Referência. Tais critérios devem ser observados pelo mercado fornecedor.

As aquisições estão em consonância com o Plano de Logística Sustentável da Fiocruz.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável, sem restrições, a pretensa contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar. Considerando os elementos técnicos e justificativas apresentados, entende-se que a contratação atende aos requisitos necessários e é compatível com os objetivos da administração. Dessa forma, segue-se com a validação da viabilidade da contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

BEATRIZ MARIA SIMOES RAMOS DA SILVA

Agente de contratação

JORGE LUIZ CAMANHO DE AGUIAR JUNIOR

Agente de contratação

DOUGLAS JOSE SANTANA

Equipe de apoio

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - DESCRIÇÃO DETALHADA DO ITEM - 2.11041.pdf (232.97 KB)
- Anexo II (sigiloso)

ANEXO – DESCRIÇÃO DETALHADA DO ITEM

Item - 0001	
Descrição: CONECTOR CABO PAR TRANÇADO RJ45 CAT5E MACHO	
Material: 6000000471	**Quantidade: 30 - UNI**
Especificação Longa: CATMAT: 463218 - CONECTOR CABO PAR TRANÇADO MODELO: RJ45 APLICAÇÃO: PARA CABO UTP CATEGORIA: 5E TIPO: MACHO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PADRÃO T568 A/B QUANTIDADE VIAS: 8 CONECTOR CABO PAR TRANÇADO RJ45 CAT5E MACHO	

Item - 0002	
Descrição: DISJUNTOR TRIPOLAR 32A CURVA C MARCA: MERLIN GERIN	
Material: 6000000964	**Quantidade: 1 - UNI**
Especificação Longa: CATMAT: 616975 - DISJUNTOR BAIXA TENSÃO FUNCIONAMENTO: TERMOMAGNÉTICO TENSÃO MÁXIMA OPERAÇÃO: 127/220 V CORRENTE NOMINAL: 32 A NÚMERO DE FASES: TRIPOLAR CURVA DE DISPARO: C APLICAÇÃO: INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PADRÃO: DIN DISJUNTOR TRIPOLAR 32A CURVA C MARCA: MERLIN GERIN	

Item - 0003	
Descrição: CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL BWF 750 V CONDUTOR FLEXÍVEL COBRE NÚ, TÊMPERA MOLE SEÇÃO NOMINAL: 1x2,50 mm² ISOLAÇÃO: PVC/A 70ºC FORNECIMENTO: ROLO 100 m COR: PRETO CLASSE DE ENCORDOAMENTO: 4 NORMA: NBR NM 247-3	
Material: 6000001023	**Quantidade: 200 - m**
Especificação Longa: CATMAT: 409293 - CABO ELÉTRICO ISOLADO, MATERIAL CONDUTOR: COBRE, TÊMPERA CONDUTOR: MOLE, SEÇÃO NOMINAL: 2,5 MM2, TENSÃO ISOLAMENTO: 750 V, COR DO ISOLAMENTO: PRETA BRANCA VERMELHA VERDE E AZUL, NORMAS TÉCNICAS: NBR NM 247-3; NM 280, MATERIAL ISOLAMENTO: PVC FLEXÍVEL ANTICHAMA CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL BWF 750 V CONDUTOR FLEXÍVEL COBRE NÚ, TÊMPERA MOLE SEÇÃO NOMINAL: 1x2,50 mm² ISOLAÇÃO: PVC/A 70ºC FORNECIMENTO: ROLO 100 m COR: PRETO CLASSE DE ENCORDOAMENTO: 4 NORMA: NBR NM 247-3 ROLO 100 METROS MARCAS: PRYMIAN, CONDUSPAR, CONDUGEL, INDUSCABOS, IMBRAC, LOUSANO, CONDUMAX, FICAP, CORFIO, ALCOA	

Item - 0004

Descrição: CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL BWF 750 V CONDUTOR FLEXÍVEL COBRE NÚ, TÊMPERA MOLE SEÇÃO NOMINAL: 1x2,50 mm² ISOLAÇÃO: PVC/A 70ºC FORNECIMENTO: ROLO 100 m COR: AZUL CLASSE DE ENCORDOAMENTO: 4 NORMA: NBR NM 247-3 ROLO

Material: 6000001031 **Quantidade: 1 - RL**

Especificação Longa:
CATMAT: 409293 - CABO ELÉTRICO ISOLADO, MATERIAL CONDUTOR: COBRE, TÊMPERA CONDUTOR: MOLE, SEÇÃO NOMINAL: 2,5 MM2, TENSÃO ISOLAMENTO: 750 V, COR
DO ISOLAMENTO: PRETA BRANCA VERMELHA VERDE E AZUL, NORMAS TÉCNICAS: NBR NM 247-3; NM 280, MATERIAL ISOLAMENTO: PVC FLEXÍVEL ANTICHAMA

CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL BWF 750 V
CONDUTOR FLEXÍVEL COBRE NÚ, TÊMPERA MOLE SEÇÃO NOMINAL: 1x2,50 mm²
ISOLAÇÃO: PVC/A 70ºC FORNECIMENTO: ROLO 100 m COR: AZUL
CLASSE DE ENCORDOAMENTO: 4 NORMA: NBR NM 247-3
ROLO 100 METROS
MARCAS: PRYMIAN, CONDUSPAR, CONDUGEL, INDUSCABOS, IMBRAC, LOUSANO, CONDUMAX, FICAP, CORFIO, ALCOA

Item - 0005

Descrição: DISJUNTOR UNIPOLAR 35A CURVA C MARCA: MERLIN GERIN

Material: 6000002745 **Quantidade: 1 - UNI**

Especificação Longa:
CATMAT: 375015
DISJUNTOR BAIXA TENSÃO
FUNCIONAMENTO: TERMOMAGNÉTICO
NÚMERO PÓLOS: 1
CORRENTE NOMINAL: 35 A

DISJUNTOR UNIPOLAR 35A CURVA C
MARCA: MERLIN GERIN

Item - 0006

Descrição: DISJUNTOR MINI-DISJUNTOR MONOPOLAR 10A MARCA: MERLIN GERIN

Material: 6000002751 **Quantidade: 1 - UNI**

Especificação Longa:
CATMAT: 484194 - DISJUNTOR BAIXA TENSÃO FUNCIONAMENTO: TERMOMAGNÉTICO
TENSÃO MÁXIMA OPERAÇÃO: 127/220 V CORRENTE NOMINAL: 10 A
NÚMERO DE FASES: MONOPOLAR CURVA DE DISPARO: C
APLICAÇÃO: INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PADRÃO: DIN

DISJUNTOR MINI-DISJUNTOR MONOPOLAR 10A MARCA: MERLIN GERIN

Item - 0007

Descrição: CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL BWF 750V CONDUTOR FLEXÍVEL COBRE NU TÊMPERA MOLE SEÇÃO NOMINAL: 1X2,5 MM2 ISOLAÇÃO: PVC/A 70ºC FORNECIMENTO: ROLO 100M COR: VERDE CLASSE DE ENCORDOAMENTO: 4 NORMA: NBR NM 247-3

Material: 6000002772 **Quantidade: 100 - m**

Especificação Longa:
CATMAT: 409293 - CABO ELÉTRICO ISOLADO, MATERIAL CONDUTOR: COBRE, TÊMPERA CONDUTOR: MOLE, SEÇÃO NOMINAL: 2,5 MM2, TENSÃO ISOLAMENTO: 750 V, COR DO ISOLAMENTO: PRETA BRANCA VERMELHA VERDE E AZUL, NORMAS TÉCNICAS: NBR NM 247-3; NM 280, MATERIAL ISOLAMENTO: PVC FLEXÍVEL ANTICHAMA

CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL BWF 750V CONDUTOR FLEXÍVEL COBRE NU

TÊMPERA MOLE SEÇÃO NOMINAL: 1X2,5 MM2

ISOLAÇÃO: PVC/A 70ºC FORNECIMENTO: ROLO 100M COR: VERDE
CLASSE DE ENCORDOAMENTO: 4 NORMA: NBR NM 247-3
MARCAS: PRYMIAN, CONDUSPAR, CONDUGEL, INDUSCABOS, IMBRAC, LOUSANO, CONDUMAX, FICAP, CORFIO, ALCOA

Item - 0008

Descrição: FUSÍVEL DE VIDRO AG20 5X20 0,5A

Material: 6000005331 **Quantidade: 100 - UNI**

Especificação Longa:
CATMAT: 327437 FUSÍVEL VIDRO
CORRENTE NOMINAL: 0,50 A APLICAÇÃO: ELETRÔNICA TAMANHO: 20 MM

FUSIVEL VIDRO AG20 5X20 0,5A

Item - 0009

Descrição: FUSÍVEL DE VIDRO AG20 5X20 5,0A

Material: 6000005344 **Quantidade: 100 - UNI**

Especificação Longa:
CATMAT: 479498 FUSÍVEL VIDRO CORRENTE NOMINAL: 5 A AÇÃO: RETARDADA TENSÃO NOMINAL: 250 V
DIÂMETRO NOMINAL: 5 MM
COMPRIMENTO NOMINAL: 20 MM

FUSIVEL VIDRO AG20 5X20 5A

Item - 0010

Descrição: FUSÍVEL DE VIDRO AG20 5X20 10,0A

Material: 6000005351 **Quantidade: 100 - UNI**

Especificação Longa:
CATMAT: 292365 - FUSÍVEL VIDRO CORRENTE NOMINAL: 10 A

APLICAÇÃO: ELETRÔNICA

TIPO: 20 AG
VOLTAGEM: 250 V

FUSIVEL VIDRO AG20 5X20 10A

Item - 0011

Descrição: TERMINAL FEMEA COMP 0,5-1,5MM2 3,8MM VERMELHO PACOTE 100 UNIDADES

Material: 6000007011 **Quantidade: 2 - PC**

Especificação Longa:
CATMAT: 404423 - TERMINAL ELÉTRICO MATERIAL: COBRE ELETROLÍTICO
TIPO: PRÉ-ISOLADO REVESTIMENTO: ESTANHADO
APLICAÇÃO: INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

TERMINAL FEMEA COMP 0,5-1,5MM2 3,8MM VERMELHO
PACOTE 100 UNIDADES

Item - 0012

Descrição: TERMINAL TIPO PINO 22-16 AWG 0,50 A 1,50 MM2 PRÉ ISOLADO

Material: 6000007023 **Quantidade: 100 - PÇ**

Especificação Longa:
CATMAT: 298229 - TERMINAL ELÉTRICO MATERIAL: COBRE
TIPO: PRÉ-ISOLADO
REVESTIMENTO: MATERIAL ISOLANTE APLICAÇÃO: MANUTENÇÃO ELÉTRICA BITOLA: 1,0 MM2
CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PINO - TPP

TERMINAL TIPO PINO 22-16 AWG
0,50 A 1,50 MM2 PRÉ ISOLADO

Item - 0013

Descrição: DISJUNTOR MOTOR GV3P 37,0-50,0A 50KA/400V CAPACIDADE DE RUPTURA: (KA) 50KA/415V TENSÃO DE ISOLAÇÃO: (V) 690 ACIONADOR ROTATIVO CÓDIGO: GV3P50

Material: 6000008203 **Quantidade: 1 - UNI**

Especificação Longa:
CATMAT: 431930
DISJUNTOR-MOTOR, DISPARADOR TERMOMAGNÉTICO, CORRENTE
NOMINAL (LTH) 50, FAIXA DE AJUSTE DE CORRENTE 37 - 50, CATEGORIA AC-3,
TIPO FIXAÇÃO POR PARAFUSOS, NÚMERO PÓLOS 3, VIDA MECÂNICA 50.000 CICLOS, TENSÃO TRABALHO 690, LINHA GV3P50 (SCHNEIDER), CORRENTE DE DISPARO 700, FREQUÊNCIA NOMINAL 50/60

DISJUNTOR MOTOR GV3P 37,0-50,0A 50KA/400V CAPACIDADE DE RUPTURA: (KA) 50KA/415V TENSÃO DE ISOLAÇÃO: (V) 690
ACIONADOR ROTATIVO
CÓDIGO: GV3P50

Item - 0014

Descrição: REFLETOR LED 010W BF/BQ ESTILO: MODERNO NÍVEL DE PROTEÇÃO: IP66 MATERIAL DO CORPO: ALUMÍNIO ACABAMENTO: AÇO POLIDO TENSÃO: BIVOLT FONTE DE LUZ: LÂMPADAS LED OCASIÃO: PAREDE EXTERIOR COR: BRANCO

Material: 6000009351 **Quantidade: 3 - UNI**

Especificação Longa:
CATMAT: 470258 - REFLETOR
MATERIAL CORPO: ALUMÍNIO INJETADO APLICAÇÃO: SISTEMA DE ILUMINAÇÃO TIPO LÂMPADA: LED
POTÊNCIA LÂMPADA: 10 W TENSÃO ALIMENTAÇÃO: BIVOLT
GRAU PROTEÇÃO: IP65 (TABELA INGRESS PROTECTION) CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: HASTE DIRECIONÁVEL FLUXO LUMINOSO: 700 LM
TEMPERATURA DE COR: 6.500 K

REFLETOR LED 010W BF/BQ ESTILO: MODERNO
NÍVEL DE PROTEÇÃO: IP66
MATERIAL DO CORPO: ALUMÍNIO ACABAMENTO: AÇO POLIDO TENSÃO: BIVOLT
FONTE DE LUZ: LÂMPADAS LED OCASIÃO: PAREDE EXTERIOR COR: BRANCO QUENTE 3000K POTÊNCIA: 10W
LUMINOSIDADE: 800
DIMENSÃO: 11,3CM X 8,5CM X 7CM CARCAÇA: ALUMÍNIO COR PRETA
ÂNGULO: 120º
VIDA ÚTIL ESTIMADA: MAIS DE 50.000 HORAS

Item - 0015

Descrição: INTERRUPTOR BÁSICO FIM DE CURSO 15 A 250 VCA Z-15GW22-B ATUADOR: ALAVANCA C/ROLETE CONTATO: SPDT TERMINAIS: PARAFUSO

Material: 6000011237 **Quantidade: 6 - UNI**

Especificação Longa:
CATMAT: 342176 - CHAVE FIM DE CURSO FIXAÇÃO: BASE
DISPOSITIVO DE ATAQUE: ALAVANCA ROLDANA
DIÂMETRO NOMINAL DOS FUROS ROSCADOS: 5 MM
CORRENTE NOMINAL: 15 A TENSÃO NOMINAL: 250 VCA TIPO ACIONAMENTO: RETILÍNEO

INTERRUPTOR BÁSICO FIM DE CURSO 15 A 250 VCA Z-15GW22-B ATUADOR: ALAVANCA C/ROLETE
CONTATO: SPDT
TERMINAIS: PARAFUSO

Item - 0016

Descrição: RELE DE SEGURANCA SRB-E-204ST ACE SCHMERSAL

Material: 6000013734 **Quantidade: 1 - UNI**

Especificação Longa:
CATMAT: 616405 - MÓDULO ELETRÔNICO TIPO 1: RELÉ DE SEGURANÇA
USO: COMANDO DE PARADA DE EMERGÊNCIA REFERÊNCIA FABRICANTE: AES 2285
APLICAÇÃO: SISTEMA DE AUTOMAÇÃO TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 24 VCC
TIPO CONTROLE: ENTRADAS E SAÍDAS DIGITAL
COMPONENTES: 6 SAÍDAS DE SINALIZAÇÃO, 2 CONTACTOS DE SEGURANÇA, TEMPERATURA TRABALHO: -25 A 45 °C

RELE SEGURANCA SRB-E-204ST ACE SCHMERSAL

Item - 0017

Descrição: MINIDISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO NÚMERO DE PÓLOS: 1 CORRENTE: 2 A TIPO CURVA: C CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO: 6 kA TENSÃO DE ISOLAMENTO: 400 VAC TENSÃO DE OPERAÇÃO NOMINAL: 12-253 VCA MARCA: MERLIN GERIN

Material: 6000012051 **Quantidade: 2 - PÇ**

Especificação Longa:
CATMAT: 616402 - DISJUNTOR BAIXA TENSÃO FUNCIONAMENTO: TERMOMAGNÉTICO CORRENTE NOMINAL: 2 A
CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: NÚMERO PÓLOS 1 TIPO: MINI
CURVA DE DISPARO: C
APLICAÇÃO: INSTALAÇÕES ELÉTRICAS REFERÊNCIA 1: S201-C2 ABB
PADRÃO: DIN

MINIDISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO NÚMERO DE PÓLOS: 1
CORRENTE: 2 A TIPO CURVA: C
CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO: 6 kA TENSÃO DE ISOLAMENTO: 400 VAC
TENSÃO DE OPERAÇÃO NOMINAL: 12-253 VCA
MARCA: MERLIN GERIN

Item - 0018

Descrição: MINIDISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO NÚMERO DE PÓLOS: 1 CORRENTE: 6 A TIPO CURVA: C CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO: 6 kA TENSÃO DE ISOLAMENTO: 400 VAC TENSÃO DE OPERAÇÃO NOMINAL: 12-253 VCA MARCA: MERLIN GERIN

Material: 6000012052 **Quantidade: 2 - PÇ**

Especificação Longa:
CATMAT: 484193 - DISJUNTOR BAIXA TENSÃO FUNCIONAMENTO: TERMOMAGNÉTICO
TENSÃO MÁXIMA OPERAÇÃO: 127/220 V CORRENTE NOMINAL: 6 A
NÚMERO DE FASES: MONOPOLAR CURVA DE DISPARO: C
APLICAÇÃO: INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PADRÃO: DIN

MINIDISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO NÚMERO DE PÓLOS: 1
CORRENTE: 6 A TIPO CURVA: C
CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO: 6 kA TENSÃO DE ISOLAMENTO: 400 VAC
TENSÃO DE OPERAÇÃO NOMINAL: 12-253 VCA
MARCA: MERLIN GERIN

Item - 0019

Descrição: PLUGUE 200/250V / 380-415V 3P+ T+ N 6H MIOLO VM POLIAMIDA IP66W

Material: 6000012562 **Quantidade: 5 - UNI**

Especificação Longa:
CATMAT: 621546 - TOMADA
MODELO: PLUGUE
TIPO: MACHO 3P + N + T
FORMATO CONTATO: PINO CILÍNDRICO
COR CORPO: VERMELHA
CORRENTE NOMINAL: 32 A
TENSÃO NOMINAL: 380/415 V
CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: 6H
NORMAS TÉCNICAS: ABNT NBR IEC 60079-0/1/7/31 E 60529
MATERIAL: POLIAMIDA AUTO-EXTINGUÍVEL
TIPO FIXAÇÃO: SOBREPOR
GRAU PROTEÇÃO: IP 66W

PLUGUE 200/250V / 380-415V 3P+ T+ N 6H MIOLO VM POLIAMIDA
IP66W

Item - 0020

Descrição: TOMADA DE SEGURANÇA AUMENTADA, COM INTERTRAVAMENTO NO PLUGUE, 200-250/380-415V 3P+ T+ N 6H TAMPA VM, COM PRENSA CABO

Material: 6000012563 **Quantidade: 5 - UNI**

Especificação Longa:
CATMAT: 621545 - TOMADA
TIPO: FÊMEA
FORMATO CONTATO: 3P + N + T
COR CORPO: VERMELHA
CORRENTE NOMINAL: 32 A
TENSÃO NOMINAL: 380/415 V
CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: 6H
NORMAS TÉCNICAS: ABNT NBR IEC 60079-0/1/7/31 E 60529
MATERIAL: POLIESTER
TIPO FIXAÇÃO: SOBREPOR
GRAU PROTEÇÃO: IP66

TOMADA DE SEGURANÇA AUMENTADA, COM INTERTRAVAMENTO NO PLUGUE, 200-250/380-415V 3P+ T+ N 6H TAMPA VM, COM PRENSA CABO

Item - 0021

Descrição: VALVULA DIRECIONAL SOLENOIDE VQ1100N-51 TIPO: 5 POSIÇÕES 2 VIAS, BOBINA 24VCC, PRESSÃO DE OPERAÇÃO: 0,7 MPA. TEMPERATURA TRABALHO: -10 a 50 °C

Material: 6000012702 **Quantidade: 3 - PÇ**

Especificação Longa:
CATMAT: 617032 - VÁLVULA SOLENÓIDE
MATERIAL CORPO: FERRO FUNDIDO
TIPO: 5/2 VIAS
POSIÇÃO OPERAÇÃO: RETORNO POR MOLA
APLICAÇÃO: MAQUINA SOCADORA DE BRITA

VALVULA DIRECIONAL SOLENOIDE VQ1100N-51 TIPO: 5 POSIÇÕES 2 VIAS, BOBINA 24VCC, PRESSÃO DE OPERAÇÃO: 0,7 MPA. TEMPERATURA TRABALHO: -10 a 50 °C

Item - 0022

Descrição: CONECTOR METALICO SACC M12 FEMEA RETO COM 4 POLOS

Material: 6000012705 **Quantidade: 10 - PÇ**

Especificação Longa:
CATMAT: 625418 CONECTOR CABO COAXIAL
MATERIAL: LATÃO NIQUELADO
TIPO: UNIVERSAL
CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FEMEA, 4 POSIÇÕES, CONEXÃO M12
REFERÊNCIA: SACC-M12FS-4CON-PG 7-SH

CONECTOR METALICO SACC M12 FEMEA RETO COM 4 POLOS

Item - 0023

Descrição: KIT TERMINAIS ELÉTRICOS OLHAL FORQUILHA PINO 05 A 6MM² COMPOSIÇÃO: 50 PEÇAS # TERMINAL OLHAL VERMELHO PRÉ ISOLADO 0,5 Á 1,5MM² # FURO M5 50 PEÇAS # TERMINAL OLHAL AZUL PRÉ ISOLADO 0,75 Á 2,5MM² # FURO

Material: 6000012895 **Quantidade: 1 - UNI**

Especificação Longa:
CATMAT: 446216 - TERMINAL ELÉTRICO
MATERIAL: COBRE ESTANHADO
TIPO: ISOLADO
REVESTIMENTO: PVC
APLICAÇÃO: CABO ELÉTRICO

KIT TERMINAIS ELÉTRICOS OLHAL FORQUILHA PINO 05 A 6MM² COMPOSIÇÃO:
50 PEÇAS # TERMINAL OLHAL VERMELHO PRÉ ISOLADO 0,5 Á 1,5MM² # FURO M5
50 PEÇAS # TERMINAL OLHAL AZUL PRÉ ISOLADO 0,75 Á 2,5MM² # FURO M5
25 PEÇAS # TERMINAL OLHAL AMARELO PRÉ ISOLADO 4 Á 6MM² # FURO M5
50 PEÇAS # TERMINAL FORQUILHA VERMELHO PRÉ ISOLADO 0,5 Á 1,5MM² # FURO M4
50 PEÇAS # TERMINAL FORQUILHA AZUL PRÉ ISOLADO 0,75 Á 2,5MM² # FURO M4
25 PEÇAS # TERMINAL FORQUILHA AMARELO PRÉ ISOLADO 4 Á 6MM² # FURO M5
50 PEÇAS # TERMINAL PINO VERMELHO PRÉ ISOLADO 0,5 Á 1,5MM² # COMPRIMENTO 10MM
50 PEÇAS # TERMINAL PINO AZUL PRÉ ISOLADO 0,75 Á 2,5MM² # COMPRIMENTO 10MM
25 PEÇAS # TERMINAL PINO AMARELO PRÉ ISOLADO 4 Á 6MM² # COMPRIMENTO 13MM
1 PEÇA # CAIXA ORGANIZADORA 7 DIVISÓRIAS

TOTAL: 375 TERMINAIS
MATERIAL METÁLICO: LIGA DE COBRE ESTANHADO MATERIAL PLÁSTICO: PVC
TEMPERATURA: 90º

Item - 0024

Descrição: MINIDISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO NÚMERO DE PÓLOS: 1 CORRENTE: 4 A TIPO CURVA: C CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO: 3 kA TENSÃO DE ISOLAMENTO: 250/440 VCA / 60 VCC TENSÃO DE OPERAÇÃO NOMINAL: 380 / 220 VCA

Material: 7000002333 **Quantidade: 20 - UNI**

Especificação Longa:
CATMAT: 337088 - DISJUNTOR BAIXA TENSÃO, NÚMERO PÓLOS: 1, TENSÃO MÁXIMA OPERAÇÃO: 440 VCA, CORRENTE NOMINAL: 4 A, FREQÜÊNCIA NOMINAL: 60 HZ, NORMAS TÉCNICAS: NBR 60.898, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TEMPERATURA AMBIENTE: -20°C A + 50°C, MANOBRAS MECÂ, TIPO: MINI, REFERÊNCIA: SD-61 C04, CURVA DE DISPARO: C, SEÇÃO CONDUTOR: 0,75 A 2,5 MM2

MINIDISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO NÚMERO DE PÓLOS: 1
CORRENTE: 4 A TIPO CURVA: C
CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO: 3 kA
TENSÃO DE ISOLAMENTO: 250/440 VCA / 60 VCC TENSÃO DE OPERAÇÃO NOMINAL: 380 / 220 VCA NORMA: NBR NM 60898
MARCA: MERLIN GERIN

Item - 0025

Descrição: MINIDISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO NÚMERO DE PÓLOS: 1 CORRENTE: 16 A TIPO CURVA: C CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO: 3 kA TENSÃO DE ISOLAMENTO: 250/440 VCA / 60 VCC TENSÃO DE OPERAÇÃO NOMINAL: 380 / 220 VCA

Material: 7000002334 **Quantidade: 11 - UNI**

Especificação Longa:
CATMAT: 376213
DISJUNTOR BAIXA TENSÃO
FUNCIONAMENTO: TERMOMAGNÉTICO
NÚMERO PÓLOS: 1
CORRENTE NOMINAL: 16 A
CURVA DE DISPARO: C
APLICAÇÃO: CABEAMENTO ESTRUTURADO

MINIDISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO
NÚMERO DE PÓLOS: 1
CORRENTE: 16 A
TIPO CURVA: C
CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO: 3 kA
TENSÃO DE ISOLAMENTO: 250/440 VCA / 60 VCC
TENSÃO DE OPERAÇÃO NOMINAL: 380 / 220 VCA
NORMA: NBR NM 60898
MARCA: MERLIN GERIN

Item - 0026

Descrição: MINIDISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO NÚMERO DE PÓLOS: 1 CORRENTE: 25 A TIPO CURVA: C CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO: 3 kA TENSÃO DE ISOLAMENTO: 250/440 VCA / 60 VCC TENSÃO DE OPERAÇÃO NOMINAL: 380 / 220 VCA

Material: 7000002336 **Quantidade: 1 - UNI**

Especificação Longa:
CATMAT: 323580 - DISJUNTOR BAIXA TENSÃO, FUNCIONAMENTO: TERMOMAGNÉTICO, NÚMERO PÓLOS: 1, CORRENTE NOMINAL: 25 A, CAPACIDADE INTERRUPÇÃO SIMÉTRICA: 4,5 KA, TIPO: MINI, TENSÃO NOMINAL: 127,220 V, REFERÊNCIA: SIEMENS, CURVA DE DISPARO: C

MINIDISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO NÚMERO DE PÓLOS: 1
CORRENTE: 25 A TIPO CURVA: C
CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO: 3 kA
TENSÃO DE ISOLAMENTO: 250/440 VCA / 60 VCC TENSÃO DE OPERAÇÃO NOMINAL: 380 / 220 VCA NORMA: NBR NM 60898
MARCA: MERLIN GERIN

Item - 0027

Descrição: DISJUNTOR MAGNÉTICO MANOPLA ROTATIVA NÚMERO DE PÓLOS: 3 CORRENTE: 65 A CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO: 50 kA a 440 V 50/60 Hz CORRENTE DE DISPARO MAGNÉTICO: 910 A ALIMENTAÇÃO DO MOTOR: 55 kW a 690 V CA 50/60 Hz

Material: 7000002352 **Quantidade: 1 - UNI**

Especificação Longa:
CATMAT: 431872 - DISJUNTOR-MOTOR, DISPARADOR: TERMOMAGNÉTICO, CORRENTE NOMINAL: (LTH) 65 A,
FAIXA DE AJUSTE DE CORRENTE: 48 - 65 A, CATEGORIA: AC-3, TIPO FIXAÇÃO: POR PARAFUSOS, NÚMERO PÓLOS: 3, VIDA MECÂNICA: 50.000 CICLOS, TENSÃO TRABALHO: 690 V, LINHA: GV3P65 (SCHNEIDER), CORRENTE DE DISPARO: 910 A, FREQUÊNCIA NOMINAL: 50,60 HZ

DISJUNTOR MAGNÉTICO MANOPLA ROTATIVA NÚMERO DE PÓLOS: 3
CORRENTE: 65 A, CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO: 50 kA a 440 V 50/60 Hz CORRENTE DE DISPARO MAGNÉTICO: 910 A ALIMENTAÇÃO DO MOTOR: 55 kW a 690 V CA 50/60 Hz GRAU DE PROTEÇÃO: IP20
NORMA: EN/IEC 60947-2 MARCA: MERLIN GERIN

Item - 0028

Descrição: DISJUNTOR MOTOR TERMOMAGNETICO 6,3-10A MANOPLA ROTATIVA NÚMERO DE PÓLOS: 3 CORRENTE NOMINAL: 10 A FAIXA AJUSTE PROTERÇÃO TÉRMICA: 6,3-10 A CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO: 42 kA a 440 V 50/60 Hz CORRENTE DE DISPARO

Material: 7000002360 **Quantidade: 1 - UNI**

Especificação Longa:

CATMAT: 432728 - DISJUNTOR-MOTOR, DISPARADOR: TÉRMICO, FAIXA DE AJUSTE DE CORRENTE: 6 A 10 A

DISJUNTOR MOTOR TERMOMAGNETICO 6,3-10A MANOPLA ROTATIVA NÚMERO DE PÓLOS: 3
CORRENTE NOMINAL: 10 A
FAIXA AJUSTE PROTERÇÃO TÉRMICA: 6,3-10 A
CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO: 42 kA a 440 V 50/60 Hz CORRENTE DE DISPARO MAGNÉTICO: 140 A
ALIMENTAÇÃO DO MOTOR: 4 kW a 440 VCA 50/60Hz GRAU DE PROTEÇÃO: IP20
NORMA: IEC/ EM 60947
MARCA: MERLIN GERIN

Item - 0029

Descrição: TERMINAL PINO 4 MM A 6 MM PRÉ ISOLADO PARA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

Material: 7000004501 **Quantidade: 100 - PÇ**

Especificação Longa:

CATMAT: 261565 - TERMINAL ELÉTRICO, MATERIAL COBRE, TIPO PRÉ-ISOLADO,
REVESTIMENTO MATERIAL ISOLANTE, APLICAÇÃO MANUTENÇÃO ELÉTRICA, BITOLA 4,
CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PINO - TPP

TERMINAL PINO 4 MM A 6 MM PRÉ ISOLADO PARA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

Item - 0030

Descrição: MOTOR 1,0CV 4P 220/380V BLINDADO

Material: 7000005241 **Quantidade: 2 - UNI**

Especificação Longa:

CATMAT 451524 MOTOR ELÉTRICO
ROTAÇÃO: 1.700 RPM NÚMERO PÓLOS: 4 UN
NÚMERO DE FASES: TRIFÁSICO POTÊNCIA NOMINAL: 1 CV TENSÃO NOMINAL: 220/380 V GRAU PROTEÇÃO: IP55

MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO 1CV 220/380V 4 POLOS 1760RPM IP55 REFRIGERAÇÃO: IC411 # TFVE CARCAÇA: 90S
BLINDADO (À PROVA DE EXPLOSÃO) FLANGE C

Item - 0031

Descrição: DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO DIN NÚMERO DE PÓLOS: 2 CORRENTE: 6 A TIPO CURVA: C CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO: 3 kA TENSÃO MÁXIMA DE SERVIÇO: 440 VCA TENSÃO DE TRABALHO: 230/400 V FIXAÇÃO: ENCAIXE PERFIL DIN

Material: 7000008468 **Quantidade: 4 - PÇ**

Especificação Longa:

CATMAT: 337245 - DISJUNTOR BAIXA TENSÃO NÚMERO PÓLOS: 2
TENSÃO MÁXIMA OPERAÇÃO: 440 VCA CORRENTE NOMINAL: 6 A
FREQÜÊNCIA NOMINAL: 60 HZ NORMAS TÉCNICAS: NBR 60.898
CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TEMPERATURA AMBIENTE: -20°C A + 50°C, MANOBRAS MECÂ
REFERÊNCIA: SD-62 C06 CURVA DE DISPARO: C
SEÇÃO CONDUTOR: 0,75 A 2,5 MM2 GRAU PROTEÇÃO: IP20 E IP40

DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO DIN NÚMERO DE PÓLOS: 2, CORRENTE: 6 A TIPO CURVA: C, CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO: 3 kA
TENSÃO MÁXIMA DE SERVIÇO: 440 VCA TENSÃO DE TRABALHO: 230/400 V FIXAÇÃO: ENCAIXE PERFIL DIN 35MM NORMA: ABNT
NBR 6089, MARCA: MERLIN GERIN

Item - 0032

Descrição: CABINHO 1,00MM PRETO APRESENTAÇÃO: ROLO 100 METROS MARCAS: PRYMIAN, CONDUSPAR, CONDUGEL, INDUSCABOS, IMBRAC, LOUSANO, CONDUMAX, FICAP, CORFIO, ALCOA

Material: 7000008479 **Quantidade: 100 - m**

Especificação Longa:
CATMAT: 419866 - CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL TENSÃO ISOLAMENTO: 750 V
NORMAS TÉCNICAS: NBR-6148, NBR-6245, NBR-6812 E NBR-6880 TÊMPERA CONDUTOR: MOLE
COR DA COBERTURA: PRETA SEÇÃO NOMINAL: 1,0 MM2
MATERIAL DO CONDUTOR: COBRE ELETROLÍTICO, MATERIAL ISOLAMENTO: ISOLAÇÃO EXTRUDADA DE PVC ANTI CHAMA TEMPERATURA OPERAÇÃO: 70 °C

CABINHO 1,00MM PRETO
APRESENTAÇÃO: ROLO 100 METROS
MARCAS: PRYMIAN, CONDUSPAR, CONDUGEL, INDUSCABOS, IMBRAC, LOUSANO, CONDUMAX, FICAP, CORFIO, ALCOA

Item - 0033

Descrição: CONECTOR BORNE COMUM DE PASSAGEM 2,5MM TIPO CONEXÃO PARAFUSO COR CINZA

Material: 7000008486 **Quantidade: 40 - PÇ**

Especificação Longa:
CATMAT: 359175 - CONECTOR PASSAGEM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TIPO SAK TIPO: BORNE
MATERIAL: RESINA POLIAMÍDICA AUTO-EXTINGUÍVEL PA 66 COR: CINZA RAL 7035
BITOLA CABO: 2,5 MM2
APLICAÇÃO: PARA FIXAÇÃO EM TRILHO TIPO TS 35

CONECTOR BORNE COMUM DE PASSAGEM 2,5MM TIPO CONEXÃO PARAFUSO COR CINZA

Item - 0034

Descrição: TAMPA DE FECHAMENTO PARA BORNE 2,5 MM COR CINZA

Material: 7000008487 **Quantidade: 40 - PÇ**

Especificação Longa:
CATMAT: 485121 - TAMPA FINAL MATERIAL: PVC
MODELO: SAK
APLICAÇÃO: CONECTOR DE PASSAGEM

TAMPA DE FECHAMENTO PARA BORNE 2,5 MM COR CINZA

Item - 0035

Descrição: CABO ELÉTRICO FLEXIVEL PP 2 VIAS SEÇÃO 1,00 MM 750V CONDUTOR COM CARACTERÍSTICAS DE NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO ROLO COM 100 METROS MARCAS: PRYMIAN, CONDUSPAR, CONDUGEL, INDUSCABOS,

Material: 7000009164 **Quantidade: 15 - UNI**

Especificação Longa:
CATMAT: 325104
CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL TENSÃO ISOLAMENTO: 750 V TIPO: PP
FORMAÇÃO DO CABO: 2 X 1 MM2 MATERIAL DO CONDUTOR: COBRE

CABO ELÉTRICO FLEXIVEL PP 2 VIAS SEÇÃO 1,00 MM 750V CONDUTOR COM CARACTERÍSTICAS DE NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO
ROLO COM 100 METROS
MARCAS: PRYMIAN, CONDUSPAR, CONDUGEL, INDUSCABOS,
IMBRAC, LOUSANO, CONDUMAX, FICAP, CORFIO, ALCOA

Item - 0036

Descrição: FUSIVEL DE VIDRO 2A 250V 5X20 MM AÇÃO RÁPIDA

Material: 7000009170 **Quantidade: 200 - UNI**

Especificação Longa:
CATMAT: 472606 FUSÍVEL VIDRO CORRENTE NOMINAL: 2 A
APLICAÇÃO: EQUIPAMENTOS INFORMÁTICA TIPO: 20 AG
TAMANHO: PEQUENO MM TENSÃO NOMINAL: 250 V

FUSIVEL DE VIDRO 2A 250V 5X20 MM AÇÃO RÁPIDA

Item - 0037

Descrição: MINI CAIXA DE SOBREPOR, DIMENSÕES 90 X 60 X 45 MM, BRANCA/CINZA

Material: 7000009171 **Quantidade: 20 - UNI**

Especificação Longa:
CATMAT: 447037 CAIXA PASSAGEM MATERIAL: PVC
TIPO: CONDULETE COM 6 ENTRADAS COR: CINZA
APLICAÇÃO: INSTALAÇÕES ELÉTRICAS POSIÇÃO RELATIVA: SOBREPOR

MINI CAIXA DE SOBREPOR, DIMENSÕES 90 X 60 X 45 MM, BRANCA/CINZA

Item - 0038

Descrição: CAIXA PARA PAINEL ELÉTRICO EM AÇO CARBONO SAE 1008/1010 (COM PLACA DE MONTAGEM), PINTURA ELETROSTATICA A PÓ, GRAU DE PROTEÇÃO IP54, IP55 OU IP61 DIMENSÕES 950 X 600 X 220 MM, COR CINZA

Material: 7000009173 **Quantidade: 2 - UNI**

Especificação Longa:
CATMAT: 274887 - QUADRO ELÉTRICO MATERIAL: CHAPA AÇO
ALTURA: 950 MM LARGURA: 600 MM
PROFUNDIDADE: 220 MM
COMPONENTES: PLACA DE MONTAGEM, FLANGE SUPERIOR E INFERIOR APLICAÇÃO: COMANDO
CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MONTAGEM APARENTE, 2 FECHOS, DOBRADIÇA INTERNA, VE

CAIXA PARA PAINEL ELÉTRICO EM AÇO CARBONO SAE 1008/1010
(COM PLACA DE MONTAGEM), PINTURA ELETROSTATICA A PÓ, GRAU DE PROTEÇÃO IP54, IP55 OU IP61 DIMENSÕES 950 X 600 X 220 MM, COR CINZA

ANEXO II– DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

.

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Processo nº 25387.00_____/20_____

Pregão Eletrônico nº _____/20_____ - FAR

A empresa licitante _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____._____._____/_____-_____, por intermédio de seu representante legal _____, infra-assinados, **DECLARA**, para fins de comprovação, que para o(s) material(is) ofertados(s) no pregão supracitado, **que o FABRICANTE** _____ está isento de apresentar os seguintes documentos:

☐ Licença ambiental que autoriza a operação/funcionamento do fabricante nacional de acordo com o Estado de localização;

☐ Cadastro Técnico Federal (CTF) de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais.

Pelo(s) seguinte(s) motivo(s):

☐ O material é Proveniente de **fabricante** estrangeiro;

☐ A atividade ou empreendimento do **fabricante** não está listada no Anexo I da Conama 237;

☐ Dispensa de Licença Ambiental do fabricante ou Certidão de Inexigibilidade da licença **(Deverá apresentar o documento correspondente emitida pelo órgão competente);**

☐ A atividade do **fabricante** não está enquadrada no Anexo I da IN IBAMA 13/2021;

☐ A atividade do **fabricante** não está configurada enquadrada Fichas Técnicas do IBAMA **(FTEs)** como atividade obrigatória (link para consulta www.gov.br/ibama/pt-br/servicos/cadastros/ctf/ctf-app/ftes/lista-de-todas-as-ftes).

Nota: *A declaração deve ser apresentada para cada fabricante ofertado pelo licitante.*

Submetemo-nos às penalidades, definidas na legislação brasileira, por omissão ou falsa informação eventualmente contida nesta declaração.

_____ de_____ de _____.

_____

Nome da empresa ou razão social
Nome de quem assina
Cargo e assinatura

.

ANEXO III– MINUTA DE CONTRATO

.

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO

INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM FÁRMACOS-FARMANGUINHOS

(Processo Administrativo n° 25387.000680/2025-61)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/2026, QUE FAZEM ENTRE SI A FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ), POR INTERMÉDIO DO INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM FÁRMACOS (FAR-MANGUINHOS) ..... E .....

A FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – FIOCRUZ, entidade pública criada e mantida pela União Federal, na forma da Lei nº 5.019/66 e do Decreto nº 66.624/70, integrante da Administração Pública Federal Indireta e vinculada ao Ministério da Saúde, "ex vi" da Lei nº 7.596/87 e Decreto nº 11.228/22, sediada na Av. Brasil nº 4.365, Manguinhos, nesta cidade do Rio de Janeiro - RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 33.781.055/0001-35, por intermédio do Instituto de Tecnologia em Fármacos – Farmanguinhos, inscrito no CNPJ sob o n° 33.781.055/0049-80, neste ato representado por sua Diretora, Sra. Silvia Pereira da Silva Santos, nomeada pela Portaria GM/MS nº 60, de 26 de janeiro de 2026, expedida pelo Sr. Ministro de Estado da Saúde, publicada na Seção 2, do Diário Oficial da União, de 27 de janeiro de 2026, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 671, de 3 de julho de 2025, publicada na Seção 2, do Diário Oficial da União, de 4 de julho de 2025, expedida pelo Sr. Presidente da FIOCRUZ, portador da Matrícula Funcional SIAPE nº 0762509 doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) , *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na* ....., doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado(a) por* ..... (nome e função no contratado),*conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos,* tendo em vista o que constano Processo nº **25387.000680/2025-61** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente *do Pregão Eletrônico n. 788/2026*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de **aquisição de materiais elétricos**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 75 (setenta e cinco) dias, contados da data de assinatura do termo de contrato pela contratante - ato contínuo à assinatura da contratada - em virtude da adoção do Sistema Eletrônico de Informação (SEI/FIOCRUZ), na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R$..... ( ).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e

comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, estando certo de que o valor correspondente ao DIFAL - Diferencial de Alíquota do ICMS e FECP – Fundo Estadual de Combate à Pobreza será deduzido do valor da Nota Fiscal apresentada, quando couber.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidosno Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contratoe seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios oude nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.8.2. Não serão conhecidas as pretensões administrativas que não preencherem os pressupostos de admissibilidade de que tratam as Leis nº 14.133/21 e 9.784/99.

8.1.8.3. Caso o servidor responsável pela Gestão do Contrato se certifique que as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato estão desacompanhadas de

atos indispensáveis à análise e decisão quanto ao pedido, de forma motivada, irá orientar o interessado quanto à necessidade de suprimento de eventuais falhas, suspendendo-se o prazo de decisão até o saneamento.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

8.1.9.1. Aplicam-se no que couber, aos pedidos de reequilíbrio econômico financeiro, o disposto nas subcláusulas anteriores, quanto às solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

9.1.3. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superiore prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazofixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes daexecução ou dos materiais empregados;

9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.1.10. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todasas condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas decargos previstas na legislação;

9.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento doobjeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133,de 2021.

9.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas desegurança do CONTRATANTE;

CLÁUSULA DÉCIMA– OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

13.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.7.3. Das indenizações e multas.

13.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/Unidade:

II) Fonte de Recursos:

III) Programa de Trabalho:

IV) Elemento de Despesa:

V) Plano Interno:

VI) Nota de Empenho:

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas(PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet,em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art.7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA REGULARIDADE DA CONTRATADA

18.1. A CONTRATADA comprovou a regularidade respectiva conforme consultas ao SICAF, CADIN, e Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (Lista de Inidôneos do TCU; CNJ; CEIS; e CNEP), de _____, SEI nº _____, anexadas aos autos do Processo nº_____.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO (art. 92, §1º)

19.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

_____

Representante legal do CONTRATANTE

_____

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO IV– PORTARIA nº 1/2026 – DOSIMETRIA NA APLICAÇÃO DA SANÇÃO

.

Portaria da Diretoria Executiva

PORTARIA Nº 1, de 24 de fevereiro de 2026

O Diretor Executivo da Fundação Oswaldo Cruz, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 2.277, de 12 de abril de 2023, da Casa Civil; pela Portaria nº 10, de 10 de janeiro de 2024, da Fiocruz e pelo Decreto nº 11.228, de 07 de outubro de 2022 - Estatuto Fiocruz.

RESOLVE:

1.0 - PROPÓSITO
Art. 1º Disciplinar, no âmbito da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, o procedimento de apuração de responsabilidade relacionado às infrações praticadas nos certames licitatórios e nos atos subsequentes à sessão competitiva, e a dosimetria na aplicação das respectivas sanções.

2.0 - OBJETIVO
CAPÍTULO I
DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

Art. 2º Os licitantes ou contratados serão responsabilizados administrativamente pelo cometimento de infrações, e penalizados com advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade sancionadora, com base nos critérios da razoabilidade e proporcionalidade.
§1º A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
§2º A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
Art. 3º Garantido o contraditório e a ampla defesa, serão consideradas infrações, com possibilidade de aplicação das respectivas sanções:
I. dar causa à inexecução parcial do contrato que não tenha causado grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, e não se justifique a imposição de penalidade mais grave:
a. advertência;
b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
II. dar causa à inexecução parcial do contrato que tenha causado grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, que justifique a imposição de penalidade mais grave:
a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;
b. multa de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
III. dar causa à inexecução total do contrato:
a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame:
a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;
b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
V. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação, recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível, solicitar desclassificação da proposta quando encerrada a etapa competitiva, deixar de apresentar amostra quando exigido no instrumento convocatório, ou apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital:
a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;
b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:
a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;
b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado:
a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;
b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato:
a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;
b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato:
a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;
b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando agir em conluio ou em desconformidade com a legislação em vigor, induzir deliberadamente a erro no julgamento das propostas, ou apresentar amostra falsificada, deteriorada ou em desconformidade com as especificações do edital:
a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;
b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
XI. praticar atos ilícitos com vistas a fraudar os objetivos da licitação:
a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;
b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
XII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013 (que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira):
a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;
b. multa de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação.
§1º A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar também poderá ser aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II ao VII quando justificada a imposição de penalidade mais grave.
§2º A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de competência exclusiva da Presidência da Fiocruz, será precedida de análise jurídica.
§3º A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas no *caput* do art. 2º desta Portaria.
§4º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
§5º Respeitando os limites mínimos e máximos das sanções previstas para cada uma das infrações, a dosimetria será

calculada mediante utilização da tabela presente no Anexo I desta Portaria.
§6º No caso de infrações cometidas no âmbito dos certames licitatórios, a aplicação da sanção de multa terá como base de cálculo o valor estimado total do item ou lote pelo qual o licitante está objetivando a contratação, a ser expressa no edital/contrato.
§7º A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Fiocruz.
Art. 4º O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora que poderá variar entre 0,05% (cinco centésimos por cento) e 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia sobre o valor da parcela inadimplida, conforme previsão do instrumento convocatório, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias.
§1º A aplicação de multa de mora não impedirá que a Fiocruz a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Portaria.
§2º A conversão prevista no § 1º será analisada no caso concreto, até o prazo máximo de 25 (vinte e cinco) dias de atraso, quando será automaticamente convertida para compensatória, podendo ensejar na extinção do contrato.
§3º Na hipótese de o limite máximo de atraso ser atingido e persistindo o interesse na contratação, o gestor do contrato deverá comunicar o atraso e justificar o interesse à autoridade superior.
§4º Também incidirá multa moratória, de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), nos casos de inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
§5º O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia das contratações autoriza a Fiocruz a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, nos termos do inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/21, de 1º de abril de 2021.
Art. 5º Na aplicação das sanções previstas neste artigo serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

CAPÍTULO II
DAS CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES E DAS SANÇÕES

Seção I
Das circunstâncias atenuantes

Art. 6º Respeitados os limites mínimos e máximos das sanções previstas nas hipóteses do art. 3º desta Portaria, e desde que devidamente comprovadas, são situações que, cumulativamente, atenuam as sanções em até 20% (vinte por cento), conforme tabela presente no Anexo I desta Portaria:
I. conduta decorrente de falha não controlada e provocada pelo licitante ou contratado;
II. apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação;
III. apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, quando evidenciado equívoco em seu encaminhamento e ausência de dolo;
IV. entrega de documentação fora dos prazos estabelecidos, quando não tenha acarretado prejuízos à Fiocruz, observando-se, cumulativamente, que:
a) a documentação entregue esteja correta e adequada ao que fora solicitado;
b) o eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;
c) o licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de quaisquer condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou em contratações ocorridas nos 12 (doze) meses que antecederam o fato, em razão do qual será aplicada a penalidade.
V. a conduta não tenha acarretado prejuízo à Fiocruz.

Seção II
Das circunstâncias agravantes

Art. 7º Respeitados os limites mínimos e máximos das sanções previstas nas hipóteses do art. 3º desta Portaria, são situações que, cumulativamente, agravam as sanções em até 20% (vinte por cento), conforme tabela presente no Anexo I desta Portaria:
I. restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF de penalidade aplicada no âmbito da Fiocruz, em decorrência da prática de qualquer das

condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;
II. restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;
III. o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório; ou
IV. restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.
Art. 8º No estabelecimento da pena, o cálculo para dosimetria da sanção considerará a soma dos critérios agravantes aplicáveis ao caso concreto, subtraído da soma dos percentuais atenuantes, e o resultado dessa operação indicará o percentual (alíquota) da multa e dos meses de impedimento/inidoneidade a serem aplicados.

CAPÍTULO III
DO PROCESSO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Seção I
Da instauração do processo

Art. 9º Quando verificada hipótese de descumprimento, total ou parcial, das regras estabelecidas no termo de referência, no projeto básico, no instrumento convocatório, no contrato administrativo, bem como em legislações correlatas, conforme o caso, o pregoeiro, agente de contratação, fiscal ou gestor do contrato deverá adotar as providências cabíveis, relacionadas ao seu poder-dever de agir.
Art. 10 As providências preliminares mencionadas no artigo anterior deverão ocorrer através de processo relacionado ao processo licitatório ou de gestão contratual, conforme o caso.
Art. 11 Observadas as razões para continuidade da apuração, o servidor público mencionado no art. 9º deverá providenciar a comunicação preliminar ao contratado/licitante para que este apresente seus esclarecimentos prévios.
Parágrafo único. A comunicação preliminar do contratado/licitante deverá ser realizada por meio de instrumento formal, conforme exemplo previsto no Anexo II desta Portaria.
Art. 12 Após o envio da comunicação preliminar, caso o contratado/licitante apresente manifestação consistente ou reversão de conduta, após o prazo concedido, a apuração preliminar deverá ser encerrada.
Parágrafo único. Caso o contratado/licitante não apresente manifestação consistente, reversão de conduta ou abstenha de se manifestar, após o prazo concedido, o servidor público mencionado no art. 9º deverá solicitar à autoridade competente autorização para instauração do processo de apuração de responsabilidade, indicando, no que couber:
I. Descrição da conduta praticada pelo licitante ou contratado;
II. Indicação das cláusulas editalícias ou contratuais e dispositivos legais infringidos;
III. Cópia do edital/termo de referência/projeto básico;
IV. Cópia do contrato, ou, na sua falta, do instrumento congênere, dos termos aditivos e dos apostilamentos, se houver;
V. Cópia de notas fiscais/fatura;
VI. Cópia da publicação da nomeação do responsável pela fiscalização/gestão do contrato ou do recebimento do objeto;
VII. Comunicação preliminar com o comprovante de recebimento;
VIII. Documentos comprobatórios da infração em questão, com as devidas trocas de e-mails, fotos, e qualquer meio que comprove o ilícito administrativo;
IX- Resposta da comunicação preliminar, se houver;
X. Relatório contendo uma análise da Comunicação preliminar e a recomendação para a apuração de responsabilidade, conforme exemplo presente no Anexo III deste Decreto.
Art. 13 Recomenda-se a concessão do prazo de 5 (cinco) dias úteis para que o licitante/contratado se manifeste em relação à comunicação preliminar de que trata o art. 11 desta Portaria.
Parágrafo único. A não manifestação do licitante/contratado no prazo concedido não obsta o prosseguimento do processo administrativo de apuração de responsabilidade.
Art. 14 A autoridade competente da Unidade, após análise, entendendo pelo prosseguimento do processo, emitirá o Termo de Instauração de Apuração de Responsabilidade, conforme Anexo IX desta Portaria, e o remeterá à Comissão de Apuração de Responsabilidade, para providências cabíveis.

Seção II
Da Comissão de Apuração de Responsabilidade - COAR

Art. 15 Garantindo o devido processo legal, para aplicação das sanções de que trata esta Portaria, o processo administrativo de apuração de responsabilidade será conduzido por Comissão composta por, no mínimo, 2 (dois) servidores estáveis e 1 (um) suplente, que será responsável pela avaliação dos fatos e circunstâncias, devendo o licitante/contratado eventualmente responsável ser intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data do recebimento da intimação, apresentar defesa escrita e especificar provas que pretenda produzir.
§1º A Comissão poderá contar com o apoio de outros agentes vinculados às unidades licitantes e/ou fiscalizadoras das contratações em que tenham sido identificadas as irregularidades objeto da responsabilização.
§2º Havendo o deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela Comissão, o licitante/contratado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
§3º A Comissão poderá indeferir, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
§4º A Comissão formará sua convicção, motivadamente, com base na livre apreciação dos fatos e condutas praticadas, devendo, quando necessário, promover diligências para a apuração da veracidade das informações e provas apresentadas pela defesa.
§5º Para a aplicação da sanção de advertência, prevista no inciso I, do art. 3º desta Portaria, o processo administrativo de apuração de responsabilidade será conduzido de forma sumária, com a aplicação da referida sanção pela própria Comissão de que trata o *caput* deste artigo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com a observação do previsto nos artigos 9º a 13, desta portaria.
§6º Cada unidade descentralizada deverá constituir Comissão própria para condução do processo administrativo de apuração de responsabilidade e aplicação das sanções de que trata esta Portaria.

Seção III
Do julgamento

Art. 16 Encerrados os procedimentos e diligências previstos nos artigos anteriores, a Comissão remeterá o processo de apuração de responsabilidade à autoridade competente da Unidade, devidamente instruído com o relatório final, para emissão de decisão.
Art. 17 O relatório final da Comissão é peça informativa e opinativa que deverá conter o resumo do procedimento e proposta fundamentada de decisão, devendo conter, no mínimo:
I. os fatos;
II. os argumentos apresentados;
III. as provas eventualmente apresentadas;
IV. os fundamentos legais e contratuais para a eventual aplicação da sanção, quando for o caso;
V. a dosimetria da sanção baseada na Tabela presente no Anexo I desta Portaria; e
VI. outras informações necessárias e pertinentes.
Art. 18 A autoridade competente, após receber o processo administrativo correspondente, poderá encaminhar à Procuradoria Federal para emissão de parecer jurídico, em caso de dúvida jurídica, através de nota técnica contextualizando-a, ou quando a Comissão concluir pela sanção de inidoneidade para licitar ou contratar.
§1° Após a emissão do parecer jurídico, o processo retornará à autoridade competente para decisão.
§2º A sanção de inidoneidade para licitar ou contratar será obrigatoriamente precedida da análise jurídica pela Procuradoria Federal.
Art. 19 A autoridade competente proferirá decisão, acatando ou não o relatório final apresentado pela Comissão, motivando sua posição.
§1º Na hipótese de a autoridade competente concordar com o Relatório emitido, poderá adotar, como razão de decidir, os fundamentos apresentados pela Comissão, ratificando-os.
§2º Ao proferir decisão no processo de apuração de responsabilidade, a autoridade competente deverá verificar se foram obedecidos, nos respectivos autos, os pressupostos de validade e desenvolvimento regular.
Art. 20 A decisão proferida deverá ser objeto de notificação do licitante/ contratado, por meio de correspondência oficial acompanhada de cópia do relatório de conclusão da instrução e da decisão da autoridade competente.
Art. 21 À autoridade competente da Unidade compete a aplicação das sanções de multa e impedimento de licitar e contratar.
Art. 22. À Comissão compete a aplicação da sanção de advertência, cabendo recurso à Autoridade Competente.
Art. 23 Nos termos do inciso I, do §6º, do artigo 156, da lei nº. 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, compete ao presidente da Fiocruz a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.
Art. 24 Da decisão pela sanção do licitante/contratado responsável pelas infrações previstas nesta Portaria caberá recurso à autoridade superior, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação de decisão.
§1º Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20

(vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
Art. 25 Nos termos do parágrafo único do artigo 168 da Lei 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, a autoridade competente para decidir sobre o recurso poderá se valer do auxílio da Procuradoria Federal para elaboração de suas decisões em relação aos recursos e pedido de reconsideração, quando houver dúvida jurídica, através de nota técnica contextualizando-a.
Art. 26 Mantida a decisão recorrida, ou esgotados os prazos recursais, o licitante/contratado será devidamente intimado da decisão final, e a autoridade encaminhará os autos do processo para o setor técnico proceder com o registro da penalidade, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
Art. 27 A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Fiocruz, e será interrompida pela instauração do processo de responsabilização e suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013 e por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.
Art. 28 Os atos previstos como infrações administrativas nesta Portaria ou em outros dispositivos legais que também sejam tipificados como atos lesivos pela lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

CÁPITULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 29 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Portaria ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
Art. 30 É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a Fiocruz, exigidos, cumulativamente:
I. a reparação integral do dano causado;
II. o pagamento da multa aplicada;
III. o transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da sanção, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da sanção, no caso de declaração de inidoneidade;
IV. o cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
V. a análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.
Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do art. 3º desta Portaria exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.
Art. 31 Na apuração dos fatos de que trata esta Portaria, a Comissão atuará com base no princípio da boa-fé objetiva, assegurando ao licitante ou contratado o direito ao contraditório e à ampla defesa.
Art. 32 A aplicação das sanções previstas nesta Portaria não impede a responsabilização civil e criminal dos licitantes ou contratados.
Art. 33 Aplicam-se subsidiariamente aos processos administrativos instaurados com base nesta Portaria, no que couber, as disposições da lei nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999.
Art. 34 As previsões desta Portaria não se aplicam às infrações e sanções referentes a licitações e contratos administrativos regidos pela lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e pela lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.
Art. 35 Esta Portaria passa, obrigatoriamente, a fazer parte, como anexo, de todos os editais de licitação publicados por todas as unidades da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, que deverão ser submetidos à apreciação prévia jurídica.
Art. 36 Fica revogada a Portaria COGEAD nº. 185, de 10 de junho de 2024.

3.0 - VIGÊNCIA
Art. 37 Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Documento assinado eletronicamente por **JULIANO DE CARVALHO LIMA**, **Diretor(a) Executivo**, em 24/02/2026, às 17:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5933953** e o código CRC **47CE16BD**.

FIOCRUZ

Anexo I

Dosimetria das Sanções

Critérios	Escala						Pontuação
	Nenhuma	Muito baixa	Baixa	Média	Alta	Muito alta	
Natureza e a gravidade da infração cometida				x			3
A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle				x			3
Os danos que dela provierem para a Administração Pública					x		4
As peculiaridades do caso concreto						x	5

Dosimetria e Circunstâncias	
Selecione as possíveis sanções/incisos:	
Impedimento	IV

Sem Atenuante/Agravante			
Total (Pontos)	Multa (%)	Impedimento (Meses)	Inidoneidade (Meses)
15	11,18%	27	-

Atenuante/Agravante (%)		
Atenuantes (até 20%)	1	-4%
Agravantes (até 20%)	4	20%
Total	5	16%

Com Atenuante/Agravante			
Total (Pontos)	Multa (%)	Impedimento (Meses)	Inidoneidade (Meses)
17	12,97%	31	-

Nota 1: Para o cálculo da multa a ser aplicada, foi adotado um modelo de fator progressivo, no qual o percentual aumenta de forma escalonada, de acordo com a pontuação atribuída no Quadro de Dosimetria, respeitando os percentuais mínimos e máximos estabelecidos na Portaria e no art. 156 da Lei 14.133/2021.

Nota 2: De forma similar, foram calculados os meses para aplicação das sanções de impedimento e inidoneidade de licitar e contratar. A partir dos limites superior e inferior dos meses e da pontuação do Quadro de Dosimetria, foi calculado um fator a ser aplicado progressivamente, conforme o aumento da pontuação. Assim, 01 ponto corresponde à 01 mês e 20 pontos a 36 meses no caso do impedimento de licitar e contratar. Já a sanção de inidoneidade, 01 ponto corresponde a 36 meses e 20 pontos a 72 meses, conforme limites

estabelecidos na legislação. A cada um ponto adicionado, foram aplicados os fatores de 1,842 e 1,895 para impedimento e inidoneidade, respectivamente.

	As circunstâncias agravantes ou atenuantes	Aplicável?	%
Atenuantes (Até 50%)	I. conduta decorrente de falha não controlada e provocada pelo licitante ou contratado		-4%
	II. apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação;		-4%
	III. apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, quando evidenciado equívoco em seu encaminhamento e ausência de dolo;		-4%
	IV. entrega de documentação fora dos prazos estabelecidos, quando não tenha acarretado prejuízos à FioCruz, observando-se, cumulativamente, que: a) a documentação entregue esteja correta e adequada ao que fora solicitado; b) o eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte; c) o licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de quaisquer condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou em contratações ocorridas nos 12 (doze) meses que antecederam o fato, em razão do qual será aplicada a penalidade.	X	-4%
	V. a conduta não tenha acarretado prejuízo à FioCruz.		-4%
Agravantes (até 50%)	I. restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF de penalidade aplicada no âmbito da FioCruz, em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;	X	5%
	II. restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;	X	5%
	III. o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório; ou	X	5%
	IV. restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.	X	5%
	Total		16%

Nota 3: Foi adotado o percentual máximo de 20%, conforme modelo de parâmetros agravantes e atenuantes estabelecido no Manual de Responsabilização de Entes Privados da Controladoria-Geral da União.

FIOCRUZ

Anexo II

Modelo de Comunicação Preliminar

Comunicação Preliminar

À EMPRESA xxx LTDA.
CNPJ: 00.000.000/0001-00

ENDEREÇO: XXXXXX
A/C: Sr. Representante Legal
Assunto: Solicitação de esclarecimentos ou providências quanto a execução do Contrato XX/2025 – Processo Administrativo XXXXXX/2025-XX.

COMUNICAÇÃO PRELIMINAR

Prezado(a),
Com amparo na Lei nº 14.133, de 2021, solicito justificativas ou esclarecimentos, bem como adoção de eventuais providências, sobre os fatos abaixo relacionados:
A contratada EMPRESA xxx LTDA, até a presente data, não cumpriu ao previsto na cláusula xx do Edital do certame licitatório de nº. Xx - cláusula xx do Termo de Referência, uma vez que xxx.
Alertamos que o licitante/contratada está sujeito às penalidades previstas na Cláusula xx, também do Edital.
Tendo em vista os fatos acima elencados, requer-se a imediata regularização da situação supracitada.
Por oportuno, informo que o não atendimento da providência ou o seu atendimento fora das condições contratuais ensejará instauração de procedimento administrativo específico para o exame dos fatos e eventual aplicação das sanções previstas na Portaria nº. xxx e na legislação correlata em vigor, e será processado de acordo com as seguintes fases:

(a) instauração do processo para apuração de responsabilidade;
(b) fase da defesa prévia: será aberto prazo para apresentação de defesa prévia do licitante/contratado;
(c) fase de aplicação da sanção: se os argumentos presentes na defesa não forem suficientes para afastar a sanção prevista e/ou não forem apresentadas as provas do alegado, a sanção será aplicada pela autoridade competente com abertura de prazo para recurso administrativo;
(d) fase recursal: protocolado o pedido de reconsideração ou recurso, se não reconsiderar a decisão, a autoridade que aplicou a sanção remeterá o recurso à autoridade imediatamente superior para análise e decisão sobre o recurso;
(e) fase executória: caso haja a manutenção da decisão de aplicação da penalidade, esta será registrada no SICAF e a multa será cobrada do licitante/contratado.

Atenciosamente,

Servidor
SIAPE

FIOCRUZ

Anexo III

Modelo de Relatório a ser enviado à Comissão – Descrição da Infração

1. Identificação do Contrato

- Número do Contrato: _____
- Objeto do Contrato: _____
- Processo Administrativo nº: _____
- Unidade Administrativa Responsável: _____
- Vigência do Contrato: //_____ até //_____

  Ou

2. Identificação do Certame

- Número do Certame: _____
- Objeto: _____
- Item licitado: _____

3. Identificação do Contratado/Licitante

- Razão Social: _____
- CNPJ: _____
- Representante Legal: _____
- Telefone/E-mail: _____

4. Dados da Ocorrência

Data da ocorrência: ___/___/_____

Local da ocorrência: _____

Data da constatação pela fiscalização: ___/___/_____

5. Descrição da Possível Infração

- Data da Ocorrência: //_____
- Local da Ocorrência: _____

- Tipo de Infração:

  ☐ Inexecução total/parcial do objeto

  ☐ Descumprimento de prazos

  ☐ Entrega de produto/serviço fora das especificações

  ☐ Conduta incompatível com a ética contratual

  ☐ Outros: _____

6. Descrição Detalhada da Infração

(Descrever de forma clara e objetiva os fatos observados, indicando como a conduta do contratado configura descumprimento contratual.)

_____

_____

_____

_____

7. Dispositivos Afetados

Cláusula violada: _____

8. Evidências Comprobatórias

(Relacionar documentos, registros, cópias de e-mails, notificações, atas de reunião, fotografias, relatórios, registros de não conformidade, ofícios ou comunicações que demonstrem a infração.)

_____

_____

_____

9. Tentativas de Solução

(Comunicação prévia com o fornecedor para resolução amigável; Registro de reuniões, tratativas ou acordos não cumpridos; Propostas de correção ou substituição recusadas)

_____

_____

_____

10. Consequências da Infração

(Descrever os impactos da infração, tais como atrasos, prejuízos causados à administração - financeiros, operacionais, reputacionais; riscos à continuidade do serviço ou fornecimento; afetação de terceiros ou usuários finais, outros.)

_____

_____

_____

11. Histórico de Execução

(Registros anteriores de desempenho do fornecedor, notificações ou advertências já emitidas, cumprimento de prazos anteriores.)

_____

_____

_____

12. Medidas Adotadas pela Administração

- Notificação formal enviada em //_____
- Prazo concedido para manifestação: ____ dias
- Resposta do fornecedor:

☐ Recebida em //_____

☐ Não recebida até a presente data

Manifestação do gestor quanto às alegações apresentadas na resposta à Notificação.

FIOCRUZ

13. Proposta de Sanção (se aplicável)

☐ Advertência

☐ Multa contratual

☐ Suspensão temporária de participação em licitações

☐ Declaração de inidoneidade

Fundamentação: _____

14. Responsável pela Constatação da Infração

Nome: _____

Cargo/Função: _____

SIAPE: _____

Assinatura: _____

Data: ___/___/_____

De acordo da Autoridade Competente: _____

Data: ___/___/_____

FIOCRUZ

Anexo IV

Termo de Instauração de Apuração de Responsabilidade

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2___.

Recebidos os documentos preliminares previstos no parágrafo único do art. 12 da Portaria nº XX/2025, autorizo a instauração processual de Apuração de Responsabilidade e abertura da fase de instrução.

Encaminhe-se à Comissão de Apuração de Responsabilidade para análise e providencias cabíveis.

Nome da autoridade

SIAPE

Cargo

FIOCRUZ

Anexo V

Notificação para defesa prévia

OFÍCIO Nº. xxx/20xx

Rio de Janeiro, __ de _____ de 2___

À EMPRESA xxxx LTDA.
CNPJ: 00.000.000/0001-00
RUA XXXXXXX, Nº XXXX
BAIRRO XXXXXXX
CIDADE / ESTADO / CEP

ASSUNTO: Notificação para apresentação de defesa prévia

1. A Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, por intermédio do (nome do órgão), neste ato representada por (nome e cargo do titular ou autoridade que detiver competência para notificar), vem NOTIFICAR (nome da empresa a ser notificada) acerca dos seguintes fatos:
2. Resumo dos fatos: descrição dos fatos com um nível de detalhamento que propicie à empresa apresentar sua defesa prévia de forma ampla. Indicar, se for o caso, o período, valores, nome dos terceirizados envolvidos e outras informações consideradas importantes.
3. Referência Legal/Edital/Contrato: indicar as cláusulas do Edital ou Contrato, bem como da legislação correlata que foram infringidas.
4. Sanções Correlatas: indicar qual ou quais sanções previstas para o fato em que a empresa poderá ser sancionada, se restar comprovada a infringência da Lei, Edital e/ou Contrato.
5. Em resposta ao Ofício nº ..... de ...../...../....., encaminhado pelo (nome do órgão ou entidade contratante), por meio do qual foram relacionados os fatos acima elencados, essa empresa (nome da

6. empresa contratada) apresentou justificativas em ...../...../....., bem como anexou as provas documentais que julgou pertinentes.
7. As justificativas apresentadas foram examinadas pelo setor competente, juntamente com os documentos que a instruíram, com o fim de amparar os argumentos da defesa. Ocorre que ficou constatado xxxx, não sendo possível aceitar como justificativa xxx, conforme a análise feita pelo setor competente constante do relatório/nota técnica, juntada em anexo.
8. Assim, fica essa empresa notificada para, querendo, apresentar defesa prévia no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento desta notificação, dirigida a (nome da autoridade máxima do órgão), no endereço (endereço completo com indicação de número de andar, sala e telefone), tendo em vista que a avaliação do setor competente indicou ser o caso de aplicação de sanções administrativas previstas no inciso xx, do art. 3º, da Portaria nº. Xx.
9. Por oportuno, informo que os autos do Processo Administrativo (incluir nº do processo administrativo específico) encontram-se à disposição para vista do interessado, no setor (incluir o nome do setor, nº da sala, horário e demais dados importantes), o que não modifica ou altera o prazo improrrogável de 15 (quinze) dias úteis para interposição da defesa prévia.

Nome da autoridade

SIAPE

Cargo

FIOCRUZ

ANEXO VI

Aplicação de Penalidade

OFÍCIO Nº. xxx/20xx

Rio de Janeiro, __ de _____ de 2___.

À EMPRESA xxx LTDA.
CNPJ: 00.000.000/0001-00
RUA XXXXXXX, Nº XXXX
BAIRRO XXXXXXX
CIDADE / ESTADO / CEP

ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE/RESCISÃO CONTRATUAL (nota explicativa: somente incluir a rescisão contratual na hipótese de ser adotada juntamente com a imposição da penalidade)

1. A Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, por intermédio do (nome do órgão), neste ato representada por (nome e cargo do titular ou autoridade que detiver competência para notificar) vem NOTIFICAR (nome da empresa a ser notificada), já qualificada no Contrato (número e ano do contrato) da aplicação da penalidade (descrever a pena aplicada, por ex. advertência, multa, etc.) e da rescisão do Contrato nº. XX/XX (nota explicativa: manter o trecho sublinhado somente se for notificar conjuntamente acerca da rescisão contratual e da aplicação de penalidade), conforme decisão fundamentada da autoridade, juntada em anexo.

2. Assim, fica a empresa notificada para, querendo, apresentar RECURSO, conforme previsto nos art. 24, da Portaria nº. Xx, e nos arts. 166 e 167 da Lei nº 14.133, de 01º de abril de 2021, a contar da data do recebimento desta notificação, dirigido a (nome da autoridade máxima do órgão, no

3. endereço (endereço completo com indicação de número de andar, sala e telefone).

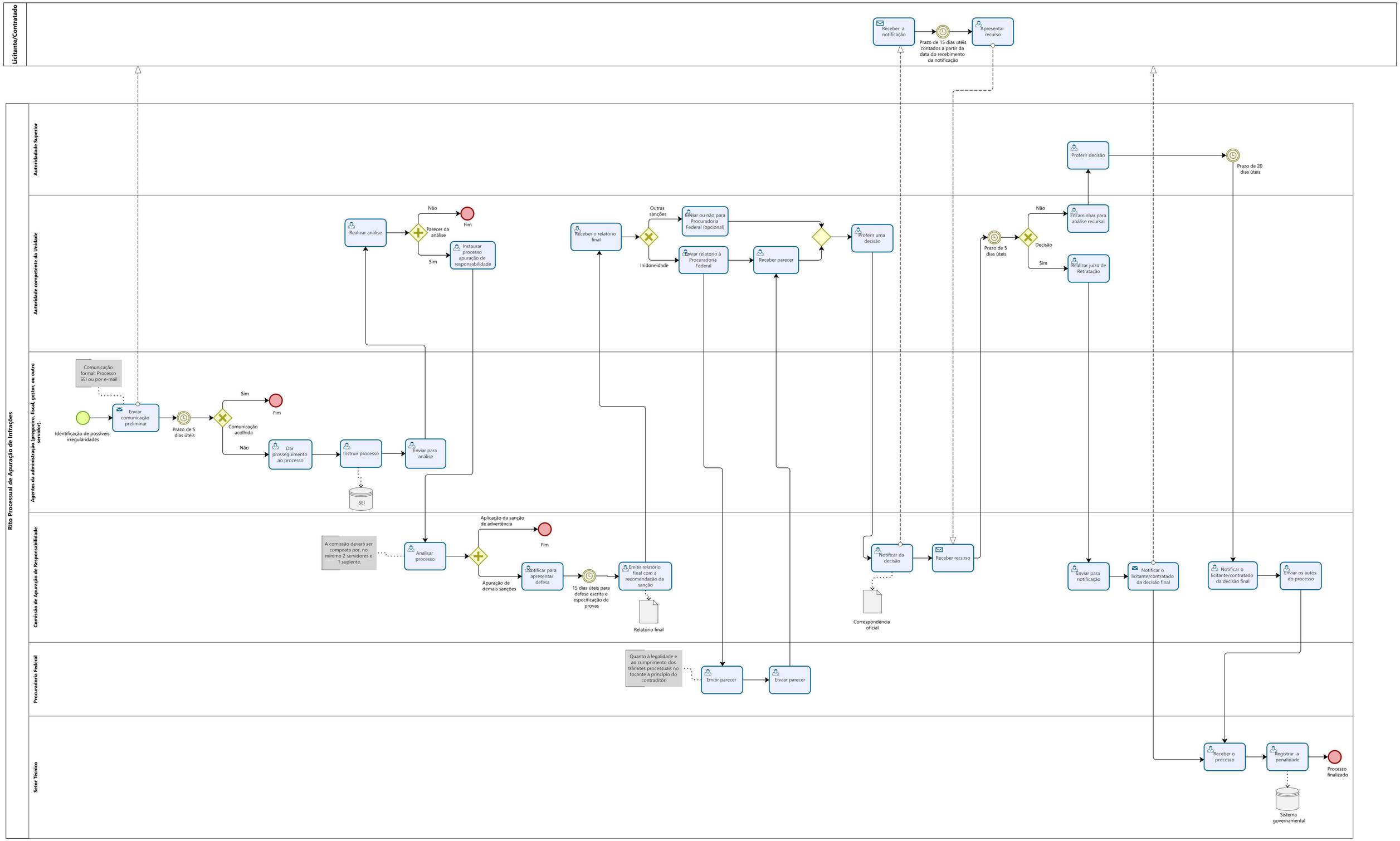
4. Por oportuno, informo que os autos do Processo Administrativo (incluir nº do processo administrativo específico) encontram-se à disposição para vista do interessado, no setor (incluir o nome do setor, nº da sala, horário e demais dados importantes), podendo ser disponibilizado digitalmente caso haja necessidade, o que não modifica ou altera o prazo improrrogável de 15 (quinze) dias úteis para interposição do recurso.

Nome da autoridade

Cargo

FIOCRUZ

Anexo VII - Fluxograma do Rito Processual de Apuração de Responsabilidades



Gestor: COGEAD/COGEALOG/SEAC
Versão: 0 - Setembro/2025
Cópia Não Controlada

Powered by bizagi Modeler